PUBLICAÇÃO PRELIMINAR

CICLO DE OFICINAS IPEA – BRICS 2025

Relatório de Pesquisa

Equipe técnica:	**Walter Desiderá (Coord.)**
	Denise do Carmo Direito
	Gustavo Luedeman
	Luciana Mendes Santos Servo
	Luciana Acioly da Silva

Produto editorial:	Relatório de Pesquisa
Cidade:	Brasília/DF
Editora:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano:	2025
Edição:	1ª

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministra Simone Nassar Tebet

ipea

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta
LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional
FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
FERNANDA DE NEGRI

Diretora de Estudos e Políticas Sociais (substituta)
JOANA SIMÕES DE MELO COSTA

Diretora de Estudos Internacionais
KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete
ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social
GISELE AMARAL DE SOUZA

Ouvidoria: https://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: https://www.ipea.gov.br

CICLO DE OFICINAS IPEA – BRICS 2025

RELATÓRIO DE PESQUISA

BRICS
Brasil 2025
COOPERANDO PARA UM MUNDO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

BRASÍLIA, JUNHO 2025

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO **2**

1 INTRODUÇÃO **6**

2 DINÂMICA E PARTICIPANTES **8**

3 COMPILAÇÃO DOS RESULTADOS **13**

3.1 Comércio, investimentos, finanças ***14***

3.2 Desenvolvimento institucional ***21***

3.3 Mudança do clima ***35***

3.4 Governança da inteligência artificial ***47***

3.5 Cooperação em saúde global ***55***

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS **60**

RESUMO EXECUTIVO

Em preparação à presidência brasileira dos BRICS em 2025, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) coordenou um ciclo de oficinas com em torno de 40 especialistas e profissionais de mais de 15 instituições brasileiras para formular recomendações estratégicas sobre cinco áreas prioritárias da agenda do bloco. A iniciativa reforçou o papel do Brasil como articulador de propostas inovadoras, pragmáticas e alinhadas às necessidades do Sul Global. O presente relatório consolida 24 recomendações — cinco por eixo — que contribuíram diretamente para a elaboração do documento submetido ao Conselho de Think Tanks dos BRICS (BTTC). A seguir, as ideias centrais contidas nas propostas são destacadas.

1. Comércio, Investimentos, Finanças

- Fortalecer o investimento produtivo intrabloco, garantindo soberania sobre ativos estratégicos e respeito às normas sociais e ambientais.
- Ampliar a cooperação em comércio digital, com infraestrutura pública interoperável e mecanismos de proteção ao consumidor.
- Reduzir barreiras comerciais e promover a integração aduaneira e a troca de boas práticas em facilitação de comércio.
- Estimular o uso de moedas locais e a interoperabilidade de sistemas de pagamento transfronteiriços.
- Reforçar o Arranjo Contingente de Reservas (CRA) por meio de swap cambial em moedas locais e instrumentos de liquidez.

2. Desenvolvimento Institucional

- Garantir participação equitativa, critérios transparentes de adesão e métodos de tomada de decisão que conciliem consenso e agilidade.
- Criar estruturas de monitoramento e avaliação de impacto, com governança integrada e prioridades estratégicas bem definidas.

- Estabelecer uma unidade permanente de apoio técnico-administrativo, combinando secretariado virtual com sistema de *Troika*.
- Adotar mecanismos resilientes à volatilidade política, como infraestruturas digitais compartilhadas e planos plurianuais.
- Promover maior visibilidade institucional por meio de identidade visual estável, site oficial permanente e sede física (avaliada conforme viabilidade).

3. Mudança do Clima

- Reformar a arquitetura financeira global e ampliar o papel do Novo Banco de Desenvolvimento com instrumentos inovadores e taxonomia verde comum.
- Estabelecer princípios de transição energética justa, com eliminação progressiva dos subsídios fósseis e investimento em infraestrutura renovável.
- Criar mecanismos de cooperação Sul-Sul para garantir justiça climática e inclusão nas estratégias de descarbonização.
- Incentivar pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia em soluções verdes, com remoção de barreiras regulatórias e de propriedade intelectual.
- Integrar políticas de reflorestamento, conservação de biomas e segurança alimentar com mecanismos financeiros inovadores (ex. bonds temáticos).

4. Governança de Inteligência Artificial

- Definir diretrizes comuns para a governança ética, inclusiva e transparente da IA, respeitando a soberania digital dos países membros.
- Criar infraestrutura digital compartilhada (supercomputadores, nuvem soberana) e promover tecnologias interoperáveis de código aberto.

- Apoiar centros conjuntos de P&D e startups de IA voltadas a serviços públicos, com foco em soluções de baixo custo e alto impacto social.
- Harmonizar políticas de governança de dados e proteção da privacidade, com mecanismos regulatórios compatíveis entre os países do bloco.
- Ampliar a cooperação científica e educacional, com programas de capacitação digital, intercâmbio de pesquisadores e ciência aberta.

5. Cooperação em Saúde Global

- Criar um Conselho Permanente de Ministros da Saúde para articulação conjunta de posições em fóruns multilaterais e implementação de recomendações.
- Formular uma cesta de políticas públicas de referência para fortalecer os sistemas nacionais de saúde com foco em equidade e integralidade.
- Estabelecer um ecossistema de produção e acesso a vacinas, medicamentos e diagnósticos voltado às doenças socialmente determinadas e doenças tropicais negligenciadas.
- Reforçar os sistemas de alerta precoce e vigilância integrados ao Regulamento Sanitário Internacional e ao tratado pandêmico em negociação.
- Desenvolver plataformas de saúde digital e inteligência artificial com governança de dados responsável e foco na redução de desigualdades.

Este relatório consolida o esforço coletivo da comunidade técnica brasileira em qualificar a presidência do Brasil no BRICS, oferecendo subsídios concretos à formulação de políticas voltadas à construção de uma governança global mais inclusiva, cooperativa e sensível às necessidades do Sul Global. As recomendações aqui apresentadas combinam ambição e pragmatismo, inovação e responsabilidade — atributos essenciais para enfrentar os desafios de um cenário internacional em rápida transformação, sobretudo a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mais do que um registro institucional, este documento é um convite à reflexão estratégica. A riqueza das propostas reunidas ao longo do ciclo de oficinas, somada à diversidade de instituições e participantes envolvidos e à profundidade das discussões, merece ser revisitada com atenção. Cada eixo temático apresenta não apenas diagnósticos cientificamente informados, mas também alternativas viáveis e caminhos de cooperação multilateral que dialogam com as prioridades brasileiras e com o espírito transformador do BRICS.

Convidamos os leitores a explorarem este material em sua integralidade — com o olhar atento que ele demanda — para extrair o máximo de sua densidade técnica e de sua potência propositiva.

1 INTRODUÇÃO

Ocupando a presidência rotativa dos BRICS em 2025, o Brasil adotou o lema *"Fortalecendo a cooperação do Sul Global para uma governança mais inclusiva e sustentável"*. Representante oficial do governo brasileiro e, portanto, presidente rotativo do Conselho de Think Tanks dos BRICS (BTTC) no mesmo ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) preparou uma série de atividades alinhadas à conquista do objetivo geral embutido nessa ideia: estimular trocas mutuamente benéficas que contribuam para a conformação de uma ordem internacional menos desigual, a qual proporcione a conquista coletiva do desenvolvimento em suas três dimensões: social, econômica e ambiental.

Logo entre as primeiras ações, um ciclo especial de oficinas foi organizado no início do ano para coletar diretrizes alternativas de políticas que os BRICS poderiam seguir em sua atuação multilateral. A consulta foi orientada pelo princípio de reunir sugestões baseadas no conhecimento e na experiência de pesquisadores e profissionais brasileiros reconhecidos. Com rigor técnico e sensibilidade política, a iniciativa buscou garantir a qualidade e a legitimidade das propostas de base, as quais seriam discutidas no momento seguinte com os demais membros do BTTC. Envolvendo especialistas e instituições nacionais de referência desde a origem do processo de elaboração das prescrições, o ciclo correspondeu a uma etapa preliminar de uma tarefa que figura entre as atribuições centrais do conselho: submeter um documento conjunto com recomendações de políticas à esfera política do mais elevado nível da coalizão dos emergentes.

Ao longo de cinco encontros híbridos, realizados entre os dias 17 e 24 de fevereiro de 2025, reuniram-se especialistas prestigiados de mais de 15 instituições brasileiras — entre centros de pesquisa, núcleos de estudo, institutos, universidades e fundações, tanto públicos como não governamentais. Sua missão consistiu em discutir propostas ao redor de cinco áreas estratégicas definidas como prioridades pela presidência brasileira este ano: comércio, investimentos, finanças; desenvolvimento institucional; mudança do clima; governança da inteligência artificial; e cooperação em saúde pública.

Cada uma dessas oficinas contou com um texto de base em sua organização, preparado pelo Ipea, o qual contextualizava os avanços recentes da cooperação intra-BRICS sobre o tema e apresentava três questões norteadoras para

estimular as discussões. No tema de comércio e investimentos, refletiu-se sobre a viabilidade de um sistema de pagamentos em moedas locais, a padronização dos processos aduaneiros e o futuro da Estratégia para a Parceria Econômica dos BRICS. No desenvolvimento institucional, debateram-se alternativas para estruturação física do bloco, racionalização de seus mais de 180 mecanismos de cooperação e o papel das novas categorias de membros. Na oficina sobre mudança do clima, as perguntas abordaram o papel dos BRICS na ampliação da Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) para o financiamento climático, na construção da arquitetura financeira para a transição justa, e no suporte para a conquista global do desenvolvimento sustentável. No tema de inteligência artificial, discutiu-se a criação de regimes comuns de regulamentação, o financiamento conjunto para a pesquisa e a infraestrutura compartilhada de computação de alto desempenho. Por fim, no eixo de saúde, buscaram-se identificar prioridades temáticas, mecanismos mais efetivos e recomendações estratégicas para a atuação coordenada do bloco nos fóruns globais. Essas perguntas buscavam incentivar a proposição de recomendações ousadas, com potencial transformador e fundamentação técnica sólida, articulando inovação com realismo institucional.

Cada oficina contou com uma preparação inicial, na qual os participantes foram encorajados a enviar previamente até cinco recomendações sobre o tema respectivo a sua especialidade, por meio de um formulário digital oferecido pelo Ipea. O instrumento solicitava que, na medida do possível, cada proposta fosse acompanhada de uma contextualização e de uma justificativa técnica, de forma a orientar o debate e a fundamentar as sugestões com evidências, experiências anteriores e análises estratégicas. Durante os encontros, conduzidos sob a coordenação de diferentes pesquisadores do Ipea, os representantes das instituições participantes expuseram suas sugestões e se engajaram em debates construtivos, com excelência técnico-científica. A tarefa central durante as oficinas foi consolidar os diferentes aportes recebidos em prescrições consensuais, no objetivo de resultar até cinco recomendações finais para cada uma das áreas temáticas.

Ao final do ciclo de reuniões, as 24 recomendações produzidas serviram como a base para a elaboração do rascunho inicial (draft zero) do documento que o BTTC

oferece anualmente aos líderes dos BRICS. O debate com os demais membros do conselho promoveu a acomodação do conteúdo das propostas às realidades diversas que caracterizam o coletivo de membros da coalizão. Ainda assim, praticamente tudo que foi sugerido pelos brasileiros através do texto inicial colocado pelo Ipea teve excelente acolhida pelos representantes dos demais BRICS no conselho de think tanks. A marca das oficinas, portanto, permaneceu registrada, enriquecida e aprimorada no documento coletivo aprovado e submetido pelo BTTC aos líderes no início de abril.

Para complementar a entrega efetuada no âmbito multilateral, os frutos das oficinas domésticas não poderiam deixar de ser compartilhados com o público nacional. Devido à riqueza e ao volume extenso do material produzido em fevereiro, as recomendações coletadas durante o ciclo de reuniões integram o conteúdo principal deste relatório. Registram-se nas próximas páginas tanto as contribuições originais recebidas quanto os resultados alcançados pelos frutíferos debates. O objetivo desta publicação, nesse contexto, consiste em garantir transparência, visibilidade e reconhecimento ao esforço coletivo dos especialistas envolvidos. Com essa iniciativa, o Ipea reforça seu compromisso com o diálogo qualificado entre governo, academia e sociedade civil, e contribui para o fortalecimento da legitimidade da liderança do Brasil junto aos BRICS no ano de 2025.

2 DINÂMICA E PARTICIPANTES

Nesta seção e na seguinte, os frutos obtidos em cada um desses cinco encontros são relatados. Elas contam com a listagem das proposições enviadas previamente aos encontros pelos diferentes colaboradores, seguidas das recomendações que foram consolidadas coletivamente ao final das reuniões temáticas. Vale sublinhar que o exercício realizado resultou em enorme aprendizado mútuo, no qual ideias de nuances estratégicas e abordagens teóricas distintas foram colocadas à mesa sem a pretensão de umas se provarem melhores ou piores que as demais. No lugar de competirem entre si, os caminhos apontados foram submetidos a um exame coletivo voltado a identificar os anseios comuns que carregavam. A partir deles, o debate teve a função de revelar os pontos fortes ao redor dos quais as recomendações poderiam se somar e então se fundir.

Nesse sentido, para manter o espírito cooperativo e construtivo, as Tabelas 1 e 2 apresentam informações básicas de cada oficina e a relação completa dos participantes que se dedicaram à tarefa coletiva. Na sequência, subseções referentes aos dias de atividades se dedicam a apresentar de maneira contínua o conteúdo reunido e trabalhado para cada área temática. Esses aportes são relacionados em desassociação das autorias. Desse modo, o propósito geral da iniciativa permanece intacto: demonstrar as ideias que, em diálogo, conduziram à elaboração de propostas mais fortes, com apoio coletivo inestimável.

TABELA 1

Organização das oficinas

TEMA	DATA	COORDENAÇÃO	PARTICIPANTES	
Comércio, investimentos, finanças	17 de fevereiro de 2025	Luciana Acioly	Adriano Oliari Negris Ana Flávia Rodrigues Freire André de Mello e Souza André Pineli Alves Antonio Lassance Carlos Renato Ungaretti Cristina Sydow Danilo Santa Cruz Coelho Djonathan Gomes Ribeiro Edison Benedito da Silva Filho Eduardo Henrique de Freitas Elen Bueno Estêvão Kopschitz Xavier Fábio Veras Soares Fernando Ribeiro Filipe Matheus Silva Cavalcanti Flavio Augusto Martins Francisco Eduardo de Luna Glauco Avelino Sampaio	Graziela Ferrero Zucoloto João Vitor Silveira Pereira José Eduardo Malta de Sá Brandão Keiti da Rocha Gomes Leandro Fontes Corrêa Liliane Bernardes Luiz Marcelo Michelon Zardo Marco Aurélio Alves de Mendonça Mônica Mora Noely Alcarpe Renato Baumann Rodrigo Costa de Andrade Sandra Silva Paulsen Sergio Ricardo De Melo Queiroz Sheila Cristina Tolentino Barbosa Synthia Kariny Silva De Santana Tainari Taioka Tony Gigliotti Bezerra Tulio Chiarini
Desenvolvimento institucional	18 de fevereiro de 2025	Walter Desiderá		
Mudança do clima	20 de fevereiro de 2025	Gustavo Luedeman		
Governança da inteligência artificial	21 de fevereiro de 2025	Denise do Carmo Direito		
Cooperação em saúde global	24 de fevereiro de 2025	Luciana Servo		

Elaborado pelos autores.

TABELA 2

Especialistas, profissionais e respectivas instituições participantes

OFICINA	NOME	INSTITUIÇÃO
Comércio, finanças e investimento	Ana Saggioro Garcia	BRICS Policy Center
	André Biancarelli	Unicamp
	André Moreira Cunha	UFRGS
	Bruno de Conti	Unicamp
	Daniela Freddo	UnB
	Jonnas Vasconcelos	NEPBRICS/UFBA
	Marta Castilho	UFRJ
Desenvolvimento institucional	Cristina Pecequilo	Unifesp
	Gabriel Rached	NUBRICS/UFF
	Gilberto Rodrigues	OPEB/UFABC
	Giorgio Schutte	OPEB/UFABC
	Haroldo Ramanzini Jr.	UnB
	Lier Pires Ferreira	NUBRICS/UFF
	Marta Fernández	BRICS Policy Center
	Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho	NUBRICS/UFF
Mudança do clima	Beatriz Mattos	Plataforma Cipó
	Beatriz Pfeiffer	CEBRI
	Julia Paletta	CEBRI
	Laura Trajber Waisbich	Instituto Igarapé
	Lycia Brasil	Instituto Igarapé
	Mayara Folly	Plataforma Cipó
	Mayra Juruá	CGEE
	Nathalie Beghin	INESC
	Nuria Brito	CGEE
	Teresa Rossi	CEBRI
	Valentina Calado Pompermaier	Plataforma Cipó
Governança da inteligência artificial	Alba Cristina Melo	UnB
	Antônio Carlos Diegues	Unicamp

OFICINA	NOME	INSTITUIÇÃO
	Geber Ramalho	UFPE
	Luca Belli	CTS/FGV
	Nicolo Zingales	CTS/FGV
Cooperação em saúde global	Adelyne Maria Mendes Pereira	Fiocruz
	Carolina Menegassi Leocadio	Fiocruz
	Claudia Hoirisch	Fiocruz
	Claudia Parente	Fiocruz
	Hiago Andre Duarte Albuquerque	Fiocruz
	João Miguel Estephanio	Fiocruz
	Marco Aurelio de Carvalho Nascimento	Fiocruz
	Paulo Buss	Fiocruz
	Paulo Esteves	BRICS Policy Center

Elaborado pelos autores.

3 COMPILAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção está dividida em cinco subseções referentes a cada uma das oficinas temáticas, nas quais o material acumulado pelas atividades é exibido. Para cada oficina, duas tabelas são apresentadas consecutivamente. A primeira tabela mostra as contribuições enviadas pelos participantes através do formulário eletrônico antes dos encontros. A segunda tabela contém as cinco recomendações consolidadas a partir das discussões realizadas entre os participantes, por meio da qual as posições consensuais foram atingidas.

3.1 Comércio, investimentos, finanças

TABELA 3

Comércio, investimentos, finanças: contribuições prévias enviadas pelos participantes

CONTEXTO: O atual sistema financeiro e monetário internacional, centrado no dólar americano e coordenado por instituições controladas por potências ocidentais, tem mostrado disfuncionalidade por pelo menos três razões principais:

- contribui para uma desconexão entre os fluxos de comércio e investimento nos países em desenvolvimento;
- é frequentemente usado como arma geopolítica ("armamentização" do dólar);
- e é apoiado por uma economia em relativo declínio, enfrentando desafios macroeconômicos.

A criação de um sistema alternativo de pagamentos multilaterais pelo BRICS poderia, portanto, ser uma iniciativa útil para reduzir os custos de transação, aumentar os fluxos de comércio e investimento entre as economias emergentes e mitigar as vulnerabilidades geo-políticas.

RECOMENDAÇÃO: O projeto deve ser um sistema voluntário e não vinculante para os membros do BRICS.

RECOMENDAÇÃO: Deve ser aberto a todos os países, independentemente da adesão ao BRICS. Para incentivar uma participação mais ampla, seu nome deve ser revisado para remover "BRICS".

RECOMENDAÇÃO: Pequenos bancos não conectados ao SWIFT devem ser integrados, ou instituições financeiras nacionais devem ser estabelecidas para liquidações.

RECOMENDAÇÃO: No curto prazo, os BRICS poderiam introduzir uma unidade de conta baseada em uma cesta de moedas de Economias de Mercado Emergentes e em Desenvolvimento (EMED), ponderada pelo tamanho econômico (semelhante ao SDR). A médio prazo, isso poderia apoiar uma nova moeda de reserva.

RECOMENDAÇÃO: O Arranjo Contingente de Reservas (CRA) deve ser fortalecido, particularmente por meio do estabelecimento de uma unidade de supervisão científica, conforme previsto no Tratado Constitutivo, e com sede no Brasil.

JUSTIFICATIVA: Dois desafios principais impedem o progresso das iniciativas do BRICS. A primeira é interna: divergências nos interesses nacionais – especialmente após sua expansão – dificultam o consenso. Um quadro não vinculativo com participação voluntária poderia ajudar a resolver esta situação. O segundo desafio é a oposição ocidental, que pode impedir o progresso. Tornar a iniciativa aberta a países não pertencentes ao BRICS e renomeá-la, para remover "BRICS", poderia reduzir as tensões e promover uma participação mais ampla. Um sistema de pagamento multilateral digital – proposto pela Rússia em 2014 – poderia ser baseado em moedas nacionais e interação direta entre bancos centrais. Pode envolver pequenos bancos comerciais não ligados ao SWIFT ou estabelecer instituições financeiras dedicadas. Isso ajudaria a proteger as transações de sanções e, ao mesmo tempo, aumentaria a especialização financeira. Essa agenda também se relaciona com reformas monetárias mais amplas, exigindo etapas incrementais. No curto prazo, os BRICS poderiam introduzir uma unidade de conta baseada em uma cesta de moedas das economias participantes, ponderada pelo tamanho econômico (semelhante ao SDR). A médio e longo prazo, tal iniciativa poderia apoiar a criação de uma nova moeda de reserva para facilitar a estabilidade comercial e financeira. Para melhorar a coordenação, deve ser criada uma Unidade de Supervisão Científica no âmbito do Acordo Contingente de Reservas (CRA), que requer apenas a aprovação do Conselho de Governadores do CRA. Inspirada na AMRO, na Ásia, esta unidade melhoraria o monitoramento macroeconômico, reduzindo a dependência do dólar americano e do FMI, ao mesmo tempo em que fortaleceria a rede de segurança financeira global e a sinergia entre os bancos centrais. O Brasil está bem-posicionado para sediar essa instituição, equilibrando as iniciativas financeiras do BRICS, que permanecem em grande parte concentradas na Ásia, particularmente na China.

CONTEXTO: O comércio mundial tem sido afetado por uma série de medidas baseadas no domínio de fato de uma moeda internacional, o dólar americano, que nos últimos anos vem usando seu poder institucional como arma em situações geopolíticas para apoiar seus interesses. Mais recentemente, ameaçou até mesmo países que questionam esse quadro institucional estabelecido desde meados do século passado com pesadas tarifas comerciais. Portanto, é importante, especialmente para os países do Sul Global, discutir a possibilidade de construir alternativas para um sistema de pagamentos internacional como instrumento para alavancar o comércio mundial, buscando alternativas que possam coexistir, mas também enfrentar, se necessário, o poder do dólar americano.

RECOMENDAÇÃO: Importância da implementação de acordos que possam facilitar o comércio com base em moedas locais.

JUSTIFICATIVA: A ideia é começar a discutir alternativas, dada a aceleração das medidas nos campos comercial e financeiro pelo novo governo dos EUA. O cenário é bastante turbulento e mudanças significativas podem acontecer a qualquer momento, e mais cedo ou mais tarde. Diante dessa situação de possíveis mudanças estruturais no ambiente de negócios internacionais, entre empresas e entre países,

é fundamental pensar em alternativas e avaliar a viabilidade de sua implementação em um período que pode ser curto, caso os eventos se acelerem, ou mais longo, caso o cenário esfrie. Os BRICS têm um papel fundamental nesse cenário, assim como o G20. Os BRICS têm um grande peso na economia e no comércio mundial e podem, de certa forma, contribuir com sua liderança para enfrentar as ameaças comerciais e financeiras ao Sul Global. Se eles puderem fazer isso, é essencial avançar na discussão, pois é uma tarefa fundamental.

RECOMENDAÇÃO: As discussões sobre um sistema de pagamentos eficiente não devem ter como objetivo apenas reduzir os custos de transação para operações comerciais envolvendo várias moedas, mas sim perseguir um objetivo mais amplo, incorporando a concessão de crédito entre os parceiros.

RECOMENDAÇÃO: Diversos estudos mostram que os novos sistemas de pagamento transfronteiriço para CBDCs podem aliar o objetivo de pagamentos mais rápidos e baratos, com o de reduzir a dependência do dólar americano. Os países do BRICS devem criar sua própria plataforma para pagamentos transfronteiriços de CBDCs ou esforços conjuntos em iniciativas existentes, como o mBridge.

RECOMENDAÇÃO: Os BRICS poderiam projetar acordos de swap entre seus bancos centrais para o fornecimento de liquidez em suas moedas nacionais.

RECOMENDAÇÃO: As discussões sobre a possibilidade de uma moeda do BRICS não devem ser abandonadas. É um empreendimento extremamente complexo (tanto por desafios técnicos quanto políticos), mas pode trazer benefícios não apenas para os países do BRICS, mas para transformações mais profundas do IMFS.

JUSTIFICATIVA: Os problemas decorrentes das hierarquias do Sistema Monetário Internacional têm sido profundamente estudados pela literatura de Economia Política Internacional, hierarquia monetária e Subordinação Financeira Internacional. Por um lado, confere um "privilégio exorbitante" ao país que emite a moeda-chave do mundo; por outro lado, cria muitos problemas para os países periféricos. O contexto atual é favorável para transformações, por causa das transformações econômicas e geopolíticas, mas também para as novas oportunidades proporcionadas pelas CBDCs. Pensamos, portanto, que uma agenda gradual, mas ambiciosa, é necessária para fortalecer os esforços dos BRICS para reformar a atual IMFS. Como mencionado na UNCTAD (2010), para a cooperação regional uma abordagem de "pequenos passos" parece mais eficaz do que apenas uma proposta de moeda comum. Afinal, existem desafios significativos associados à cooperação macroeconômica entre economias distantes e pouco integradas, resultando em dificuldades consideráveis e riscos de fracasso. Portanto, defendemos uma estratégia incremental que comece com o desenvolvimento e implementação de mecanismos concretos para facilitar o comércio, enquanto avançamos para formas mais sofisticadas de cooperação, particularmente nos setores monetário e financeiro.

CONTEXTO: Em um cenário global adverso, em que os interesses domésticos dos países ganharam força na geopolítica internacional, como a implementação de barreiras tarifárias, é necessário que o grupo BRICS avance em medidas que fortaleçam o multilateralismo do grupo e que promovam a cooperação financeira dentro do BRICS.

RECOMENDAÇÃO: Gradualmente, os países do BRICS devem adotar meios de pagamento seguros que priorizem as moedas locais como meio de pagamento para transações comerciais, em vez do dólar ou outra moeda que não seja de um país do bloco. Para tal, deve avançar na implementação de tecnologias digitais, de forma a possibilitar a utilização de um meio de pagamento digital e seguro. É necessário fortalecer as redes de correspondentes bancários dentro do BRICS e permitir liquidações em moedas locais de acordo com a Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços do BRICS (BCBPI). Em um segundo momento, eles devem criar os meios e a governança para uma moeda digital comum, que funcione como meio de pagamento entre os países do bloco.

JUSTIFICATIVA: A dependência do dólar provou ser prejudicial com flutuações no preço da moeda devido aos problemas domésticos da economia dos EUA. A conjuntura atual mostra que a dependência financeira de uma moeda simultaneamente nacional e internacional mantém as demais economias do mundo como reféns, sendo, portanto, necessário projetar uma arquitetura financeira internacional que favoreça uma moeda supranacional. Uma moeda supranacional para o grupo é viável. Para tanto, é necessário criar meios para o estabelecimento de uma infraestrutura independente de liquidação e custódia transfronteiriça, o *BRICS Clear*, bem como capacidade de resseguro independente do BRICS, incluindo a *(Re)Insurance Company* do BRICS, com participação em regime voluntário. Por fim, o Arranjo Contingente de Reservas (CRA) do BRICS é um mecanismo importante para evitar flutuações de curto prazo no balanço de pagamentos dos países do bloco e fortalecer ainda mais a estabilidade financeira dos países do BRICS.

RECOMENDAÇÃO: A presidência brasileira do BRICS+ deve acelerar a implementação do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) para apoiar países que enfrentam dificuldades no balanço de pagamentos. O mecanismo precisa ser fortalecido por meio de um redesenho que amplie a parcela não vinculada ao Fundo Monetário Internacional (atualmente limitada a 30% dos recursos). O CRA deve incorporar uma cesta de moedas que inclua os novos membros do BRICS e operar empréstimos em moedas locais, reduzindo a exposição ao dólar americano. Sempre que possível, os empréstimos devem ser concedidos na moeda do país beneficiário, mitigando os impactos da dívida externa.

RECOMENDAÇÃO: É essencial criar incentivos tarifários e mecanismos de facilitação alfandegária para promover o comércio entre os países do BRICS+, com foco na expansão dos fluxos comerciais Sul-Sul para além da China. Os países devem compartilhar informações sobre oportunidades de negócios, condições regulatórias, programas governamentais e serviços públicos, facilitando o comércio complementar. O BTTC deve servir como um centro de pesquisa para identificar oportunidades de integração comercial intra-BRICS+, promovendo o comércio complementar entre os países do bloco e indo além das relações comerciais predominantemente focadas na China.

RECOMENDAÇÃO: Os países do BRICS+ devem facilitar o fluxo de investimento estrangeiro entre si, priorizando o investimento produtivo. É necessário fortalecer as iniciativas conjuntas em pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e a criação de empregos qualificados. A cooperação deve incluir o intercâmbio de informações sobre oportunidades recíprocas de investimento, marcos regulatórios, regimes tributários, fusões e aquisições, compras governamentais, concessões públicas, legislação trabalhista e ambiental, parcerias público-privadas e tratados de proteção de investimentos. Além disso, o BRICS+ deve garantir o direito soberano de expropriar e nacionalizar ativos estrangeiros em casos de interesse público e social, de forma não discriminatória e com compensação efetiva. As medidas governamentais destinadas a proteger a saúde pública e o meio ambiente não devem ser consideradas expropriação.

RECOMENDAÇÃO: As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) para cooperação comercial e industrial devem garantir a inclusão de parcela significativa de insumos nacionais, a contratação de mão de obra local com direitos garantidos e o cumprimento das normas ambientais. Devem ser garantidas consultas públicas informadas com as comunidades locais. O BRICS+ não deve promover investimentos estrangeiros que resultem no enfraquecimento das regulamentações trabalhistas, ambientais ou de saúde.

Elaborado pelos autores.

TABELA 4

Comércio, investimentos, finanças: recomendações consolidadas na oficina

1. Transações digitais: Considerando o rápido crescimento das transações digitais, o fortalecimento da cooperação intra-BRICS no comércio digital poderia oferecer benefícios significativos. Isso pode incluir o intercâmbio de informações sobre boas práticas, programas de capacitação e iniciativas de compartilhamento de conhecimento, especialmente em regulação do comércio digital e em infraestrutura pública digital. Incentivar a interação com a comunidade especializada no âmbito do BRICS poderia apoiar o desenvolvimento de mecanismos de proteção ao consumidor no comércio digital e contribuir para a formulação de um quadro comum de proteção ao consumidor entre os países-membros.

2. Facilitação do comércio: O fortalecimento dos vínculos comerciais entre os membros do BRICS pode ser favorecido por meio da redução de barreiras comerciais, simplificação dos procedimentos aduaneiros, estímulo ao comércio sem papel (*paperless trade*) e promoção da troca de boas práticas em administração comercial e aduaneira. Um compromisso com o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, tendo a OMC como núcleo, poderia fornecer uma base estável para a cooperação econômica. Paralelamente, reconhecendo a crescente importância dos acordos comerciais regionais e mega-regionais, o BRICS poderia explorar maneiras de aproveitar esses acordos para aprofundar o engajamento econômico tanto dentro do bloco quanto com parceiros globais. Todos os formatos de cooperação comercial devem permanecer comprometidos com a promoção de um ambiente de comércio e investimento baseado em regras, não discriminatório, transparente, inclusivo, justo e equitativo.

3. Fluxo de investimentos: Dado o papel das economias do BRICS na recuperação dos fluxos internacionais de investimento, uma série de medidas poderia ser explorada para criar um ambiente mais favorável a investimentos nos níveis doméstico, intra-BRICS e internacional. Esses esforços podem contribuir para o avanço do comércio internacional, desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo. O Conselho dos Think Tanks do BRICS (BTTC) poderia apoiar pesquisas destinadas à ampliação do papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) na facilitação de oportunidades de investimento para os membros do BRICS. Poderia também ser considerada a melhoria do ambiente de negócios para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no âmbito do BRICS, oferecendo-lhes suporte por meio de políticas econômicas. Em particular, o uso de ferramentas digitais para integrar as MPMEs ao mercado global poderia ser uma área de destaque.

4. Sistemas de pagamentos transfronteiriços: O fortalecimento da cooperação no sistema monetário internacional poderia ser outra importante área de engajamento para o BRICS. A expansão do bloco representa uma oportunidade para aprimorar a cooperação financeira e reduzir vulnerabilidades financeiras, inclusive ao facilitar transações de pagamento rápidas, de baixo custo, transparentes, seguras e inclusivas. Nesse contexto, discussões sobre a ampliação do uso de moedas locais no comércio e investimentos podem oferecer caminhos para uma maior resiliência financeira. O compartilhamento de experiências e boas práticas na infraestrutura de pagamentos, especialmente em sistemas transfronteiriços, também poderia contribuir para melhorar a estabilidade e a conectividade financeira entre os membros do BRICS.

5. Estabilidade financeira: Reconhecendo a importância dos novos instrumentos em moedas local, o BRICS poderia explorar mecanismos para fortalecer o Arranjo Contingente de Reservas (CRA) como ferramenta para mobilização de recursos financeiros voltados ao desenvolvimento econômico. O uso de swaps cambiais como instrumento de política monetária poderia ser considerado para prover liquidez aos bancos centrais em moeda local, bem como para manutenção da estabilidade financeira. O estabelecimento de princípios básicos para swaps cambiais sob o marco do CRA poderia ainda apoiar operações comerciais, gerenciamento de riscos e crescimento sustentável e inclusivo das economias do BRICS.

Elaborado pelos autores.

3.2 Desenvolvimento institucional

TABELA 5

Desenvolvimento institucional: contribuições prévias enviadas pelos participantes

CONTEXTO: No momento, os mecanismos e regras existentes para a participação social dentro do BRICS não estão funcionando para as maiorias. O bloco, que já inovava com a criação de um banco de desenvolvimento, mais inclusivo e democrático que os tradicionais – um país, um voto – poderia dar mais um passo ousado ao criar uma instância de participação social. Esse conselho não substituiria os grupos de engajamento, dialogaria com eles, mas faria parte da governança do bloco, participando com direito a voz nos processos de negociação.

RECOMENDAÇÃO: O BRICS deve criar um Conselho da Sociedade Civil com organizações de representantes de cada país, nomeados de forma autônoma.

JUSTIFICATIVA: Experiências internacionais e nacionais têm mostrado que a participação de organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisão política traz muitos ganhos, incluindo maior legitimidade política, melhoria da governança, melhor desempenho político e sustentabilidade. Ao possibilitar a proximidade com as demandas e necessidades dos cidadãos, a participação proporciona uma perspectiva mais ampla de impactos e previne conflitos. Também aumenta a transparência e a responsabilidade. O BRICS+ também deve estabelecer um canal institucionalizado para o diálogo e o envolvimento com as comunidades potencialmente afetadas. Ouvir a sociedade civil, especialmente os impactados pelo bloco, contribui para a implementação de um desenvolvimento efetivo, transformador e sustentável. Os espaços de participação permitem a incorporação de uma pluralidade de atores sociais na definição da agenda pública, não apenas dos grupos com influência sobre os tomadores de decisão tradicionais, aumentando a transparência e a prestação de contas. E entender que existem diferentes formas de produzir conhecimento, além da academia, é fundamental para encontrar soluções adequadas para os atuais problemas econômicos, sociais, ambientais e climáticos que afetam os países do bloco e o mundo. Atualmente, com a disponibilização de inúmeros recursos para a organização de consultas e debates virtuais, os processos participativos são capazes de mobilizar um grande número de organizações de forma fácil e rápida.

CONTEXTO: A cada presidência do grupo e rodada de negociações, um novo símbolo e identidade parecem ser anexados ao grupo, bem como diferentes sites e redes sociais. Então, a ideia é que o grupo precisaria de uma presença mais clara no cenário mundial.

RECOMENDAÇÃO: Criação de uma identidade institucional que não mude de ciclo para ciclo como é hoje, para que outros países e as próprias nações do BRICS possam ter um retrato mais definitivo do grupo como uma organização internacional, somada a uma sede física.

JUSTIFICATIVA: Embora os BRICS estejam em vigor há mais de 15 anos, ainda há uma discussão sobre o status do grupo, seja como uma organização internacional, aliança ou qualquer outra coisa. Apesar de isso não ser uma garantia da continuidade e dos compromissos do grupo (como o rápido fim da UNASUL demonstrou), essas medidas podem ajudar a promover um senso de comprometimento e estabilidade do grupo. É viável e forneceria uma ideia mais concreta dos BRICS.

CONTEXTO: À medida que os BRICS decidiram ampliar nos últimos dois anos, as categorias e o status dos membros mudaram. À medida que mais países estão sendo identificados como parte dos BRICS, este é um passo muito necessário para fortalecer a institucionalização.

RECOMENDAÇÃO: Estabelecer, mais claramente, os critérios para o alargamento, responsabilidades, papéis e status dos países membros e parceiros, dentro e fora do grupo.

JUSTIFICATIVA: O processo de ampliação dos BRICS tem se mostrado um desafio, pois está sujeito a condições políticas, como o caso da Argentina comprovou. Além disso, países como a Arábia Saudita parecem hesitar em cumprir seus compromissos. Portanto, o grupo precisa estabelecer melhor os critérios para sua ampliação e para os papéis e responsabilidades que os membros futuros e atuais precisam seguir.

CONTEXTO: Desde 2011, quando os BRICS realizaram sua primeira ampliação com o envolvimento da África do Sul, não houve novas expansões ou debates sobre o assunto. No entanto, nos últimos dois anos, devido a um ambiente político em mudança, o grupo sofreu dois alargamentos e, ao mesmo tempo, está a tentar apresentar mecanismos alternativos para lidar com questões económicas e financeiras. Assim, como mostra a experiência de outras alianças e OIs, como a UE, o alargamento pode levar a um compromisso mais flexível com os propósitos do grupo e prejudicar o seu aprofundamento e reforço dos compromissos. Portanto, o que o grupo representa? Um compromisso mais flexível para atrair mais membros ou uma agenda rígida?

RECOMENDAÇÃO: Definir as principais prioridades do grupo, considerando as suas opções e ações em curso no âmbito do alargamento e dos compromissos aprofundados.

JUSTIFICATIVA: Até agora, a escolha do BRICS para o alargamento está a revelar-se tanto um sucesso como um problema. Como a UE demonstrou, tentar buscar o alargamento e o aprofundamento ao mesmo tempo é arriscado e comprometer o objetivo central do grupo em circunstâncias geopolíticas em mudança. É viável e pode reforçar o compromisso do grupo, embora possa não atrair algumas nações.

CONTEXTO: Embora os BRICS tenham claramente uma posição política, e isso é muito necessário, algumas medidas de cautela, à medida que o grupo está se ampliando, podem ser necessárias para evitar atritos excessivos entre os membros e países com os quais o grupo coopera. A institucionalização depende muito de compromisso e credibilidade e, por enquanto, parece que o grupo é facilmente suscetível a mudanças políticas em seus membros, embora seja mais resiliente do que parece.

RECOMENDAÇÃO: Focar em mecanismos de cooperação dentro e fora do grupo que sejam menos suscetíveis a mudanças nos ambientes políticos e que possam ser sustentados pelos membros do grupo mesmo que sofram ajustes de política externa em sua agenda, pois esses mecanismos trazem benefícios e resultados para as nações envolvidas.

JUSTIFICATIVA: Como mencionado, embora seja mais resiliente do que parece, o BRICS é frequentemente acusado de ser fraco ou inviável. Portanto, os BRICS precisam implementar mecanismos de cooperação de forma mais clara, que sejam mais visíveis e sistemáticos, mesmo que isso signifique alguma redução em certas áreas, à medida que se concentrem em agendas mais pragmáticas.

CONTEXTO: À medida que o grupo se amplia, poderia ser interessante ter algumas sedes regionais permanentes.

RECOMENDAÇÃO: Criar, além da primeira sugestão de uma sede física e permanente, sedes regionais e permanentes menores em cada continente à medida que o grupo se expande. A ideia é ter um mecanismo em modelo radial (*hub and spokes*).

JUSTIFICATIVA: Embora isso possa parecer contraditório com a primeira sugestão de uma sede permanente (que pode não ser tão viável quanto parece), a ideia de uma sede regional pode oferecer uma solução, pois pode levar a um mecanismo radial, e criar um senso de

continuidade. Portanto, poderia haver uma sede para a região (Américas, Europa, Ásia e África), com funcionários permanentes e símbolos que seriam usados quando os países de cada região assumissem a presidência.

CONTEXTO: A criação de uma sede física e de um secretariado multilateral permanente para os BRICS representam um passo importante para a consolidação do grupo. Desde sua formação, os BRICS têm se destacado como uma coalizão que busca promover uma ordem mundial mais justa e inclusiva. No entanto, a falta de uma estrutura institucional formal tem limitado sua capacidade de ação, especialmente agora, quando recebe novos e diversos membros. A necessidade de uma sede física e de um secretariado permanente surge como resposta a essa lacuna estrutural. Atualmente, a ausência de um órgão administrativo fixo dificulta a continuidade dos projetos e a implementação das principais decisões. Uma sede permanente permitiria a centralização das operações, facilitando a coordenação entre os membros, a construção de iniciativas conjuntas e a articulação de posições em fóruns internacionais. O aspecto simbólico também é importante. Uma sede física e um secretariado permanente representariam a maturidade institucional do grupo. A sede também serviria como um centro diplomático, com países membros e outras nações interessadas em colaborar com o bloco. Isso fortaleceria o papel do BRICS como plataforma para a cooperação Sul-Sul e como voz ativa na defesa dos países emergentes. Além disso, em um contexto internacional marcado por tensões geopolíticas, uma estrutura institucional permanente permitiria ao grupo atuar de forma mais proativa na prevenção e mediação de conflitos, bem como na reforma de instituições multilaterais, como a ONU, o FMI e a OMC. Em suma, uma sede física e um secretariado permanente são investimentos necessários para a coalizão, incentivando os BRICS a atuarem sistematicamente na arena internacional. Além disso, um secretariado profissionalizado poderia oferecer apoio técnico e logístico para avançar em agendas prioritárias, como comércio, investimento, inovação tecnológica, segurança energética e mudança do clima.

RECOMENDAÇÃO: É necessário que os BRICS estabeleçam uma sede física e tenham um secretariado multilateral permanente, com um corpo fixo e qualificado de funcionários. Esta medida reforçaria a coordenação e a eficiência do grupo, permitindo uma ação mais orgânica em questões de interesse comum. Um quadro institucional consolidado facilitaria a implementação de iniciativas conjuntas, o diálogo político e a cooperação em domínios sensíveis como economia, comércio, segurança e desenvolvimento sustentável. Além disso, uma sede física simbolizaria a solidez e a crescente relevância dos BRICS no cenário internacional, reforçando sua importância na construção de uma nova ordem global, multilateral e cooperativa.

JUSTIFICATIVA: Várias razões justificam uma sede fixa e um secretariado permanente. Vale destacar:

- Cooperação e Coordenação: Isso permitiria uma ação mais orgânica, garantindo que as iniciativas do grupo avancem de maneira contínua e coordenada.

- Institucionalização e credibilidade: A institucionalização dos BRICS seria um sinal de que o grupo é uma coalizão estável e comprometida com objetivos de longo prazo.
- Implementação de projetos: Um secretariado permanente facilitaria a implementação de projetos multilaterais, aumentando a eficiência e a interação com outros atores globais.
- Representação e influência global: Uma sede física serviria como ponto focal para a diplomacia do BRICS, facilitando a interação com outros atores globais.
- Cooperação Sul-Sul: Uma estrutura permanente permitiria ao grupo atuar como uma plataforma para articular agendas comuns e promover iniciativas que beneficiem seus membros.

Uma sede física e uma secretaria permanente dependem de pontos importantes, como:

- Consenso entre os membros: Os países membros precisam concordar com a criação da sede e definir suas atribuições, financiamento e localização.
- Localização: A escolha do país anfitrião é um ponto sensível. Critérios como a tradição diplomática e a neutralidade política são essenciais. Nesse sentido, o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro são alternativas viáveis.
- Financiamento: Os custos poderiam ser divididos entre os membros, com base no tamanho de suas economias.
- Estrutura e Funcionamento: Um modelo interessante seria o da OCDE, que possui um secretariado profissional e independente.
- Impacto político: A criação de uma sede permanente fortaleceria a posição do BRICS como um ator central na governança global.

Portanto, são iniciativas importantes e viáveis, que fortaleceriam a capacidade de atuação do grupo. Em um mundo cada vez mais instável, a institucionalização dos BRICS é um passo necessário para a construção de uma ordem global mais justa e equilibrada.

CONTEXTO: O BRICS nasceu da urgência de construir novas formas de governança global em resposta às assimetrias contemporâneas. O princípio orientador central era ocupar espaços e desafiar a governança global, ao mesmo tempo em que desenvolvia mecanismos alternativos de cooperação dentro do grupo. Esta foi uma abordagem fundamentalmente sólida, mas é insuficiente agora. Inicialmente, o BRICS se concentrou no crescimento quantitativo; agora, deve evoluir para um crescimento qualitativo, reforçando os mecanismos de cooperação e aumentando a sua eficácia. Desde a primeira Cúpula do BRICS, inúmeras declarações, resoluções e acordos de cooperação foram estabelecidos. Esses acordos são a força vital do BRICS, pois formalizam relações econômicas, políticas e culturais essenciais para as interações intragrupo. No entanto, mais de quinze anos após a primeira Cúpula, muitos mecanismos de cooperação podem estar desalinhados com as prioridades contemporâneas. Mecanismos semelhantes de diferentes acordos poderiam ser consolidados em estruturas mais amplas e integradas, melhorando a eficiência e a coordenação.

É tempo de uma revisão abrangente destes mecanismos para orientar melhor as ações futuras. Os mecanismos de cooperação não devem continuar a assinalar apenas o vasto número de relações intragrupo; em vez disso, eles devem incorporar duas características-chave que são fundamentais para o BRICS:

- A capacidade de monitorar e analisar criticamente esses mecanismos (o que, por sua vez, requer uma listagem e classificação exaustivas), levando a um melhor planejamento das ações;
- A capacidade de construir relações econômicas, políticas e culturais que contribuam para um mundo mais justo e equitativo, onde a pobreza seja erradicada e a desigualdade seja reduzida, para garantir dignidade para todos.

RECOMENDAÇÃO: O BRICS deve compilar uma lista abrangente de todos os mecanismos de cooperação existentes e anteriormente descontinuados para desenvolver estruturas de monitoramento e avaliar, entre os acordos feitos, o que progrediu – e em que medida – e o que não progrediu. A apresentação de muitos mecanismos de cooperação pode impressionar a opinião pública ou servir como propaganda, mas acrescenta pouco à eficácia do BRICS. A falta de uma lista abrangente e monitorável cria a situação paradoxal em que existem múltiplas classificações de mecanismos de cooperação, mas não há base empírica sobre a qual tais classificações devam ser construídas. Assim, a revisão é o princípio fundamental que deve nortear um programa de trabalho de especialistas de vários países. É essencial uma classificação clara dos mecanismos de cooperação, combinada com a criação de indicadores para o acompanhamento e a avaliação qualitativa.

JUSTIFICATIVA: O aumento da eficácia dos mecanismos de cooperação por meio de uma lista abrangente, critérios claros de classificação e mecanismos de monitoramento, ao mesmo tempo em que se incorpora progressivamente uma dimensão social a esses mecanismos, está entre as ações mais estratégicas e econômicas que o BRICS pode realizar. Um Comitê de Revisão de Mecanismos de Cooperação poderia ser estabelecido, composto por especialistas de cada país do BRICS, bem como especialistas de organizações internacionais. Um prazo de seis meses seria suficiente para que este Comitê analisasse e apresentasse um Relatório sobre a situação dos mecanismos de cooperação. Este Relatório serviria como uma recomendação aos líderes da Cúpula do BRICS, contendo, no mínimo:

- Uma lista abrangente de todos os mecanismos de cooperação dentro do BRICS;
- Critérios claros para classificar os mecanismos de cooperação;
- Indicadores e elementos para facilitar o monitoramento das ações;
- Recomendação de que novos mecanismos de cooperação incluam sempre disposições para políticas de compensação social, étnico-racial e/ou ambiental.

O trabalho deste Comitê de Revisão decorrerá paralelamente às atividades regulares do mecanismo de cooperação. Independentemente das conclusões do Comitê, certas áreas emergentes - como transição energética, inteligência artificial, segurança alimentar e saúde

pública - merecem maior atenção e prioridade. Seria bem-vinda uma expansão seletiva e cuidadosamente planejada dos mecanismos de cooperação. A recomendação geral, portanto, é priorizar a qualidade das ações em detrimento da quantidade de ações. Iniciativas mais eficazes – aquelas com maior impacto social e maior consciência ambiental – fortalecerão a credibilidade do BRICS. Os mecanismos de cooperação devem seguir essa lógica para aumentar a relevância do grupo e orientar suas ações futuras de forma mais eficaz.

CONTEXTO: Há uma crescente insatisfação com o uso econômico e político do dólar pelos EUA, que não apenas concede privilégios exorbitantes, mas também cria insegurança e instabilidade em todo o mundo. Em seu discurso na Cúpula dos BRICS em Kazan, o presidente Lula enfatizou que a criação de uma alternativa ao dólar para o comércio entre os membros do bloco deve avançar e não pode mais ser adiada, inclusive como forma de garantir que a "ordem multipolar" almejada pelos BRICS também se reflita no sistema financeiro internacional. Há uma oportunidade histórica e uma necessidade premente de avançar na busca de alternativas a serem testadas com responsabilidade.

RECOMENDAÇÃO: Criação de uma unidade de conta na forma de uma cesta de moedas dos países membros do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) do BRICS, em que o peso da moeda de cada país corresponderia à sua participação no PIB do grupo.

JUSTIFICATIVA: A criação de uma unidade de conta na forma de uma cesta de moedas dos países membros do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) do BRICS permite que ativos financeiros, incluindo reservas internacionais e commodities, sejam denominados sem depender apenas do dólar como referência. A declaração de Kazan afirma que "Expressamos nosso forte apoio à melhoria do mecanismo CRA por meio da previsão de moedas elegíveis alternativas e saudamos a finalização das emendas aos documentos do CRA". Um ativo de reserva alternativo é, em última análise, um pré-requisito para que as alternativas ao dólar avancem. A criação de um ativo financeiro de referência do BRICS faria parte de uma reforma e atualização do CRA, que poderia posteriormente evoluir para uma autoridade financeira, alocando reservas para fortalecer a estabilidade econômica de seus membros, com títulos de reserva garantidos pelos tesouros nacionais dos países participantes. Não seria uma moeda, pois não servirá como meio de troca para fazer pagamentos.

CONTEXTO: Após 15 anos de existência e com sua rápida expansão a partir de 2024, o BRICS possui uma série de propostas e projetos de cooperação que se encontram dispersos e em um ambiente fragmentado, o que dificulta sua implementação, acompanhamento e mensuração de seus resultados.

RECOMENDAÇÃO: Criação de um Plano Quinquenal para apoiar a implementação de projetos de cooperação intrabloco. O plano será ajustado e atualizado anualmente.

JUSTIFICATIVA: Seria importante ter um Plano Quinquenal para monitorar os acordos e projetos de cooperação intrabloco, com o objetivo de aumentar sua eficácia, aumentar sua visibilidade e destacar seus resultados. A criação de um Plano Quinquenal seria viável com a aprovação dos membros do BRICS, com a assistência técnica do Novo Banco de Desenvolvimento.

CONTEXTO: Após completar 15 anos de existência e passar por uma expansão significativa em 2024, o BRICS continua sendo um agrupamento de países sem personalidade jurídica, contando exclusivamente com arranjos intergovernamentais moldados pelas ações ad hoc de cada país presidente. A governança do BRICS ainda depende inteiramente do governo que assume sua presidência rotativa. O BRICS ainda não possui um órgão para organizar as informações do bloco, garantir o registro de reuniões, atas, declarações e acordos, ou fornecer uma entidade técnica para acompanhar as propostas, acordos e planos do bloco. Nesse contexto, é necessária a criação de uma secretaria técnica para servir como guardiã permanente da governança técnica do bloco. Dessa forma, não há um local centralizado dentro do BRICS onde se possa acessar informações.

RECOMENDAÇÃO: Criação de uma Secretaria Técnica do BRICS para garantir o acompanhamento dos acordos, manutenção de registros e acesso a documentos, entre outras funções técnicas.

JUSTIFICATIVA: A criação de uma Secretaria Técnica do BRICS com um banco de dados centralizado tornou-se urgente, dada a crescente complexidade das atividades do bloco e sua rápida expansão para novos membros. Uma Secretaria Técnica poderia ser estabelecida por meio de um acordo internacional entre os membros (neste caso, seguindo os procedimentos do Direito Internacional) ou como um órgão técnico gerenciado por uma Troika de países membros do BRICS – compreendendo o país que presidiu o bloco no ano anterior, o país que atualmente ocupa a presidência e o país que presidirá em seguida. Com base na segunda opção, que poderia ser implementada imediatamente (como um órgão sem personalidade jurídica internacional), a Secretaria Técnica do BRICS poderia assumir o papel de guardiã da governança técnica do bloco. Suas funções incluiriam organizar os documentos existentes, preservar a memória institucional do grupo, facilitar o acesso público aos documentos oficiais (como declarações, atas e acordos) e garantir o acompanhamento dos acordos e planos de ação. A Secretaria Técnica também poderia receber apoio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Além disso, poderia desempenhar um papel fundamental na facilitação de uma potencial transição do bloco para uma estrutura institucional internacional formal no futuro.

CONTEXTO: O grupo BRICS tornou-se uma força significativa na governança global, representando economias emergentes e defendendo um mundo multipolar. No entanto, sua presença digital permanece fragmentada, com informações espalhadas por sites temporários vinculados a presidências rotativas. Essa falta de uma plataforma centralizada prejudica a identidade institucional do BRICS e dificulta o acesso público a informações críticas. Um site permanente abordaria essas lacunas, servindo como um centro unificado para registros históricos, declarações oficiais e recursos acadêmicos. Ao consolidar sua presença digital, o BRICS pode aumentar sua visibilidade, fortalecer sua estrutura institucional e projetar uma imagem coesa para a comunidade internacional.

RECOMENDAÇÃO: Recomenda-se s criação de um site permanente do BRICS (por exemplo, brics.org) como plataforma de comunicação oficial e repositório para o agrupamento. Este site armazenaria documentos históricos, declarações da Cúpula e marcos importantes, fortalecendo a identidade do BRICS e garantindo a transparência. Um domínio centralizado eliminaria a necessidade de mudanças a cada presidência rotativa, aumentando a acessibilidade e a credibilidade global.

JUSTIFICATIVA: A criação de um site permanente do BRICS é essencial para lidar com a atual fragmentação de sua presença digital. Atualmente, cada presidência rotativa cria seu próprio site temporário, levando a um acesso inconsistente às informações e à perda de parte dos dados históricos quando os domínios expiram. Uma plataforma centralizada garantiria a continuidade, permitindo que as partes interessadas, pesquisadores e o público acessassem um repositório abrangente de documentos relacionados ao BRICS, incluindo declarações de Cúpula, declarações conjuntas e análises acadêmicas. Isso não apenas preservaria o legado histórico do agrupamento, mas também forneceria uma fonte confiável de informações para referência futura.

CONTEXTO: A expansão do BRICS aumentou sua representação geográfica e influência global, mas o processo carece de transparência e diretrizes claras, arriscando percepções de preconceito ou domínio político por membros mais influentes. Para resolver isso, é essencial estabelecer um processo de admissão transparente, incluindo a divulgação pública de inscrições e critérios explícitos para adesão. Esses critérios devem estar alinhados com os objetivos estratégicos do BRICS, como promover a cooperação Sul-Sul, reformar a governança global e se opor a medidas unilaterais, como sanções ou tarifas, que violem as regras da OMC. Além disso, esclarecer a distinção entre membros plenos e parceiros, com um período provisório para os parceiros fazerem a transição para a adesão plena, evitaria estruturas hierárquicas que contradizem o *ethos* igualitário do BRICS. Essa abordagem garante que a expansão seja inclusiva, transparente e consistente com os valores do bloco, fortalecendo sua credibilidade e atraindo novos membros em potencial.

RECOMENDAÇÃO: Garantir a transparência na expansão do BRICS, divulgando publicamente os pedidos de adesão e estabelecendo critérios de admissão claros e disponíveis publicamente. Definir categorias distintas para membros plenos e parceiros, com um período provisório para os parceiros fazerem a transição para a associação plena. Essa abordagem reforça a identidade democrática e não hierárquica do BRICS, ao mesmo tempo em que promove a inclusão e a transparência.

JUSTIFICATIVA: Essa recomendação é crucial porque a transparência e a clareza no processo de expansão são fundamentais para manter a credibilidade e a identidade democrática do BRICS. A divulgação pública dos pedidos de adesão e o estabelecimento de critérios claros evitam que o processo seja dominado por interesses políticos ou pela influência de membros mais poderosos, garantindo justiça e inclusão. Critérios claros, como alinhamento com os objetivos estratégicos do BRICS e relações amistosas com os membros atuais, fornecem uma base objetiva para avaliar os candidatos, reduzindo a ambiguidade e os conflitos potenciais. A definição de categorias distintas para membros plenos e parceiros, com um período provisório para parceiros, evita a criação de estruturas hierárquicas que poderiam minar o ethos colaborativo e não hierárquico do BRICS. Essa abordagem é viável, pois se baseia em práticas existentes em outras organizações multilaterais e se alinha com o compromisso do BRICS com a inclusão e a transparência. Ao adotar essas medidas, o BRICS pode melhorar sua reputação global, atrair novos membros e garantir que sua expansão reflita seus valores de igualdade e cooperação.

CONTEXTO: O BRICS opera como um bloco não hierárquico e flexível, mas sua falta de uma estrutura institucional permanente pode levar a ineficiências, prioridades inconsistentes e desafios na coordenação de projetos de longo prazo. Uma estrutura híbrida combinando um Secretariado Permanente virtual e uma Troika abordaria essas questões, preservando a identidade única do BRICS. O Secretariado centralizaria as tarefas administrativas e técnicas, garantindo operações e comunicação tranquilas. Enquanto isso, a Troika, composta por representantes das presidências atual, anterior e futura, proporcionaria continuidade estratégica e impediria o domínio de um único membro. Esse modelo evita os custos e complexidades de uma sede física, tornando-se uma solução prática para aumentar a institucionalização do BRICS sem comprometer seus princípios colaborativos e igualitários.

RECOMENDAÇÃO: Estabelecer uma estrutura híbrida para o BRICS, combinando um Secretariado Permanente virtual e uma Troika. O Secretariado cuidaria das tarefas administrativas, técnicas e de comunicação, enquanto a Troika, composta pelas presidências atual, anterior e futura, garantiria o alinhamento político e estratégico. Esse modelo garante continuidade, transparência e eficiência sem a necessidade de uma sede física.

JUSTIFICATIVA: Essa recomendação é importante porque fortalece o arcabouço institucional do BRICS, garantindo a continuidade, a transparência e a eficiência de suas operações. O Secretariado Permanente virtual simplificaria as tarefas administrativas e técnicas. Por outro lado, a Troika asseguraria a supervisão estratégica, garantindo que as prioridades e os projetos não são abandonados durante as transições de liderança. Essa estrutura também impede que qualquer membro domine a agenda, promovendo equilíbrio e inclusão. A ausência de uma sede física torna esse modelo econômico e evita negociações complexas sobre sua localização. A combinação das forças de um órgão permanente e um mecanismo de liderança rotativa aumenta a capacidade do BRICS de atingir seus objetivos.

CONTEXTO: À medida que o BRICS se expande, o desafio de chegar a um consenso entre membros crescentes e diversificados aumenta. Para evitar a fragmentação e manter a coesão, os BRICS devem evitar replicar modelos hierárquicos como o Conselho de Segurança da ONU, onde os poderes de veto criam desigualdade. Em vez disso, o BRICS deve adotar uma abordagem inclusiva e igualitária inspirada na Assembleia Geral da ONU, garantindo que todos os membros, independentemente do tamanho ou influência, tenham direitos iguais de participação. Essa abordagem se alinha com a identidade do BRICS como um bloco democrático e não hierárquico que representa o Sul Global. Ao priorizar o consenso e a transparência, o BRICS pode fortalecer sua unidade e eficácia no enfrentamento dos desafios globais, mantendo seu apelo como uma plataforma colaborativa e representativa.

RECOMENDAÇÃO: Para garantir a coesão e a inclusão na tomada de decisões à medida que o BRICS se expande, recomendamos:

- Participação Igualitária: Adotar um modelo semelhante ao da Assembleia Geral da ONU, garantindo que todos os membros tenham direitos iguais e evitando categorias hierárquicas ou poder de veto;
- Processo de Votação: Priorizar o consenso para as decisões. Se o consenso for inatingível, utilizar a votação por maioria qualificada (por exemplo, maioria de 2/3) para assuntos estratégicos ou urgentes, com explicações públicas dos resultados;
- Decisões críticas: Exigir consenso completo para decisões importantes, como admissão de novos membros ou reformas institucionais.

JUSTIFICATIVA: Garantir a participação igualitária entre todos os membros do BRICS é vital para reforçar a identidade do bloco como uma organização democrática e inclusiva. Ao conceder direitos iguais a cada membro, o grupo evita divisões e promove a confiança, essencial para a colaboração de longo prazo. Um modelo igualitário é viável e alinhado com os princípios existentes do BRICS, pois simplifica os processos de tomada de decisão e evita as complexidades dos sistemas hierárquicos. Além disso, priorizar o consenso para a tomada de decisões promove a unidade. Garante que todas as vozes sejam ouvidas, ao mesmo tempo em que se utiliza a votação por maioria qualificada para questões urgentes, permitindo progressos sem comprometer a inclusão. A transparência é reforçada pela explicação pública

das decisões, fortalecendo a legitimidade e a responsabilidade do bloco. Finalmente, exigir consenso completo para decisões críticas, como a admissão de novos membros, garante a propriedade coletiva e evita o domínio de membros mais influentes. Essa abordagem salvaguarda a integridade do bloco e reforça seu compromisso com a governança equitativa e colaborativa.

CONTEXTO: O BRICS tornou-se um bloco global significativo, mas seu impacto é frequentemente prejudicado pela implementação inconsistente de decisões e pela falta de monitoramento sistemático. Sem um mecanismo robusto para acompanhar o progresso, as iniciativas correm o risco de perder força, especialmente durante as transições de liderança. Uma Unidade de Monitoramento e Avaliação abordaria esses desafios, fornecendo uma estrutura para supervisão e responsabilidade. Esta unidade trabalharia em conjunto com grupos de trabalho temáticos e pontos focais nacionais para implementar as decisões de forma eficaz. Ao publicar relatórios regulares e manter uma plataforma online transparente, a unidade aumentaria a confiança do público e demonstraria o compromisso do BRICS em entregar resultados tangíveis. Esta proposta baseia-se nas estruturas existentes, ao mesmo tempo que introduz uma abordagem profissional de monitorização e avaliação, garantindo que as iniciativas do bloco são impactantes e sustentáveis.

RECOMENDAÇÃO: Estabelecer uma Unidade de Monitoramento e Avaliação para acompanhar e avaliar sistematicamente a implementação das decisões. Esta unidade desenvolveria indicadores de desempenho mensuráveis, publicaria relatórios de progresso regulares e garantiria a transparência, tornando as informações acessíveis em uma plataforma online dedicada.

JUSTIFICATIVA: Ao estabelecer uma Unidade de Monitoramento e Avaliação, o BRICS pode garantir que as decisões tomadas em cúpulas e reuniões ministeriais sejam efetivamente implementadas, promovendo a transparência e a confiança entre os membros e as partes interessadas. Os relatórios de progresso regulares e os indicadores de desempenho da unidade forneceriam uma imagem clara das conquistas e desafios, permitindo ajustes oportunos e melhoria contínua. O envolvimento de grupos de trabalho temáticos e pontos focais nacionais garante uma abordagem colaborativa, evitando o abandono de projetos de longo prazo durante as transições de liderança. Ao adotar esse modelo, o BRICS pode aumentar sua eficiência, continuidade e reputação global, garantindo que suas iniciativas produzam resultados significativos e mensuráveis.

Elaborado pelos autores.

TABELA 6

Desenvolvimento institucional: recomendações consolidadas na oficina

1. Legitimidade e transparência: O BRICS deve fortalecer sua governança e transparência por meio de mecanismos que garantam participação equitativa, critérios claros de admissão e processos eficientes de tomada de decisão. A estrutura de governança deve garantir a representação dos países membros e das partes interessadas pertinentes, promovendo a transparência e a confiança institucional. O processo de expansão do BRICS deve ser baseado em regras bem definidas e transparentes, garantindo previsibilidade e legitimidade na admissão de novos membros. Ao mesmo tempo, os princípios de inclusão e participação igualitária devem ser preservados, evitando hierarquias rígidas ou mecanismos que prejudiquem a equidade. O consenso deve ser priorizado na tomada de decisões, mas métodos alternativos, como o voto qualificado, devem ser considerados para manter a agilidade. Esse modelo equilibra estabilidade, flexibilidade e transparência, reforçando a governança do BRICS e preservando sua coesão.
2. Efetividade e implementação: Para fortalecer o planejamento estratégico, o monitoramento e a avaliação de impacto, o BRICS deve adotar um modelo de governança integrado, garantindo que suas prioridades sejam bem definidas, suas ações estruturadas e seus resultados efetivamente monitorados. A governança deve equilibrar flexibilidade e previsibilidade, permitindo ajustes conforme necessário sem comprometer a continuidade das iniciativas. A implementação da política deve ser orientada por um planejamento estruturado, alinhado com as prioridades dos membros e apoiado por um mecanismo de monitoramento para garantir transparência e eficácia. Essa abordagem garante coordenação, adaptação e conformidade, promovendo impacto tangível, estabilidade e maior eficiência institucional.
3. Capacidades operacionais: Para garantir a continuidade administrativa e a eficiência operacional, o BRICS deve estabelecer uma estrutura institucional adaptável que integre a gestão técnica com a flexibilidade organizacional. Uma unidade permanente de apoio técnico e administrativo deve monitorar os acordos, manter registros e garantir a preservação de documentos. Essa entidade poderia operar em um modelo híbrido, combinando um Secretariado Virtual para tarefas administrativas com um sistema da Troika, composto pelas presidências atual, anterior e futura, garantindo a continuidade estratégica. A necessidade de uma sede física ou centros regionais pode ser avaliada à medida que o BRICS se expande, atingindo um equilíbrio entre estabilidade institucional e flexibilidade operacional. Esse modelo melhora a coordenação, a governança e a eficiência, mantendo a natureza descentralizada do bloco.

4. Governança e tomada de decisões: Para fortalecer a sustentabilidade e a transparência institucionais, o BRICS deve adotar estruturas e mecanismos que garantam a continuidade de sua cooperação, equilibrando infraestrutura, digitalização e resiliência operacional. A estrutura do bloco deve permitir uma cooperação estável e menos suscetível a mudanças políticas, garantindo que as iniciativas sejam bem coordenadas e acessíveis. A integração de infraestruturas físicas e digitais aumenta a capacidade de comunicação e operacional do BRICS, promovendo eficiência e transparência. Ao aprimorar os mecanismos existentes e incorporar novas ferramentas institucionais, o BRICS pode estabelecer uma base sólida para organizar, monitorar e consolidar suas ações, garantindo adaptabilidade e acessibilidade para seus membros.

Elaborado pelos autores.

3.3 Mudança do clima

TABELA 7

Mudança do clima: contribuições prévias enviadas pelos participantes

CONTEXTO: Essas recomendações constam do artigo "BRICS e os Desafios da Descarbonização e Proteção da Biodiversidade", publicado recentemente pelo Instituto Igarapé (ver https://igarape.org.br/en/leveraging-synergies-how-brics-can-drive-biodiversity-and-climate-solutions/).

RECOMENDAÇÃO: Aprofundar a cooperação intra-BRICS e prover suporte à inovação, bem como aprimorar o papel do novo Banco de Desenvolvimento na integração do clima, biodiversidade e financiamento do desenvolvimento. Expandir a cooperação intra-BRICS em questões relacionadas ao clima e à biodiversidade, alavancando sua inovação e experiência existentes. Isso inclui áreas como tecnologia de satélite para monitoramento ambiental, tecnologias de energia renovável e conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Os BRICS também devem posicionar o Novo Banco de Desenvolvimento mais claramente como uma instituição voltada para a missão dedicada a financiar a transição ecológica no Sul Global, defendendo uma aliança de bancos multilaterais de desenvolvimento para promover infraestrutura sustentável e resiliente em ecossistemas críticos.

JUSTIFICATIVA: Apesar da heterogeneidade interna e das tensões políticas, o grupo BRICS tem o potencial de liderar ações transformadoras. A chave para essa liderança está em promover a inovação, construir alianças internas, fortalecer a cooperação e alavancar mecanismos financeiros como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para promover uma transição justa e inclusiva. O posicionamento estratégico do BRICS como uma coalizão do Sul Global facilita sua capacidade de defender soluções equitativas que abordem os impactos desproporcionais das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade em nações em desenvolvimento. À medida que o mundo enfrenta crises ambientais crescentes, a capacidade do grupo de conectar a ação climática e a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconômico oferece um caminho transformador para o Sul Global. Alguns dos países membros demonstraram disposição e capacidade de agir de acordo com essas agendas no país e no exterior (inclusive por meio da Cooperação Sul-Sul).

CONTEXTO: A narrativa dominante sobre o financiamento climático quer que as pessoas acreditem que não há recursos públicos disponíveis para financiar mitigação, adaptação e perdas e danos, que a solução está no setor privado ou na dívida adicional. Mas as evidências mostram que a cooperação global em impostos poderia mobilizar recursos públicos novos e adicionais:

- combatendo os fluxos financeiros ilícitos e o abuso fiscal;
- fazendo com que os HNWI paguem sua parcela justa de impostos, bem como as transnacionais;
- e eliminando gradualmente os gastos tributários ineficientes.

RECOMENDAÇÃO: O BRICS+ deve apoiar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC) como um mecanismo para mobilizar recursos públicos novos, adicionais e livres de dívidas que contribuirão para o financiamento climático.

JUSTIFICATIVA: A nível mundial, os mecanismos e regras existentes de governança fiscal internacional não estão a funcionar para a maioria. É por isso que acreditamos que as Nações Unidas são o espaço mais justo, inclusivo e participativo para discutir e aprovar medidas tributárias que afetam diretamente todos os estados. Acreditamos que uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC), atualmente em negociação, iria:

- estabelecer uma estrutura internacional sobre tributação;
- promover a equidade em relação aos países em desenvolvimento;
- contribuir para a realização progressiva dos direitos humanos e a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e trazer mais ambição aos compromissos do Acordo de Paris;
- assegurar a transparência, incorporando simultaneamente os interesses, as preocupações e as necessidades dos países em desenvolvimento;
- e aumentar a *accountability* governamental e a participação pública. A UNFCITC é vista como a maior mudança na história do sistema tributário global e é considerada uma oportunidade única para evitar a perda de trilhões de dólares devido ao abuso e gastos tributários.

CONTEXTO: Os países do BRICS são responsáveis por 28% da produção e exportação mundial de petróleo bruto, liderados pela Rússia e China, e 27% das importações de petróleo. Além disso, a fonte de energia dominante em seis países do BRICS é a energia fóssil, o que ressalta a importância da eliminação gradual das fontes de energia tradicionais para a transição energética. A forte dependência da China do carvão, combinada com a participação considerável da Índia, África do Sul e Rússia, torna os países do BRICS responsáveis por quase 70% da capacidade mundial de carvão. As usinas de petróleo e gás são menos proeminentes em todo o grupo, representando 22% da capacidade total global de usinas de petróleo/gás. Essa informação destaca a contribuição e a responsabilidade dos países do BRICS na consecução de uma Transição Energética Justa.

RECOMENDAÇÃO: O BRICS+ deve estabelecer um cronograma para a transição dos combustíveis fósseis e acabar com os subsídios a essas fontes, de maneira justa e equitativa que não comprometa o acesso à energia.

JUSTIFICATIVA: Apesar dos dados mostrarem a importância dos BRICS na transição energética, a retórica sobre essa questão nas declarações de alto nível da Cúpula do BRICS se concentra principalmente na segurança energética e na continuação das "fontes combinadas de energia" ou do "princípio da neutralidade tecnológica", que inclui os combustíveis fósseis, para que a transição energética seja equitativa. Esta declaração deixa em aberto a possibilidade de continuar a explorar novas fontes de combustíveis fósseis. No entanto, os países do BRICS têm uma grande capacidade de desenvolver e atingir as metas coletivas globais de energia renovável, especialmente a meta de triplicar a capacidade de energia renovável até 2030. Relatórios recentes mostram que, se o grupo continuar a aumentar a capacidade de energia renovável até 2030, os países do BRICS poderão alcançar um aumento de mais de 2,5 vezes na capacidade de energia renovável. Além disso, o domínio dos combustíveis fósseis na matriz energética dos países do BRICS vem diminuindo nos últimos anos, e as projeções mostram que pode cair mais de 50% ainda este ano. Além disso, seus projetos de desenvolvimento de capacidade solar e eólica superam aqueles relacionados a carvão, petróleo e gás em uma escala de 2 para 1. Isso mostra a incrível capacidade que os países do BRICS têm de serem líderes em energia renovável.

CONTEXTO: Em vez de beneficiar todos os países, a transição para economias mais verdes até agora reforçou amplamente as desigualdades dentro e entre os países, aumentando as perspectivas industriais verdes para nações já industrializadas e perpetuando o papel limitado da maioria dos países em desenvolvimento como fontes de matérias-primas. Como resultado, os formuladores de políticas, particularmente no Sul Global, têm enfatizado cada vez mais a importância de garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa. Apesar de sua crescente adoção nas políticas e discursos climáticos, ainda não existe uma definição universalmente aceita do que constitui uma transição justa. As nações desenvolvidas, por um lado, concentram-se principalmente nas preocupações trabalhistas. Em contraste, os países em desenvolvimento, incluindo os países do BRICS, defendem uma visão mais ampla de uma transição justa que equilibre o imperativo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa com a necessidade de enfrentar as desigualdades sociais, incluindo a pobreza e a fome. Cada transição será necessariamente específica do contexto devido às condições econômicas, sociais e ambientais únicas. No entanto, uma estrutura conceitual comum e abrangente poderia ajudar a identificar as principais condições favoráveis para alinhar as metas e princípios climáticos com melhores resultados socioeconômicos em nível global. Como tal, os Princípios de Alto Nível do BRICS sobre Transições Justas podem incentivar a integração de critérios e considerações de justiça e equidade nas políticas e estratégias nacionais de transição dos Estados-membros, ao mesmo tempo em que promovem iniciativas de cooperação internacional

destinadas a apoiar os países do BRICS no avanço de suas transições para longe dos combustíveis fósseis de maneira justa, ordenada e equitativa.

RECOMENDAÇÃO: Ao mesmo tempo em que defende o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades, o BRICS pode assumir um papel de liderança para garantir que seus membros e suas populações façam a transição dos combustíveis fósseis de maneira justa, ordenada e equitativa. Para apoiar isso, os BRICS devem adotar Princípios de Alto Nível sobre Transições Justas para fornecer orientação sobre os principais elementos que os países do BRICS devem considerar ao formular suas estratégias, políticas e programas de transição justa. Reconhecendo que os caminhos de transição justa são moldados por condições econômicas, sociais e ambientais únicas, esses princípios devem ser abrangentes e adaptáveis a diversos contextos nacionais. Assim, os Princípios de Alto Nível sobre Transições Justas do BRICS devem não apenas equilibrar o imperativo de promover modelos econômicos resilientes ao clima e com baixa emissão de gases de efeito estufa, mas também implementar medidas para reduzir as desigualdades dentro e entre os países à medida que navegam em suas transições ecológicas.

JUSTIFICATIVA: As nações do Norte Global geralmente priorizam considerações sobre o mercado de trabalho, como necessidades de retreinamento e requalificação associadas às transições econômicas. Embora esses aspectos sejam cruciais, eles muitas vezes ignoram as realidades do Sul Global, onde uma grande parte da força de trabalho é informal e muitos grupos, principalmente mulheres, estão envolvidos em trabalho de cuidado não remunerado – deixando-os em maior risco de serem ainda mais marginalizados pela transição.
O estabelecimento de Princípios de Transição Justa do BRICS poderia tornar as negociações climáticas internacionais, incluindo o Programa de Trabalho de Transição Justa da UNFCCC, mais inclusivas das realidades do Sul. Isso garantiria que as prioridades dos países em desenvolvimento – como acabar com a pobreza energética; promoção da proteção/inclusão social; garantir o respeito pelos direitos humanos, das mulheres e do meio ambiente; promover o co-desenvolvimento e a transferência de tecnologia e a agregação de valor nas cadeias de suprimentos verdes; e garantir mecanismos de financiamento acessíveis/confiáveis - são significativamente integrados às discussões. Isso é viável – durante a presidência do Brasil em 2024, o G20 adotou Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas. O BRICS poderia desenvolver sua própria estrutura, adaptada às suas prioridades e contextos específicos, e defender a integração desses princípios nas negociações climáticas internacionais, incluindo a UNFCCC e seu Programa de Trabalho para uma Transição Justa.

CONTEXTO: O desenvolvimento de Princípios de Alto Nível sobre Transições Justas baseados em consenso é um primeiro passo crítico no estabelecimento de padrões, critérios e orientações para políticas nacionais e internacionais de transição justa. No entanto, sem ações concretas, seu impacto permanece limitado. Além de projetar os Princípios de Alto Nível do BRICS sobre Transições Justas – que podem

contribuir para discussões em fóruns globais como o Programa de Trabalho para Transição Justa da UNFCCC – o BRICS também pode desempenhar um papel fundamental na mobilização de apoio internacional para aprimorar os meios de implementação, garantindo que os países tenham os recursos necessários para operacionalizar suas estratégias de transição de forma eficaz. Para esse fim, o BRICS deve apoiar o estabelecimento de uma Plataforma de Matchmaking para Facilitar a Implementação de Transições Energéticas Justas, modelada após a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e aberta a todas as Partes da UNFCCC.

Principais pilares da Plataforma de Matchmaking de Transição Justa, inspirada na Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza:

- Cesta de Políticas – Um conjunto de instrumentos e programas de políticas rigorosamente selecionado e avaliado, projetado para promover transições justas, adaptáveis aos contextos nacionais e subnacionais.
- Centro de Compartilhamento de Conhecimento e Capacitação – Uma plataforma que conecta instituições nacionais, regionais e internacionais, incluindo think tanks e instituições acadêmicas, para promover a troca de conhecimento e fornecer assistência técnica. Por exemplo, esta plataforma poderia apoiar o desenvolvimento da capacidade técnica necessária para avaliar os custos das intervenções políticas e construir os conhecimentos técnicos necessários para a implementação eficaz de políticas de transição justa.
- Fontes de Financiamento e Tecnologia – Um mecanismo projetado para atrair fundos globais e regionais, fundos climáticos verticais, bancos de desenvolvimento e doadores públicos e privados, comprometidos em fornecer apoio financeiro e tecnológico para ajudar os países membros a implementar programas de transição justa e instrumentos de política dentro da Cesta de Políticas da Plataforma.

RECOMENDAÇÃO: Os BRICS devem apoiar o estabelecimento de uma Plataforma de Matchmaking para Facilitar a Implementação de Transições Energéticas Justas, inspirada na Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, e aberta a todas as Partes da UNFCCC. A Plataforma deve prosseguir os seguintes objetivos de alto nível:

- Garantir apoio político sustentado de alto nível para impulsionar a ação coletiva na operacionalização dos Princípios de Transições Justas e do parágrafo 28(d) do Primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, apoiando os países em: "Transição dos combustíveis fósseis nos sistemas de energia, de maneira justa, ordenada e equitativa";
- Facilitar a mobilização de apoio internacional, incluindo recursos financeiros e tecnológicos públicos e privados, para permitir a implementação em larga escala, de propriedade e liderada pelo país de programas e instrumentos de política de transição baseados em evidências, com foco particular nos países em desenvolvimento e nas pessoas com maior risco de serem deixadas para trás pelas políticas de transição.

JUSTIFICATIVA: Embora os países, incluindo o BRICS, tenham se comprometido a abandonar os combustíveis fósseis de maneira justa, ordenada e equitativa, atualmente não existe um fundo multilateral dedicado para apoiar essa transição. Dado o atual cenário geopolítico – marcado pela retirada da maior economia do mundo do Acordo de Paris e pela alocação limitada de capital para mecanismos existentes, como o recém-criado Fundo de Perdas e Danos – o estabelecimento de um novo fundo é politicamente inviável. No entanto, uma plataforma de matchmaking apresenta uma alternativa mais viável. O sucesso da Aliança Global do G20 Contra a Fome e a Pobreza, lançada durante a presidência do G20 do Brasil em 2024, demonstra esse potencial, já tendo garantido a participação de mais de 148 stakeholders, incluindo mais de 80 estados, além de inúmeras organizações internacionais, instituições financeiras e entidades filantrópicas. O apoio do BRICS aumentaria significativamente a viabilidade política de estabelecer uma plataforma de matchmaking aberta a todas as Partes da UNFCCC. Modelada após a Aliança Global, esta plataforma pode ser estruturada em torno de pilares fundamentais, incluindo:

- Cesta de Políticas
- Centro de Compartilhamento de Conhecimento e Capacitação
- Fontes de Finanças e Tecnologia

CONTEXTO: Os países do BRICS enfrentam um desafio compartilhado na transição dos combustíveis fósseis, mantendo a estabilidade econômica e o desenvolvimento. Juntas, essas nações respondem por 45% da população mundial e pelas emissões de CO_2 e 25% do PIB global, tornando suas políticas energéticas críticas para a ação climática global. Como economias dependentes de combustíveis fósseis (FFDCs), elas dependem fortemente de carvão, petróleo e gás natural para a produção de energia, e as receitas fósseis desempenham um papel central nas finanças públicas por meio de subsídios, contratos de partilha de produção e empresas estatais. No entanto, as implicações fiscais da transição energética são significativas, pois o declínio das receitas fósseis pode levar a restrições orçamentárias, exigindo que os governos cortem gastos ou diversifiquem os fluxos de receita. A capacidade de cada país de gerenciar essa transição depende da diversificação econômica, do capital humano e da força institucional, o que determinará sua capacidade de atrair investimentos e se voltar para indústrias alternativas.

RECOMENDAÇÃO: Integrar critérios de equidade e implementar estratégias de transição fiscal para gerenciar riscos econômicos no processo de eliminação gradual de combustíveis fósseis

JUSTIFICATIVA: Os BRICS devem defender estruturas de transição equitativas nas negociações multilaterais, principalmente na COP 30, garantindo que os cronogramas de eliminação gradual considerem responsabilidades históricas, necessidades de desenvolvimento e cotas de compartilhamento justo. Isso permitiria às economias em desenvolvimento um período mais longo, mas estruturado, para

descarbonizar, garantindo que as nações desenvolvidas fornecessem apoio financeiro e técnico para uma transição acelerada. Reconhecendo os riscos econômicos, regulatórios e financeiros da eliminação gradual dos combustíveis fósseis, o BRICS deve desenvolver mecanismos fiscais para mitigar ativos ociosos, apoiar as indústrias afetadas e garantir a estabilidade macroeconômica. Isso inclui a eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis e o reinvestimento das receitas em infraestrutura de energia limpa, retreinamento da força de trabalho e programas de construção de resiliência. Não existe uma política de "bala de prata" ou uma estratégia de transição fiscal única adequada para todos os países do BRICS. Os governos precisarão levar em consideração as capacidades regulatórias e as atitudes do público ao desenvolver estratégias para aumentar os preços da energia e introduzir novos impostos (Beaton et al., 2013; Clements et al., 2013; Levi et al., 2020).

CONTEXTO: Os BRICS devem defender estruturas de transição equitativas nas negociações multilaterais, principalmente na COP 30, garantindo que os cronogramas de eliminação gradual considerem responsabilidades históricas, necessidades de desenvolvimento e cotas de compartilhamento justo. Isso permitiria às economias em desenvolvimento um período mais longo, mas estruturado, para descarbonizar, garantindo que as nações desenvolvidas fornecessem apoio financeiro e técnico para uma transição acelerada.

RECOMENDAÇÃO: Desenvolver uma taxonomia verde conjunta para permitir a mobilização de financiamento climático.

JUSTIFICATIVA: O estabelecimento de uma taxonomia verde em todo o BRICS permitiria ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) padronizar critérios de investimento sustentável, promovendo a emissão de títulos verdes, sociais e sustentáveis (GSS). Essa estrutura deve ser projetada para alavancar as receitas de combustíveis fósseis durante os ciclos de expansão, direcionando recursos para resiliência climática, projetos de baixo carbono e políticas de transição justa. Entre os países do BRICS, a China tem um mercado de títulos verdes bem desenvolvido, mas outras jurisdições, como Índia e Brasil, também experimentaram um crescimento sustentado no mercado e nas regulamentações relacionadas (Lann et al, 2022). Os países do BRICS também devem buscar convergência regulatória nos mercados de carbono.

CONTEXTO: A Declaração de Kazan já ressaltou o compromisso das nações do BRICS com as transições de energia sustentável, ao mesmo tempo em que reconhece suas diversas circunstâncias nacionais e prioridades de desenvolvimento. Os parágrafos 80, 81, 82 e 84 destacam a necessidade de segurança energética, cooperação tecnológica e mecanismos de financiamento para apoiar uma transição equitativa. Embora os países do BRICS tenham feito progressos na implantação de energias renováveis, a eliminação gradual dos combustíveis

fósseis continua sendo um obstáculo crítico, exigindo políticas coordenadas, investimento em tecnologias limpas e estratégias para mitigar os impactos socioeconômicos, particularmente em regiões fortemente dependentes de indústrias fósseis.

RECOMENDAÇÃO: Reforçar a cooperação em P&D para tecnologias de baixo carbono como facilitador da diversificação econômica.

JUSTIFICATIVA: Para impulsionar uma transição sustentável, o BRICS deve aprofundar a colaboração em pesquisa e desenvolvimento (P&D), promovendo a transferência de tecnologia e a inovação conjunta em energia limpa, combustíveis sustentáveis, armazenamento de energia, captura de carbono e descarbonização industrial. Esforços coordenados em manufatura verde, modelos de economia circular e digitalização permitirão a diversificação econômica e a competitividade de longo prazo em um mercado global de baixo carbono.
Outra prioridade da Presidência brasileira do BRICS é a governança da inteligência artificial. Os países do BRICS devem concordar com princípios de alto nível para alavancar o desenvolvimento de inteligência artificial para a melhoria da alocação de recursos naturais, mecanismos de governança ambiental, adaptação urbana e outras áreas que possam promover a transição para economias de baixo carbono. Melhorar a cooperação em sistemas de inteligência artificial soberanos e de código aberto (como o Deep Seek) será fundamental para que os países do BRICS possam alinhar essas tecnologias com o alcance de suas próprias metas nacionais de desenvolvimento econômico sustentável.

CONTEXTO: Muitos países do BRICS, incluindo novos membros como os Emirados Árabes Unidos e a Nigéria, estão preocupados com a regeneração de terras degradadas e com a prevenção da desertificação. O Brasil, por exemplo, tem a meta de regenerar 12 milhões de hectares de terra em sua NDC.

RECOMENDAÇÃO: Melhorar a cooperação tecnológica, técnica e financeira para restaurar, regenerar e reflorestar áreas degradadas.

JUSTIFICATIVA: Os países do BRICS devem alavancar a transferência de tecnologia e projetar mecanismos financeiros inovadores, incluindo mercados de carbono e pagamentos por serviços ambientais, que barateiem e ampliem as atividades de restauração. O Brasil pode contribuir com a transferência de tecnologias de restauração produtiva de custo relativamente baixo, como sistemas agroflorestais e de integração lavoura-pecuária-floresta. A cooperação em agricultura regenerativa entre os países do BRICS também pode contribuir para garantir a segurança alimentar e pode ser fomentada no âmbito da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, lançada pela Presidência brasileira do G20 no ano passado.

CONTEXTO: Os países do BRICS respondem por uma parte significativa das emissões mundiais de carbono. Por essa razão, uma aliança entre os países do BRICS deve ser ambiciosa e necessária. Assim, trabalhando juntos, os BRICS podem alavancar sua influência coletiva para defender estruturas de transição equitativas nas negociações globais, ao mesmo tempo em que promovem políticas domésticas que promovam a segurança energética, a industrialização verde e a resiliência de longo prazo.

RECOMENDAÇÃO: Fortalecer a liderança do BRICS nas negociações climáticas multilaterais.

JUSTIFICATIVA: O BRICS deve reforçar seu papel como ator-chave na diplomacia climática global, defendendo os princípios das Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas (CBDR). Isso inclui o avanço de mecanismos de financiamento justos, a defesa das prioridades dos países em desenvolvimento nos acordos climáticos globais e a garantia de que as estruturas multilaterais reflitam as realidades das economias emergentes. Também inclui garantir que todos os países do BRICS apresentem NDCs robustas e ambiciosas que estejam alinhadas com a meta de 1,5 graus Celsius do Acordo de Paris. Esse é um objetivo das Presidências brasileiras do BRICS e da COP 30 em 2025.

RECOMENDAÇÃO: Acelerar e facilitar o processo de transferência de tecnologia e desenvolvimento de soluções amigáveis ao clima, com grande preferência pelo desenvolvimento conjunto.

RECOMENDAÇÃO: Criar uma plataforma de experiências bem-sucedidas e fracassadas para cidades resilientes e adaptação entre os países do BRICS, incluindo custos e a necessidade de capacidades estatais, institucionais e individuais.

RECOMENDAÇÃO: Aprimorar os mecanismos financeiros que promovam o investimento em tecnologia e práticas que criem capacidades nacionais.

RECOMENDAÇÃO: Financiar soluções orientadas para o bioma para combater as mudanças climáticas por meio de iniciativas entre países e compartilhadas.

JUSTIFICATIVA: É importante evitar um novo ciclo de dívida e dependência tecnológica entre os países do BRICS, aumentando a transferência e o desenvolvimento de tecnologia. No que diz respeito ao foco dos projetos a financiar, vale a pena apostar em tecnologias que contribuam para a descarbonização ao mesmo tempo que resolvam desafios societais e proporcionem melhor qualidade de vida (como a adaptação de infraestruturas urbanas).

Elaborado pelos autores.

TABELA 8

Mudança do clima: recomendações consolidadas na oficina

1. Financiamento e Governança para a Transição Sustentável: Os BRICS devem melhorar sua governança financeira e capacidade de mobilização de recursos para apoiar uma transição para longe dos combustíveis fósseis de maneira justa, ordenada e equitativa. Isso requer defender a reforma da arquitetura financeira internacional e fortalecer os mecanismos de financiamento multilateral, dos quais o financiamento público tem um papel importante, alinhando as políticas fiscais e regulatórias e garantindo que o Sul Global tenha acesso a financiamento previsível, baseado em doações, altamente concessional e de longo prazo. O bloco deve defender estruturas tributárias globais mais justas, especialmente dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional, bem como promover sistemas e fluxos financeiros compatíveis com a meta climática de 1,5º C. Para isso, os BRICS devem aprimorar o papel do Novo Banco de Desenvolvimento na promoção da sustentabilidade, adotando uma taxonomia verde comum que ajude a padronizar os critérios de investimento, bem como emitindo instrumentos financeiros verdes e direcionando recursos para projetos de infraestrutura sustentável e resiliência climática. Ao adotar essas medidas, os BRICS podem se posicionar como líderes globais em finanças sustentáveis, moldando políticas internacionais que equilibram o crescimento econômico com a responsabilidade ecológica, incluindo mitigação e adaptação climática e conservação da biodiversidade.

2. Transições Energéticas Justas: Os BRICS devem defender princípios comuns sobre transições energéticas justas que equilibrem os compromissos ambientais com considerações socioeconômicas para promover os direitos econômicos e sociais. O bloco deve dar o exemplo no desenvolvimento de políticas que reduzam progressivamente a dependência de combustíveis fósseis, garantindo segurança energética, acessibilidade e acesso equitativo, juntamente com proteções sociais mais amplas para grupos afetados por políticas de transição. Deve ser elaborada uma estratégia clara e estruturada de eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, levando em consideração os contextos socioeconômicos nacionais, evitando interrupções econômicas abruptas e promovendo a diversificação gradual para fontes de energia renováveis. Fortalecer a capacidade de energia renovável, modernizar as redes de energia e investir em infraestrutura sustentável de alta integridade que apoie tecnologias limpas, evitando compensações entre clima e biodiversidade, são fundamentais para uma transição ordenada. A proposta do Conselho Empresarial do BRICS para um Fundo de Energia Limpa no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento deve ser reforçada e expandida.

3. Transição justa e cooperação internacional: Para garantir que a resposta global à crise climática e a transição para modelos econômicos sustentáveis sejam justas e inclusivas, os BRICS devem integrar considerações de justiça social e econômica em suas políticas de proteção climática e da biodiversidade. O bloco deve defender compromissos climáticos equitativos nas negociações globais, defendendo a negociação justa do NCQG e garantindo que o sul global não seja desproporcionalmente sobrecarregado por políticas de descarbonização e que as estratégias climáticas também sejam projetadas para ajudar a reduzir as desigualdades dentro e entre os países. A cooperação deve se concentrar na criação de estruturas de transição justa que protejam as comunidades vulneráveis, evitem a exclusão econômica e promovam meios de subsistência sustentáveis. A expansão da cooperação Sul-Sul, iniciativas de compartilhamento de conhecimento e mecanismos inovadores de apoio financeiro, como o Roteiro Baku-Belém, ajudarão as nações em desenvolvimento a gerenciar os desafios da transição dos combustíveis fósseis. Os BRICS também devem coordenar posições e se engajar ativamente na diplomacia climática global, garantindo que os princípios de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, permaneçam centrais na formulação de acordos internacionais que reflitam as necessidades das economias emergentes.

4. Tecnologia, Inovação e Pesquisa para a Sustentabilidade: Os BRICS devem posicionar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no centro de sua agenda de sustentabilidade, promovendo a colaboração em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias verdes e soluções baseadas na natureza. Os investimentos em valor agregado e soluções avançadas de energia renovável devem ser priorizados para acelerar a redução de emissões e, ao mesmo tempo, aumentar a competitividade industrial verde. A digitalização e o uso responsável da inteligência artificial devem ser aproveitados para melhorar a governança climática, otimizar o uso de recursos e fortalecer a adaptação climática em áreas urbanas e rurais. O bloco deve facilitar a transferência de tecnologia e o co-desenvolvimento (TTD) entre os países membros e tomar medidas para ajudar a remover as barreiras regulatórias e de propriedade intelectual que impedem a adoção de soluções tecnológicas inovadoras pelos países em desenvolvimento, particularmente aquelas listadas nas Avaliações de Necessidades Tecnológicas (TNA) dos países. Ao fortalecer as parcerias entre instituições de pesquisa, empresas e agências governamentais, os BRICS podem criar um ecossistema dinâmico que promova o desenvolvimento econômico favorável ao clima, aumente a eficiência energética e expanda as capacidades tecnológicas no Sul Global.

5. Conservação de ecossistemas, reflorestamento, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e resiliência ambiental: Os BRICS devem adotar uma abordagem integrada para restauração ambiental, segurança alimentar e nutricional, conservação da biodiversidade e bioeconomia. O fortalecimento dos mecanismos de reflorestamento, agricultura regenerativa e reabilitação de terras aumentará a resiliência contra as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, apoiará economias rurais sustentáveis. Instrumentos econômicos,

incluindo novos fundos e facilidades, incentivos financeiros, como mercados de carbono transparentes e regulamentados, pagamentos por serviços ecossistêmicos, títulos temáticos (por exemplo, *Amazon bonds*), TFFF (*Tropical Forests Funds Forever*) e bioeconomia, devem ser expandidos para atrair investimentos em soluções baseadas na natureza. O bloco também deve reforçar a cooperação em práticas agrícolas sustentáveis, garantindo que as estratégias de adaptação climática não exacerbem as desigualdades sociais ou ameacem a segurança alimentar e nutricional. Ao priorizar políticas e instrumentos econômicos que alinhem os esforços de conservação com o desenvolvimento econômico, considerando a necessidade de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e garantir os direitos das comunidades locais e indígenas, os BRICS podem promover uma transição global em direção à sustentabilidade, salvaguardando os ecossistemas e promovendo a resiliência de longo prazo na produção de alimentos e na gestão de recursos com base em uma bioeconomia que lucra com o uso sustentável dos ativos da biodiversidade.

Elaborado pelos autores.

3.4 Governança da inteligência artificial

TABELA 9

Governança da inteligência artificial: contribuições prévias enviadas pelos participantes

CONTEXTO: De um ponto de vista geral, a proposta justifica-se por quatro razões. Sem uma ação coordenada e a participação da sociedade civil, será difícil alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo da IA. O fórum ajudará a reduzir as assimetrias tecnológicas e socioeconômicas entre os países do BRICS. Como a IA é o ponto de encontro e a expressão mais visível da Indústria 4.0, contribuir para sua governança inclusiva, responsável e sustentável levará a um melhor posicionamento de todos os países do BRICS no novo paradigma tecnológico. Por fim, a promoção de uma governança de IA inclusiva e responsável é um esforço multidisciplinar e multifacetado. A IA e a Indústria 4.0 demandam conhecimento de diversos campos e geram impactos que exigem atenção de todas as áreas do conhecimento e das atividades humanas. Existem também justificativas específicas. Espaços semelhantes já existem nos níveis governamental e empresarial: respectivamente, o Instituto de Redes do Futuro do BRICS (BIFN) e as Reuniões de Ministros de CTI e Finanças/Economia; o Grupo de Trabalho de Economia Digital do Conselho Empresarial do BRICS. A proposta está alinhada com vários pontos das declarações de cúpula: Fortaleza (2014): "49. Acreditamos que as TICs devem fornecer instrumentos para promover o progresso econômico sustentável e a inclusão social, trabalhando em conjunto com a indústria de TIC, a sociedade civil e a academia para aproveitar as oportunidades e alcançar os benefícios potenciais relacionados às TIC para todos"; Pequim (2022): "57. Expressamos nossas preocupações sobre os riscos e dilemas éticos relacionados à IA. (...) Encorajamos os membros do BRICS a trabalharem juntos para abordar essas preocupações, compartilhando as melhores práticas e conduzindo estudos comparativos sobre o assunto, a fim de desenvolver uma abordagem de governança comum que oriente os membros do BRICS sobre o uso ético e responsável da IA facilitando o desenvolvimento dessa tecnologia."

RECOMENDAÇÃO: Criar um fórum da sociedade civil para debater, avaliar e formular propostas voltadas tanto para otimizar as potencialidades de cada país do BRICS quanto para o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) e reduzir os potenciais impactos negativos associados não apenas a essa tecnologia específica, mas também à Indústria 4.0 em geral. A sua composição deve ter como objetivo, na medida do possível, um triplo equilíbrio:

- Setorial: universidades, think tanks, ONGs e sindicatos devem ser incluídos;
- Disciplinar: além do setor de Ciência e Tecnologia, devem ser contempladas as áreas de Ciências Biomédicas, Ciências Naturais e Humanidades; e
- Nacionais: as delegações de cada país membro deve ser do mesmo tamanho.

Além disso, o fórum proposto deve interagir com as instâncias governamentais e entidades empresariais existentes. Sugerimos que a primeira tarefa desse órgão seja projetar a criação de um pool de financiamento que permita a promoção das formulações apresentadas.

JUSTIFICATIVA: A Indústria 4.0 engloba um conjunto de transformações que a diferenciam até mesmo das revoluções tecnológicas anteriores. Cada vez mais, a Internet das Coisas, a computação em nuvem e a impressão 3D estão se tornando parte de nossas vidas diárias. No entanto, poucas coisas foram tão impactantes para nossas gerações quanto as descobertas mais recentes relacionadas à IA. Nesse sentido, é interessante observar como a IA é um ponto de encontro e a expressão mais visível da Indústria 4.0. A Indústria 4.0, em geral, e a IA, especificamente, colocam a humanidade diante de dilemas importantes. Por um lado, a próxima transição tecnológica tem um potencial sem precedentes para aumentar a precisão e a produtividade e quebrar as barreiras da engenharia às artes. Por outro lado, todas essas vantagens podem resultar em desemprego em massa ou condições de trabalho precárias. Do ponto de vista geopolítico, os dilemas não são menos significativos. Dependendo das direções escolhidas nos próximos anos e décadas, poderemos ver uma expansão ou uma redução das desigualdades entre os povos. Deve-se enfatizar também que esse desenvolvimento não passou despercebido pelos BRICS. Pelo contrário, o que se pode ver das declarações é que esse tema ocupa parte significativa das discussões e textos resultantes das Cúpulas. Prova disso é que, com exceção da segunda reunião em Joanesburgo (2023), desde Xiamen (2017), ou seja, nas últimas oito Cúpulas, o tema digital foi tema de mais de 10 parágrafos em todos os documentos. Portanto, reconhecendo a importância do BRICS nesse contexto e a importância da sociedade civil na formulação de análises e caminhos a serem seguidos, apresentamos a proposta em questão.

CONTEXTO: A maioria dos sistemas de IA fornece saídas, mas não explica como essas saídas foram produzidas. Além disso, a mesma entrada muitas vezes produz saídas diferentes, dificultando a reprodutibilidade.

RECOMENDAÇÃO: Promover a IA explicável e reproduzível para todos os sistemas de IA.

JUSTIFICATIVA: A IA explicável é importante, pois fornece ao usuário informações sobre os algoritmos e parâmetros usados para produzir a saída. A IA reprodutível garante a produção de resultados semelhantes quando a mesma entrada é usada.

CONTEXTO: A fim de garantir a soberania e a funcionalidade da IA para o desenvolvimento dos BRICS, é necessário:

- Estabelecer conjuntamente padrões regulatórios para acesso, manuseio, armazenamento e uso de dados para garantir simultaneamente o desenvolvimento tecnológico e econômico e a privacidade;
- Participar de fóruns internacionais para influenciar o estabelecimento de padrões regulatórios para tecnologias, normas e todas as questões relacionadas a dados de forma a atender às necessidades e desafios nacionais dos países do BRICS.

RECOMENDAÇÃO: Estabelecer iniciativas conjuntas destinadas a desenvolver soluções tecnológicas inovadoras para melhorar significativamente a prestação de serviços públicos relacionados à saúde, educação, segurança e transporte aos cidadãos do BRICS. Propõe-se que centros conjuntos de P&D sejam estabelecidos no Brasil para promover a transferência de tecnologia entre os membros e para desenvolver soluções adaptadas às necessidades de cada país. Esses centros devem ser compostos por instituições de pesquisa, universidades e empresas privadas de todos os países do BRICS. A ideia é que os centros sejam focados em missões específicas a serem realizadas em projetos-piloto específicos. A organização da prossecução destes objetivos deve ser estruturada em torno da criação de plataformas tecnológicas que integrem todos os atores acima referidos. Um bom exemplo disso é o Alibaba City Brain.

JUSTIFICATIVA: Esta é uma iniciativa importante para estender os direitos de cidadania aos povos dos países do BRICS. A iniciativa está totalmente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tem ampla aceitação política na sociedade e é viável. Um bom exemplo ilustrativo seria o estabelecimento de um projeto piloto no Brasil para membros do Cadastro Único. A ideia seria usar as soluções desenvolvidas na proposta anterior para oferecer melhorias substanciais nos serviços de saúde, educação etc. aos membros do CADUnico. Com base no conhecimento de seus padrões de comportamento, suas condições de saúde poderiam ser monitoradas, a medicina preventiva poderia ser aplicada etc. Também seria possível oferecer microcréditos por meio de bancos públicos.

RECOMENDAÇÃO: Para facilitar esforços conjuntos de pesquisa e desenvolvimento no que diz respeito à IA e o comercio eletrônico, os países do grupo BRICS deveriam desenvolver uma série de princípios de governança de dados comuns, complementados pela adoção de mecanismos de transferência internacional de dados pessoais baseados na segurança da informação e no respeito das legislações em vigor. Como demonstrado em pesquisas e publicações do projeto CyberBRICS, a adoção de tais princípios e mecanismos é possível, com base nos marcos regulatórios existentes, e é provável que aumente consideravelmente a interoperabilidade legislativa entre os BRICS.

RECOMENDAÇÃO: Para promover a cooperação e colaboração intra-BRICS no que se refere a desenvolvimento de software, infraestruturas públicas digitais e modelos algorítmicos, os países do BRICS deveriam adotar compromissos comuns de promoção de tecnologias em

código aberto (*open source*) e interoperáveis, e catalogar as tecnologias existentes para facilitar sua adoção pelos integrantes do grupo e parceiros. Tal estratégia apresenta custos extremamente reduzidos e é suscetível de incrementar a autonomia tecnológica por meio de uma abordagem coletiva à soberania digital.

RECOMENDAÇÃO: Os países do BRICS deveriam fomentar a pesquisa e desenvolvimento sobre como integrar e ampliar as parcerias existentes, tais como a *BRICS Digital Partnership*, *BRICS Partnership on New Industrial Revolution* (PartNIR), *Innovation BRICS Network* (iBRICS), para construir uma rede compartilhada e cibersegurança, para garantir a conexão direta entre computadores de alta performance.

RECOMENDAÇÃO: Os países BRICS deveriam fomentar o crescimento da IA open source para permitir aos desenvolvedores da região de conseguirem visibilidade e escalarem até se tornarem empresas que podem competir com os grandes conglomerados tecnológicos que dominam o mercado atual de IA. Para viabilizar isso, pode ser estratégico promover o open source com alguma isenção regulatória, contornando com salvaguardas que permitam assegurar o respeito aos direitos individuais e coletivos. Por outro lado, também é recomendável que os BRICS adotem uma postura mais proativa para a ciência aberta no contexto da própria estratégia de IA: por exemplo, criando infraestruturas públicas digitais (como supercomputadores para treinamento de modelos, programas de capacitação social e espaços comuns de dados); e utilizando o poder público de compra e investimento, inclusive, para exigir cumprimento de determinados níveis de transparência e explicabilidade.

RECOMENDAÇÃO: Os países do BRICS poderiam atuar conjuntamente na análise e regulação econômica de ecossistemas digitais para prevenir gargalos no desenvolvimento de IA, dando prosseguimento ao trabalho desenvolvido pelo *Working Group on Digital Markets* estabelecido na *BRICS International Competition Conference*, e se valendo da assistência técnica do *BRICS Competition Centre* e do *BRICS+ Digital Competition Forum*. Conforme enunciado no relatório dos BRICS sobre mercados digitais em 2024, autopreferência de produtos e serviços é uma preocupação fundamental no contexto de ecossistemas multiproduto, e práticas de venda casada podem ser implementadas de forma mais sutil através das interfaces. Portanto, um remédio que endereça essas preocupações e fortalece o grupo é a imposição de interoperabilidade equitativa (que inclui não-discriminação) de serviços e padronização de APIs, inclusive para a portabilidade de dados.

CONTEXTO: O contexto é o avanço vertiginoso da IA sem que se tenha estabelecido os parâmetros de segurança e ética que as instruas em geral já tem, como o caso da farmacêutica. Muitas da regulações são dificilmente práticas se não forem estabelecidas por um conjunto de países. Por isso, essa discussão é importante no BRICS.

RECOMENDAÇÃO: O ponto principal é que a discussão sobre regulação aconteça dentro de uma estratégia do Brasil e do BRICS para IA. A China tem uma, mas o Brasil não, apesar da EBIA e do PNIA. Isso passa por estabelecer um plano que envolva:

- educação (formar desenvolvedores e gestores);
- ciência (apoiar pesquisa);
- inovação (subsídios a empresas);
- e infraestrutura (máquinas e dados).

Além disso, minha provocação é que, seguindo Lawrence Lessig, a regulação seja discutida nas quatro forças: leis; normas; mercado; e *by design* (e não só com leis). As leis estão sempre atrasadas, são incompletas e pouco dinâmicas. Regular exige um pensamento mais amplo.

Elaborado pelos autores.

TABELA 10

Governança da inteligência artificial: recomendações consolidadas na oficina

1. Governança e Regulação da Inteligência Artificial: Os países do BRICS devem estabelecer diretrizes comuns para a governança da IA e os ecossistemas digitais, visando que seu desenvolvimento e uso sejam transparentes, éticos, acessíveis, seguros e sustentáveis. A regulamentação deve equilibrar inovação e proteção de direitos, garantindo que a IA contribua para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e para o bem público. O fortalecimento da cooperação entre os BRICS deve garantir a interoperabilidade regulatória, o respeito à soberania digital e a participação equitativa no cenário tecnológico global. O compromisso com a governança justa deve incluir procedimentos para mitigar riscos, combater desigualdades tecnológicas e promover um acesso amplo e não discriminatório à inovação. Além de coordenar políticas internas, os BRICS devem se posicionar estrategicamente nos debates internacionais, influenciando a construção de um modelo de governança global que reflita os interesses dos países em desenvolvimento e garanta que a inteligência artificial beneficie toda a humanidade.

2. Infraestrutura Digital e Soberania Tecnológica: Os BRICS devem cooperar com o objetivo de fortalecer sua infraestrutura digital com foco em supercomputadores, redes de alta velocidade e computação em nuvem para garantir autonomia tecnológica e acesso à tecnologia de ponta para reduzir as dependências externas. A criação de plataformas compartilhadas e sistemas interoperáveis permitiria uma maior integração digital entre os países, fomentando a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, os esforços coordenados para desenvolver infraestrutura regional em nuvem e soluções de armazenamento de dados podem reduzir a dependência de provedores externos, aumentando a soberania digital e protegendo ativos de dados nacionais críticos. A cibersegurança deve ser uma prioridade para proteger as redes críticas e garantir a fiabilidade das infraestruturas digitais. Tecnologias abertas e padrões comuns podem facilitar o avanço tecnológico sem comprometer a segurança e a competitividade nacional.

3. Cooperação Multilateral para a Inovação: Os BRICS devem expandir sua cooperação tecnológica para promover um modelo de inovação baseado na troca de conhecimento e no desenvolvimento conjunto de soluções digitais. De fato, a cooperação entre as nações do BRICS na promoção da inovação, particularmente no campo da inteligência artificial (IA), pode desempenhar um papel fundamental no aumento da competitividade das empresas do setor, na melhoria dos serviços públicos e no fomento à criação de startups. Consequentemente, essa colaboração pode contribuir para o desenvolvimento de soluções mais eficazes para os desafios societais. Ao facilitar a transferência de conhecimento, fortalecer parcerias entre empresas e formular políticas públicas comuns que apoiem o avanço

tecnológico, os países do BRICS podem estabelecer um ecossistema de inovação mais integrado. Esse ambiente permitiria que as startups prosperassem, fornecendo-lhes melhor acesso a financiamento, conhecimento especializado e mercados regionais. O investimento em centros e redes de pesquisa do BRICS, ao mesmo tempo em que promove o comércio intra-BRICS e o investimento em soluções orientadas por IA, tem o potencial de acelerar a transformação digital nos estados membros. A cooperação pode garantir que a inovação tecnológica sirva a sociedade, favorecendo a inclusão digital, fortalecendo as economias locais e garantindo que as oportunidades criadas pela revolução digital beneficiem todas as populações. Assim, as iniciativas colaborativas devem priorizar o apoio aos países menos desenvolvidos, aprimorando seu acesso à tecnologia, infraestrutura e experiência, permitindo-lhes alavancar a IA para enfrentar desafios sociais e econômicos críticos. Um compromisso coletivo com a inovação aberta, projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e empreendedorismo orientado por IA poderia posicionar estrategicamente o BRICS como líder global na promoção do progresso tecnológico responsável e inclusivo. No mesmo espírito colaborativo, a transferência de tecnologia deve ser estruturada para evitar barreiras discriminatórias e permitir que cada país adapte as inovações às suas próprias necessidades. Ao consolidar sua posição no cenário digital global, o BRICS pode atuar como referência para modelos de governança inclusivos e sustentáveis, garantindo que o progresso tecnológico beneficie a sociedade de forma ampla e impulsione a transformação digital de forma justa e equitativa.

4. Governança estratégica de dados: A cooperação entre as nações do BRICS também é necessária no domínio da governança de dados, incluindo dados abertos, privacidade e proteção de dados. O fortalecimento da colaboração nessas áreas pode melhorar a inovação, a inclusão e a tomada de decisões responsáveis. . Além disso, ao desenvolver espaços comuns de dados e políticas compartilhadas sobre proteção e privacidade de dados, inclusive para transferências de dados intra-BRICS, os países do BRICS podem criar um ecossistema digital mais coeso e seguro. Esta abordagem facilitaria a utilização responsável dos dados abertos, assegurando simultaneamente o cumprimento das normas éticas e legais. A promoção de soluções abertas e interoperáveis pode contribuir para que o BRICS avance tecnologicamente sem comprometer sua soberania digital, garantindo autonomia no desenvolvimento de ferramentas e modelos de IA. As iniciativas conjuntas devem se concentrar no apoio aos países menos desenvolvidos dentro do bloco, melhorando o acesso a uma infraestrutura de dados segura e escalável, promovendo a experiência em gerenciamento de dados e impulsionando as melhores práticas em proteção da privacidade. Um compromisso coletivo com políticas de dados que estimulem projetos compartilhados de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e análise de dados orientada por IA pode posicionar o BRICS como líder global em governança de dados responsável, garantindo um equilíbrio entre inovação, segurança e crescimento econômico.

5. Ciência e Educação: A cooperação entre os países do BRICS é essencial para promover a educação e a ciência no campo da IA, alavancando seus diversos pontos fortes e recursos. Na educação, a colaboração não deve se limitar aos desenvolvedores de IA, mas também incluir gerentes que devem entender como aplicar efetivamente soluções orientadas por IA, trabalhadores que precisam de requalificação para se adaptar às mudanças nos mercados de trabalho e cidadãos que precisam de alfabetização digital para se envolver significativamente com tecnologias emergentes. Iniciativas conjuntas, como parcerias de pesquisa, intercâmbio de pesquisadores e estudantes, plataformas educacionais compartilhadas e programas de financiamento, podem acelerar a adoção da IA, garantindo aplicações éticas e sensíveis ao contexto. Da mesma forma, a colaboração científica entre as nações do BRICS pode impulsionar descobertas inovadoras por meio de dados compartilhados, instituições de pesquisa conjuntas e transferência de tecnologia, fortalecendo a competitividade global e o desenvolvimento socioeconômico entre os Estados-membros. Desenvolver mecanismos comuns para melhorar as capacidades nacionais, incluindo investimentos em pesquisa e educação especializada, para garantir que os países do BRICS mantenham o controle sobre seus sistemas digitais estratégicos.

Elaborado pelos autores.

3.5 Cooperação em saúde global

TABELA 11

Cooperação em saúde global: contribuições prévias enviadas pelos participantes

CONTEXTO: Considerando a notável capacidade instalada que os países do BRICS já possuem para produção de medicamentos (particularmente os essenciais e genéricos), vacinas e testes para diagnósticos, os esforços conjuntos para pesquisa, desenvolvimento, produção e acesso deverão gerar projetos de cooperação concretos para a melhoria da saúde das populações de seus países e do Sul Global, principalmente as mais vulneráveis.

RECOMENDAÇÃO: Construir um ecossistema para o enfrentamento de doenças imunopreveníveis, por meio de cooperação bilateral e plurilateral para o desenvolvimento, produção e acesso a vacinas, medicamentos e testes para diagnóstico, bem como para fins regulatórios e de financiamento, com foco em doenças socialmente determinadas e/ou doenças tropicais negligenciadas, a exemplo de HIV/Aids, malária, hepatites virais, tuberculose, entre outras, definidas pelo perfil epidemiológico e carga de morbimortalidade dos países.

JUSTIFICATIVA: Alinhamento com o programa Brasil Mais Saudável e com a iniciativa Aliança Internacional para eliminação das doenças socialmente determinadas como problema de saúde pública até 2030 a ser lançada pelo Brasil em BRICS nesse ano, bem como, com a rede TB. Além disso, os países BRICS poderiam preencher a lacuna no enfrentamento global de HIV/AIDS deixada pelos EUA, já que a recente redução ou interrupção da assistência externa dos EUA impactou a capacidade do PEPFAR de continuar os programas e serviços para milhões de pessoas que vivem ou são afetadas pelo HIV. Estima-se que o PEPFAR já salvou 26 milhões de vidas, prevenindo milhões de infecções por HIV e acelerando o progresso em direção ao controle da pandemia global de HIV/AIDS em mais de 50 países.

CONTEXTO: A saúde é um bem público e um direito humano fundamental, conceito aceito em todas as sociedades e nações. A assistência à saúde é parte imprescindível deste direito. O universo da saúde pública abrange muitos temas e possibilidades de cooperação. Portanto, ao discutir a cooperação em saúde pública no âmbito de BRICS os países devem possuir premissas norteadoras, entre as quais uma das mais importantes é o fortalecimento dos sistemas de saúde, alcançando universalidade, integralidade, equidade e qualidade. Diversas políticas públicas foram desenhadas e implementadas no Brasil desde a criação do Sistema Único de Saúde, em 1990, assim como em outros países BRICS, não só com foco no tratamento, como também na prevenção e promoção da saúde. As experiências exitosas podem

servir de referência para os demais países no fortalecimento de seus sistemas de saúde, bem como, o Brasil pode se beneficiar das experiências dos outros países. Por isso, sugere-se a criação de uma "cesta de políticas", de maneira semelhante como a elaborada no âmbito da Aliança Global contra Fome e Pobreza.

RECOMENDAÇÃO: Construir uma cesta de políticas públicas de referência para o fortalecimento dos sistemas de saúde do BRICS, a fim de facilitar a cooperação entre eles, para alcançar o acesso universal e equitativo, bem como a integralidade e a qualidade do cuidado e da assistência à saúde.

JUSTIFICATIVA: Para que haja colaboração efetiva entre os países para o fortalecimento de seus sistemas de saúde, sugere-se que seja elaborada uma cesta de políticas de referência para facilitar a cooperação concreta entre os países que objetive o fortalecimento de seus sistemas de saúde. Além disso, propõe-se a utilização do conceito Sistemas Universais de Saúde ou Saúde Universal, alternativamente ao conceito de Cobertura Universal da Saúde.

CONTEXTO: A pandemia de COVID-19 afetou fortemente todos os países do mundo, inclusive os países BRICS e mostrou falta de coordenação dos países e suas fragilidades no enfrentamento dessa emergência sanitária. No âmbito da Organização Mundial da Saúde, autoridade sanitária internacional, foi criado o INB em 2021 para negociar um instrumento internacional para fortalecer a prevenção, preparação e resposta à pandemia. Ao mesmo tempo foi realizada uma atualização do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

RECOMENDAÇÃO: Participação ativa e positiva na finalização das negociações do tratado pandêmico em discussão no INB/OMS. Considerar a possibilidade de reforçar o tratado pandêmico por meio do estabelecimento de um tratado complementar entre os países do BRICS. Eles devem ratificar o RSI nos termos aprovados pela OMS.

JUSTIFICATIVA: O Tratado ou Acordo Pandêmico em negociação no INB mostra-se um instrumento muito relevante para o enfrentamento de pandemias e emergências em saúde, e pode ser reforçado pelas iniciativas recomendadas acima.

CONTEXTO: Foram realizados estudos que analisaram as soluções em Saúde Digital para a vigilância, prevenção e controle, e manejo clínico da COVID-19 nos países BRICS. As soluções adotadas nos países refletiram as prioridades e capacidades nacionais e subnacionais.

RECOMENDAÇÃO: Realizar análises sobre as soluções em Saúde Digital por áreas em nível nacional; Criar uma plataforma de cooperação em Inteligência Artificial em Saúde no âmbito dos países do BRICS; Promover pesquisas colaborativas e projetos-piloto com foco em aplicações de IA para previsão de doenças, vigilância em saúde pública e otimização do sistema de saúde; Reforçar a governança dos dados para contribuir para a resiliência dos sistemas de saúde.

JUSTIFICATIVA: A utilização sistemática de dados é crucial para a tomada de decisão inteligente pelos governos. Ao estabelecer-se um regime de governança de dados no âmbito do BRICS, será possível aumentar a cooperação entre os países nesse campo. No campo da saúde digital, o compartilhamento de experiências tem o potencial de contribuir para o avanço da Saúde Digital, para uma melhor preparação do grupo para futuras emergências de saúde e para a elaboração de uma agenda de saúde no Sul Global. Na área de Inteligência Artificial, a definição de padrões éticos e estruturas regulatórias é fundamental para reduzir os vieses e aumentar a segurança no manuseio dos dados.

CONTEXTO: Na Declaração de Kazan (2024), os países reiteraram a necessidade de levar em conta as circunstâncias nacionais e a combinação de fontes de energia, bem como, as circunstâncias específicas dos países em desenvolvimento cujas economias dependem muito da renda ou do consumo de combustíveis fósseis e de produtos relacionados com uso intensivo de energia para alcançar transições energéticas justas. Apesar dos países BRICS terem que lidar com grandes desafios climáticos, devem ser pioneiros em estruturas integradas de políticas climáticas e de saúde para definir um padrão global de sustentabilidade e resiliência à saúde.
Os BRICS devem defender a abordagem "Uma só Saúde" como uma estratégia na governança global da saúde e do meio ambiente. Por meio dessa abordagem, podem liderar esforços globais para melhorar a vigilância, aprimorar a prevenção de doenças e aumentar o gerenciamento de ecossistemas, que são essenciais para mitigar os impactos da mudança climática na saúde.

RECOMENDAÇÃO: Estabelecer a Plataforma de Pesquisa Climática do BRICS (BCRP) para aprimorar o intercâmbio científico especializado de conhecimentos e práticas do grupo. Realizar uma Conferência BRICS sobre Mudança Climática, Saúde e Equidade: Desafios e Soluções Colaborativas.

JUSTIFICATIVA: A interseção entre mudança climática, saúde pública e equidade é uma questão central para os países do BRICS que enfrentam desafios comuns, como eventos climáticos extremos, vulnerabilidades socioeconômicas e desigualdades em saúde. Eventos anteriores como as COPs da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e o G-20, emitiram declarações

dando ênfase a este tema. Dada a presença do Brasil na presidência do BRICS em 2025, há uma oportunidade estratégica para promover a integração de políticas e soluções inovadoras que garantam sistemas de saúde resilientes e inclusivos frente à crise climática.
Esta atividade contribuirá para consolidar a posição do Brasil como líder global em políticas climáticas e de saúde, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada entre esses setores. A Conferência BRICS sobre Mudança Climática, Saúde e Equidade poderá ser um marco na presidência brasileira do BRICS, promovendo a cooperação plurilateral e garantindo que a agenda da equidade esteja no centro das discussões sobre clima e saúde.

Elaborado pelos autores.

TABELA 12

Cooperação em saúde global: recomendações consolidadas na oficina

1. Desenvolvimento Institucional: Estabelecer um Conselho Permanente de Ministros da Saúde do BRICS para monitorar a implementação das recomendações e construir posições comuns em fóruns internacionais, priorizando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a cooperação do Sul Global.

2. Saúde Universal e Políticas Públicas de Saúde: Desenvolver um conjunto de políticas públicas de referência para fortalecer os sistemas de saúde dos países do BRICS – levando em conta os contextos locais e desenvolvendo capacidades para promover a autonomia nacional. Esta iniciativa visa facilitar a cooperação entre esses países para alcançar o acesso universal e equitativo, bem como cuidados de saúde abrangentes e de alta qualidade.

3. Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Acesso a Vacinas, Medicamentos e Testes de Diagnóstico: Estabelecer um ecossistema para abordar doenças imunopreveníveis, transmissíveis e crônicas, reconhecendo o papel central da OMS. Isso será alcançado por meio da cooperação internacional no desenvolvimento, produção e acesso a vacinas, medicamentos e testes de diagnóstico, bem como em mecanismos regulatórios e de financiamento. A iniciativa refletirá as capacidades nacionais dentro de suas respectivas

regiões, conforme determinado pelo perfil epidemiológico e carga de doenças e mortalidade em cada país, com atenção especial para doenças socialmente determinadas e/ou doenças tropicais negligenciadas.

4. Sistema Integrado de Alerta Precoce e Vigilância da Saúde: Fortalecer os sistemas de vigilância em saúde dos países do BRICS, considerando suas capacidades nacionais de detecção precoce, resposta integrada e comunicação oportuna. Melhorar sua integração no sistema global liderado pela OMS no âmbito do RSI, com especial atenção para a conclusão das negociações sobre o tratado pandêmico atualmente em discussão na INB/OMS.

5. Saúde Digital, Governança de Dados e Inteligência Artificial: Promover a cooperação no desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial e soluções de Saúde Digital, garantindo o alinhamento com os princípios éticos e os direitos humanos. Enfatizar a governança de dados e a mitigação de riscos para garantir o acesso universal, equitativo e abrangente aos cuidados de saúde.

Elaborado pelos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo de oficinas organizado pelo Ipea desempenhou um papel fundamental na agenda proposta pelo Brasil junto ao BRICS, ao combinar conhecimento qualificado com a formulação de prescrições de políticas alternativas que enfrentem os desafios estratégicos do bloco. A elaboração conjunta de recomendações em cinco áreas prioritárias demonstrou a capacidade da comunidade brasileira de contribuir substancialmente para o debate internacional, além de evidenciar o valor dos mecanismos participativos na formulação de política externa. Estratégias consensuadas, que ajustam visões de diferentes atores, delineiam caminhos mais claros aos líderes políticos. Para tomadores de decisão, especialmente considerando o contexto de profundas incertezas que caracteriza o sistema internacional, tais indicações devem ser recebidas com grande apreço. Recomendações produzidas mediante processos desse tipo consistem em um instrumento poderoso para que o planejamento da política externa se torne uma tarefa bem menos angustiante.

A diversidade de instituições e especialistas envolvidos, a profundidade das discussões e a qualidade das propostas consolidadas reforçam o compromisso do Brasil com uma agenda de governança global mais inclusiva, cooperativa e voltada para as necessidades do Sul Global. O resultado é um conjunto de propostas que aliam ambição com pragmatismo, e inovação com responsabilidade — elementos indispensáveis para fortalecer o papel dos BRICS no mundo.

No dia 24 de abril, durante a 2ª Reunião de Sherpas dos BRICS no Rio de Janeiro, o BTTC — representado pelo Ipea — participou de um momento inédito de diálogo direto com os negociadores oficiais dos países da coalizão, ao lado de outros mecanismos da chamada trilha *people-to-people*, composta por atores da sociedade civil e da comunidade científica, entre outros setores de engajamento. Como parte do esforço de ampliar o alcance desse trabalho, foi organizada na ocasião uma série de vídeos[1] nos quais os próprios participantes das oficinas apresentaram um resumo de suas propostas, dando continuidade ao trabalho coletivo e ampliando a divulgação do valioso conteúdo debatido. Isso

[1] Para conferir, acesse: https://youtube.com/playlist?list=PLrEEcEcefvEqchbgA-feU1pGkDi83apqcH&si=_xNHGUOJyrw7ejgw.

tudo contribui para o fortalecimento da legitimidade da presidência brasileira dos BRICS em 2025, além de projetar o protagonismo do Brasil na construção de uma governança internacional mais equitativa e inclusiva.

Para finalizar, não se pode deixar de mais uma vez agradecer o apoio inestimável dos especialistas envolvidos e de suas instituições nesse processo, além de seu espírito colaborativo e construtivo. Convidamos todos a explorar atentamente e revisitar os conteúdos disponibilizados neste relatório, compartilhar e disseminar as ideias, de modo a fortalecer coletivamente a construção de caminhos inovadores em direção a uma cooperação internacional mais efetiva.

IPEA WORKSHOP CYCLE – BRICS 2025

RESEARCH REPORT

BRICS
Brasil 2025
COOPERANDO PARA UM MUNDO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

BRASÍLIA, JUNE 2025

CONTENTS

EXECUTIVE SUMMARY **64**

1 INTRODUCTION **67**

2 DYNAMICS AND PARTICIPANTS **69**

3 COMPILATION OF RESULTS **74**

3.1 Trade, investments, finance ***75***

3.2 Institutional development ***82***

3.3 Climate change ***96***

3.4 Artificial intelligence governance ***107***

3.5 Global health cooperation ***114***

4 FINAL CONSIDERATIONS **119**

EXECUTIVE SUMMARY

In preparation for Brazil's presidency of the BRICS in 2025, the Institute for Applied Economic Research (Ipea) coordinated a series of workshops with around forty experts from more than 15 Brazilian institutions to formulate strategic recommendations across five priority themes of the bloc's agenda. This initiative reinforced Brazil's role as a convener of innovative, pragmatic proposals aligned with the needs of the Global South. The present report consolidates 24 recommendations — five per thematic axis — that directly contributed to the drafting of the document submitted to the BRICS Think Tanks Council (BTTC). The main ideas featured in the proposals are summarized below.

1. Trade, Investment, Finance

- Strengthen intra-BRICS productive investment, ensuring sovereignty over strategic assets and compliance with social and environmental standards.
- Expand cooperation in digital trade, with interoperable public infrastructure and robust consumer protection mechanisms.
- Reduce trade barriers and promote customs integration and the exchange of best practices in trade facilitation.
- Encourage the use of local currencies and the interoperability of cross-border payment systems.
- Reinforce the Contingent Reserve Arrangement (CRA) through currency swap lines in local currencies and liquidity instruments.

2. Institutional Development

- Ensure equitable participation, transparent accession criteria, and decision-making methods that balance consensus and agility.
- Create monitoring and impact evaluation structures with integrated governance and well-defined strategic priorities.
- Establish a permanent technical-administrative support unit, combining a virtual secretariat with a troika-based system.

- Adopt mechanisms resilient to political volatility, such as shared digital infrastructure and multi-year planning frameworks.
- Promote stronger institutional visibility through a consistent visual identity, a permanent official website, and the assessment of a physical headquarters' feasibility.

3. Climate Change

- Reform the global financial architecture and expand the role of the New Development Bank using innovative instruments and a shared green taxonomy.
- Establish principles for a just energy transition, phasing out fossil fuel subsidies and investing in renewable infrastructure.
- Create South-South cooperation mechanisms to ensure climate justice and social inclusion in decarbonization strategies.
- Promote research, development, and technology transfer in green solutions, by removing regulatory and intellectual property barriers.
- Integrate reforestation policies, biome conservation, and food security with innovative financial mechanisms (e.g., thematic bonds).

4. Artificial Intelligence Governance

- Define common guidelines for ethical, inclusive, and transparent AI governance, respecting the digital sovereignty of member countries.
- Create shared digital infrastructure (e.g., supercomputers, sovereign cloud systems) and promote open-source interoperable technologies.
- Support joint R&D centers and AI startups focused on public services, prioritizing low-cost solutions with high social impact.
- Harmonize data governance and privacy protection policies, with compatible regulatory mechanisms across the bloc.
- Expand scientific and educational cooperation through digital skills programs, researcher exchange, and open science initiatives.

5. Global Health Cooperation

- Establish a Permanent Council of Health Ministers to coordinate joint positions in multilateral forums and implement recommendations.
- Develop a reference basket of public health policies to strengthen national health systems, emphasizing equity and comprehensiveness.
- Build an ecosystem for the production and access to vaccines, medicines, and diagnostics targeting neglected and socially determined diseases.
- Strengthen early warning and surveillance systems integrated with the International Health Regulations and the pandemic treaty under negotiation.
- Develop digital health platforms and artificial intelligence tools with responsible data governance and a focus on reducing health inequalities.

This report consolidates the collective efforts of Brazil's technical community to support the country's leadership in the BRICS, offering concrete input for policy formulation aimed at building a more inclusive, cooperative, and needs-driven global governance system. The recommendations presented here combine ambition and pragmatism, innovation, and responsibility — all essential attributes for navigating an increasingly complex international landscape and achieving the Sustainable Development Goals.

More than a mere institutional record, this document is an invitation to strategic reflection. The richness of the proposals developed throughout the workshop cycle — alongside the diversity of participating institutions and the depth of debate — deserves close attention. Each thematic axis not only provides evidence-based diagnostics but also outlines viable alternatives and multilateral cooperation pathways that resonate with Brazil's priorities and the transformative spirit of the BRICS.

We invite readers to explore this material in its entirety — with the attentive eye it calls for — in order to draw from its technical depth and prescriptive strength.

1 INTRODUCTION

Occupying the rotating presidency of the BRICS in 2025, Brazil adopted the motto *"Strengthening Global South Cooperation for More Inclusive and Sustainable Governance."* As the official representative of the Brazilian government—and thus the rotating president of the BRICS Think Tank Council (BTTC) for that year—the Institute for Applied Economic Research (Ipea) organized a series of activities aligned with the overarching objective embedded in this motto: to stimulate mutually beneficial exchanges that contribute to shaping a less unequal international order, enabling the collective achievement of development in its three dimensions.

As part of the initial actions, a special cycle of workshops was held at the beginning of the year to collect alternative policy guidelines that the BRICS could pursue. The consultation was guided by the principle of gathering suggestions rooted in the knowledge and experience of recognized Brazilian researchers and professionals. With technical rigor and political sensitivity, the initiative aimed to ensure the quality and legitimacy of the foundational proposals to be discussed subsequently with the other BTTC members. By involving experts and nationally renowned institutions from the outset, the cycle constituted a preliminary stage of a task that stands among the Council's core functions: submitting a joint document with policy recommendations to the highest political level of the coalition of emerging countries.

Over the course of five hybrid meetings, held between February 17 and 24, 2025, esteemed experts from more than 15 Brazilian institutions—including research centers, think tanks, institutes, universities, and foundations, both public and non-governmental—came together. Their mission was to discuss proposals in five strategic areas defined as priorities by the Brazilian presidency for that year: trade, investments, finance; institutional development; climate change; artificial intelligence governance; and global health cooperation.

Each of these workshops was organized around a foundational document prepared by Ipea, which contextualized recent advances in intra-BRICS cooperation on the respective topics and presented three guiding questions to foster discussion. In the workshop on trade and investment, the discussion focused on the feasibility of a local currency payment system, the standardization of customs

procedures, and the future of the BRICS Economic Partnership Strategy. Regarding institutional development, topics included alternatives for the bloc's physical structuring, the rationalization of its more than 180 cooperation mechanisms, and the role of new membership categories. The climate change workshop addressed the BRICS role in expanding the New Collective Quantified Goal (NCQG) for climate finance, in building the financial architecture for a just transition, and in supporting the global achievement of sustainable development. On Artificial Intelligence, participants discussed the creation of common regulatory frameworks, joint funding for research, and shared infrastructure for high-performance computing. Finally, the health cooperation track aimed to identify thematic priorities, more effective mechanisms, and strategic recommendations for coordinated action by the bloc in global forums. These questions sought to encourage bold, technically sound recommendations with transformative potential, combining innovation with institutional realism.

Each workshop was preceded by a preparatory phase during which participants were invited to submit up to five recommendations on their area of expertise via a digital form provided by Ipea. The form requested that, whenever possible, each proposal be accompanied by a contextual overview and technical justification to guide the debate and support the suggestions with evidence, past experiences, and strategic analyses. During the meetings—coordinated by different researchers from Ipea—representatives of participating institutions presented their suggestions and engaged in constructive debates characterized by technical and scientific excellence. The central task during the workshops was to consolidate the various contributions into a consensual set of up to five final recommendations per thematic area.

At the conclusion of the meeting cycle, the 24 recommendations served as the foundation for drafting the initial version (draft zero) of the document that the BTTC submits annually to BRICS leaders. The subsequent dialogue with other Council members facilitated the adaptation of the proposals to the diverse realities of the coalition's member countries. Even so, virtually everything originally proposed by the Brazilian side through Ipea's initial text was enthusiastically welcomed by representatives of the other BRICS countries in the Think Tank Council. As a result, the imprint of the workshops was retained, enriched, and

improved in the collective document approved and submitted by the BTTC to the leaders in early April.

To complement the delivery made in the multilateral sphere, the outcomes of the domestic workshops are now also shared with the national and international public. Given the richness and volume of material produced in February, the recommendations gathered during the workshop cycle constitute the core content of this report. Both the original contributions received, and the results achieved through fruitful debate are recorded in the following pages. The objective of this publication is to ensure transparency, visibility, and recognition of the collective effort of the experts involved. Through this initiative, Ipea reaffirms its commitment to a qualified dialogue among government, academia, and civil society, and contributes to strengthening the legitimacy of Brazil's leadership within the BRICS in 2025.

2 DYNAMICS AND PARTICIPANTS

This section and the next present the outcomes of each of the five meetings. It includes a list of the proposals submitted prior to the meetings by various contributors, followed by the recommendations that were collectively consolidated at the end of each thematic session. It is worth emphasizing that the exercise fostered significant mutual learning, in which ideas reflecting different strategic nuances and diverse theoretical approaches were brought to the table—not with the intent of proving one superior to another, but rather to enrich the collective reflection. Instead of competing, the various paths proposed were subjected to a collaborative examination aimed at uncovering the shared aspirations they embodied. From these commonalities, the discussions served to highlight the strengths around which the recommendations could be articulated and subsequently merged.

In this spirit of cooperation and constructive engagement, Tables 1 and 2 provide basic information about each workshop and a complete list of the participants who dedicated themselves to the collective effort. The subsections that follow, corresponding to each day of activities, are devoted to presenting the content gathered and developed for each thematic area. These contributions are listed without attribution to specific authors. In doing so, the overarching

purpose of the initiative remains intact: to showcase the ideas that, through dialogue, have led to the formulation of stronger proposals with invaluable collective support.

TABLE 1

Organization of workshops

THEME	DATE	COORDINATION	PARTICIPANTS	
Trade, investments, finance	February 17, 2025	Luciana Acioly	Adriano Oliari Negris Ana Flávia Rodrigues Freire André de Mello e Souza André Pineli Alves Antonio Lassance Carlos Renato Ungaretti Cristina Sydow Danilo Santa Cruz Coelho Djonathan Gomes Ribeiro Edison Benedito da Silva Filho Eduardo Henrique de Freitas Elen Bueno Estêvão Kopschitz Xavier Fábio Veras Soares Fernando Ribeiro Filipe Matheus Silva Cavalcanti Flavio Augusto Martins Francisco Eduardo de Luna Glauco Avelino Sampaio	Graziela Ferrero Zucoloto João Vitor Silveira Pereira José Eduardo Malta de Sá Brandão Keiti da Rocha Gomes Leandro Fontes Corrêa Liliane Bernardes Luiz Marcelo Michelon Zardo Marco Aurélio Alves de Mendonça Mônica Mora Noely Alcarpe Renato Baumann Rodrigo Costa de Andrade Sandra Silva Paulsen Sergio Ricardo De Melo Queiroz Sheila Cristina Tolentino Barbosa Synthia Kariny Silva De Santana Tainari Taioka Tony Gigliotti Bezerra Tulio Chiarini
Institutional development	February 18, 2025	Walter Desiderá		
Climate change	February 20, 2025	Gustavo Luedeman		
Artificial intelligence governance	February 21, 2025	Denise do Carmo Direito		
Global health cooperation	February 24, 2025	Luciana Servo		

Elaborated by authors.

TABLE 2

Specialists, professionals, and respective participating institutions

WORKSHOP	NAME	INSTITUTION
Trade, investments, finance	Ana Saggioro Garcia	BRICS Policy Center
	André Biancarelli	Unicamp
	André Moreira Cunha	UFRGS
	Bruno de Conti	Unicamp
	Daniela Freddo	UnB
	Jonnas Vasconcelos	NEPBRICS/UFBA
	Marta Castilho	UFRJ
Institutional development	Cristina Pecequilo	Unifesp
	Gabriel Rached	NUBRICS/UFF
	Gilberto Rodrigues	OPEB/UFABC
	Giorgio Schutte	OPEB/UFABC
	Haroldo Ramanzini Jr.	UnB
	Lier Pires Ferreira	NUBRICS/UFF
	Marta Fernández	BRICS Policy Center
	Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho	NUBRICS/UFF
Climate change	Beatriz Mattos	Plataforma Cipó
	Beatriz Pfeiffer	CEBRI
	Julia Paletta	CEBRI
	Laura Trajber Waisbich	Instituto Igarapé
	Lycia Brasil	Instituto Igarapé
	Mayara Folly	Plataforma Cipó
	Mayra Juruá	CGEE
	Nathalie Beghin	INESC
	Nuria Brito	CGEE
	Teresa Rossi	CEBRI
	Valentina Calado Pompermaier	Plataforma Cipó
Artificial intelligence governance	Alba Cristina Melo	UnB
	Antônio Carlos Diegues	Unicamp

WORKSHOP	NAME	INSTITUTION
	Geber Ramalho	UFPE
	Luca Belli	CTS/FGV
	Nicolo Zingales	CTS/FGV
Global health cooperation	Adelyne Maria Mendes Pereira	Fiocruz
	Carolina Menegassi Leocadio	Fiocruz
	Claudia Hoirisch	Fiocruz
	Claudia Parente	Fiocruz
	Hiago Andre Duarte Albuquerque	Fiocruz
	João Miguel Estephanio	Fiocruz
	Marco Aurelio de Carvalho Nascimento	Fiocruz
	Paulo Buss	Fiocruz
	Paulo Esteves	BRICS Policy Center

Elaborated by authors.

3 COMPILATION OF RESULTS

This section is divided into five subsections referring to each of the thematic workshops, in which the material accumulated by the activities is displayed. For each workshop, two tables are presented consecutively. The first table shows the contributions sent by the participants through the electronic form before the meetings. The second table contains the five recommendations consolidated from the discussions held among the participants, through which the consensual positions were reached.

3.1 Trade, investments, finance

TABLE 3

Trade, investments, finance: prior contributions submitted by participants

CONTEXT: The current international financial and monetary system, centered on the U.S. dollar and coordinated by institutions controlled by Western powers, has shown dysfunctionality for at least three major reasons:

- it contributes to a disconnect between trade and investment flows in developing countries;
- it is frequently used as a geopolitical weapon (dollar's weaponization);
- and it is backed by an economy in relative decline, facing macroeconomic challenges.

The creation of an alternative multilateral payment system by BRICS could, therefore, be a useful initiative to reduce transaction costs, enhance trade and investment flows among emerging economies, and mitigate geopolitical vulnerabilities.

RECOMMENDATION: The project should be a voluntary and non-binding system for BRICS members.

RECOMMENDATION: It should be open to all countries, regardless of BRICS membership. To encourage broader participation, its name should be revised to remove "BRICS".

RECOMMENDATION: Small banks not connected to SWIFT should be integrated, or domestic financial institutions should be established for settlements.

RECOMMENDATION: In the short term, BRICS could introduce a unit of account based on a basket of EMDE currencies, weighted by economic size (SDR-like). In the medium term, this could support a new reserve currency.

RECOMMENDATION: The Contingent Reserve Arrangement (CRA) should be strengthened, particularly by establishing a scientific supervision unit envisioned in the Constitutive Treaty, headquartered in Brazil.

JUSTIFICATION: Two key challenges hinder the progress of BRICS initiatives. The first is internal: divergences in national interests—especially after its expansion—make consensus difficult. A non-binding framework with voluntary participation could help address this. The second challenge is Western opposition, which could deter progress. Making the initiative open to non-BRICS countries and renaming it to remove "BRICS" could reduce both tensions and foster broader participation. A digital multilateral payment system—proposed by

Russia in 2014—could be based on national currencies and direct interaction between central banks. It could involve small commercial banks not connected to SWIFT or establish dedicated financial institutions. This would help shield transactions from sanctions while enhancing financial specialization. This agenda also relates to broader monetary reforms, requiring incremental steps. In the short term, BRICS could introduce a unit of account based on a basket of currencies from participating economies, weighted by economic size (SDR-like). In the medium and long term, such a reference could support the creation of a new reserve currency to facilitate trade and financial stability. To enhance coordination, a Scientific Supervision Unit within the Contingent Reserve Arrangement (CRA) should be established, requiring only the CRA Board of Governors' approval. Inspired by AMRO in Asia, this unit would improve macroeconomic monitoring, reducing dependence on the U.S. dollar and IMF while strengthening the global financial safety net and synergy between central banks. Brazil is well-positioned to host this institution, balancing BRICS financial initiatives, which remain largely concentrated in Asia, particularly in China.

CONTEXT: World trade has been affected by a series of measures based on the de facto dominance of an international currency, the US dollar, which in recent years has been using its institutional power as a weapon in geopolitical situations to support its interests. More recently, it has even threatened countries that question this institutional framework established since the middle of the last century with heavy trade tariffs. It is therefore important, especially for countries in the Global South, to discuss the possibility of building up alternatives for an international payment system as an instrument to leverage world trade, seeking alternatives that can coexist with, but also confront, if necessary, the power of the US dollar.

RECOMMENDATION: Importance of implementing arrangements that can facilitate trade based on local currencies.

JUSTIFICATION: The idea is to begin discussing alternatives, given the acceleration of measures in the trade and financial fields by the new US government. The scenario is quite turbulent, and significant changes can happen at any time, and sooner or later. Given this situation of possible structural changes in the international business environment, between companies and between countries, it is fundamental to think about alternatives and assess the viability of their implementation in a period that may be short, if events accelerate, or longer, if the scenario cools down. The BRICS have a fundamental role in this scenario, as does the G20. BRICS have a heavy weight in the world economy and trade and can, in a certain way, contribute with their leadership to confront trade and financial threats to the Global South. If they can do this, it is essential to advance the discussion, as it is a fundamental task.

RECOMMENDATION: Discussions about an efficient payment system should not simply aim to lower transaction costs for commercial operations involving multiple currencies but should pursue a broader objective by incorporating credit provision among partners.

RECOMMENDATION: Diverse studies show that the new cross-border payment systems for CBDCs may ally the objective of faster and cheaper payments, with the one of reducing the dependence on the US dollar. BRICS countries should either create their own platform for CBDC cross-border payments or joint efforts in existing initiatives, such as the mBridge.

RECOMMENDATION: BRICS could design swap-arrangements among their Central Banks for the provision of liquidity in their national currencies.

RECOMMENDATION: Discussions about the possibility of a BRICS currency should not be abandoned. It is an extremely complex endeavor (both because of technical and political challenges), but it may bring benefits not only for the BRICS countries, but for deeper transformations of the IMFS.

JUSTIFICATION: The problems arising from the hierarchies of the International Monetary System have been profoundly studied by the literature of International Political Economy, currency hierarchy, and International Financial Subordination. On one hand, it gives an "exorbitant privilege" for the country issuing the key-currency of the world; on the other hand, it creates a lot of problems for peripheral countries. The current context is favorable for transformations, because of the economic and geopolitical transformations, but also to the new opportunities provided by CBDCs. We therefore think that a gradual, but ambitious agenda is necessary to strengthen the efforts of the BRICS to reform the current IMFS.As mentioned in UNCTAD (2010), for regional cooperation a "small steps" approach seems more effective than only a proposal for a common currency. After all, there are significant challenges associated with macroeconomic cooperation among distant and low-integrated economies, resulting in considerable difficulties and risks of failure. Therefore, we advocate for an incremental strategy that starts with developing and implementing concrete mechanisms to facilitate trade, while working for more advanced forms of cooperation, particularly in the monetary and financial sectors (concrete recommendations above).

CONTEXT: In an adverse global scenario, in which the domestic interests of countries have gained strength in international geopolitics, such as the implementation of tariff barriers, it is necessary for the BRICS group to advance measures that strengthen the multilateralism of the group and that promotes financial cooperation within BRICS.

RECOMMENDATION: Gradually, the BRICS countries should adopt secure means of payment that prioritize local currencies as a means of payment for commercial transactions instead of the dollar or other currency that is not of a country in the bloc. To this end, it must

advance in the implementation of digital technologies, in order to make it possible to use a digital and secure means of payment. It is necessary the strengthening of correspondent banking networks within BRICS and enabling settlements in local currencies in line with BRICS Cross-Border Payments Initiative (BCBPI).In a second moment, they must create the means and governance for a common digital currency, which works as a means of payment between the countries of the bloc.

JUSTIFICATION: Dependence on the dollar has proven to be harmful with fluctuations in the price of the currency due to the domestic problems of the US economy. The current circumstances show that the financial dependence on a simultaneously domestic and international currency holds other economies globally hostage, thus necessitating to design an international financial architecture that favors a supranational currency. A supranational currency for the group is feasible. For that, it is necessary to create means for the establishment of an independent cross-border settlement and depository infrastructure, BRICS Clear, as well independent BRICS reinsurance capacity, including the BRICS (Re)Insurance Company, with voluntary participation. Finally, the BRICS Contingent Reserve Arrangement (CRA) is an important mechanism to avoid short-term fluctuations in the balance of payments of the bloc countries and further strengthen the financial stability of the BRICS countries.

RECOMMENDATION: The Brazilian presidency of BRICS+ should accelerate the implementation of the Contingent Reserve Arrangement (CRA) to support countries facing balance of payments difficulties. The mechanism needs to be strengthened through a redesign that expands the portion not tied to the International Monetary Fund (currently limited to 30% of resources). The CRA should incorporate a basket of currencies that includes the new BRICS members and operate loans in local currencies, reducing exposure to the US dollar. Whenever possible, loans should be granted in the beneficiary country's currency, thereby mitigating the impacts of external debt.

RECOMMENDATION: It is essential to create tariff incentives and customs facilitation mechanisms to promote trade among BRICS+ countries, focusing on expanding South-South trade flows beyond China. The countries should share information on business opportunities, regulatory conditions, government programs, and public services, facilitating complementary trade. The BTTC should serve as a research hub to identify opportunities for intra-BRICS+ trade integration, promoting complementary trade among the bloc’s countries and going beyond the predominantly China-focused trade relations.

RECOMMENDATION: BRICS+ countries should facilitate the flow of foreign investment among themselves, prioritizing productive investment. It is necessary to strengthen joint initiatives in research and development, technology transfer, and skilled jobs creation. Cooperation should include the exchange of information on reciprocal investment opportunities, regulatory frameworks, tax regimes, mergers and acquisitions, government procurement, public concessions, labor and environmental legislation, public-private partnerships, and investment protection treaties. Additionally, BRICS+ should ensure the sovereign right to expropriate and nationalize foreign assets in cases of public and social interest, in a non-discriminatory manner and with effective compensation. Government measures aimed at protecting public health and the environment should not be considered expropriation.

RECOMMENDATION: Special Economic Zones (SEZs) for trade and industrial cooperation must ensure the inclusion of a significant share of national inputs, the hiring of local labor with guaranteed rights, and compliance with environmental standards. Informed public consultations with local communities must be guaranteed. BRICS+ should not promote foreign investments that result in the weakening of labor, environmental, or health regulations.

Elaborated by authors.

TABLE 4

Trade, investments, finance: recommendations consolidated in the workshop

1. Digital transactions: Considering the rapid rise of digital transactions, strengthening intra-BRICS cooperation in digital trade could offer significant benefits. This may include exchanging information on best practices, capacity-building programs, and knowledge-sharing initiatives, particularly in digital trade regulation and digital public infrastructure. Encouraging engagement with the expert community within BRICS could support the development of consumer protection mechanisms in digital trade and contribute to the formulation of a common framework for consumer protection across member countries.
2. Trade facilitation: Strengthening trade linkages among BRICS members may be facilitated by reducing trade barriers, streamlining customs procedures, encouraging paperless trade, and promoting the exchange of best practices in trade and customs administration. A commitment to reinforcing the multilateral trading system, with the WTO at its core, could provide a stable foundation for economic cooperation. At the same time, recognizing the growing importance of regional and mega-regional trade agreements, BRICS could explore ways to leverage these frameworks to deepen economic engagement both within the bloc and with global partners. All trade cooperation formats should remain committed to fostering a rules-based, non-discriminatory, transparent, inclusive, fair, and equitable trade and investment environment.
3. Investment flows: Given the role of BRICS economies in the recovery of international investment flows, a range of measures could be explored to create a more favorable investment climate at domestic, intra-BRICS, and international levels. These efforts may contribute to advancing international trade, sustainable development, and inclusive growth. The BRICS Think Tanks Council (BTTC) could support research into expanding the role of the New Development Bank (NDB) in facilitating investment opportunities for BRICS members. Improving the business environment for micro, small, and medium-sized enterprises (MSMEs) within BRICS, and supporting them through economic policies, may also be considered. In particular, leveraging digital tools to integrate MSMEs into the global market could be an area of focus.
4. Cross-border payment systems: Strengthening cooperation in the international monetary system could be another key area of engagement for BRICS. The bloc's expansion presents an opportunity to enhance financial cooperation and reduce financial vulnerabilities,

including by facilitating fast, inexpensive, transparent, safe, and inclusive payment transactions. In this context, discussions on expanding the use of local currencies in trade and investment may offer pathways toward greater financial resilience. Sharing experiences and best practices in payment infrastructure, particularly in cross-border payment systems, could also contribute to improving financial stability and connectivity among BRICS members.

5. Financial stability: Recognizing the importance of new instruments in local currencies, BRICS could explore mechanisms to strengthen the Contingent Reserve Arrangement (CRA) as a tool for mobilizing financial resources for economic development. The use of currency swaps as a monetary policy instrument could be considered when providing liquidity to central banks in local currency, as well as for maintaining financial stability. Establishing basic principles for currency swaps under the CRA framework could further support trade operations, risk management, and sustainable, inclusive growth across BRICS economies.

Elaborated by authors.

3.2 Institutional development

TABLE 5

Institutional development: prior contributions submitted by participants

CONTEXT: At the moment, the existing mechanisms and rules for social participation within BRICS are not working for the majority. The block, which already innovated with the creation of a development bank, more inclusive and democratic than the traditional ones – one country, one vote – could take another bold step by creating an instance of social participation. This council would not replace the engagement groups, it would dialog with them, but it would be part of the bloc's governance, participating with the right to a voice in the negotiation processes. RECOMMENDATION: BRICS should create a Civil Society Council with representatives' organizations from each country, autonomously appointed. JUSTIFICATION: International and national experiences have shown that the participation of civil society organizations in policy decision-making processes brings many gains, including increased political legitimacy, governance improvement, better policy performance and sustainability. By enabling proximity to the demands and needs of citizens, participation provides a broader perspective of impacts and prevents conflicts. It also increases transparency and accountability. BRICS+ should also establish an institutionalized channel for dialogue and engage with potentially affected communities. Listening to civil society, especially to those impacted by the block, contributes to the implementation of effective, transformative, and sustainable development. Spaces for participation allow for the incorporation of a plurality of social actors in the definition of the public agenda, not just the groups with influence over traditional decision-makers, consequently increasing transparency and accountability. And understanding that there are different ways of producing knowledge, beyond academia, is fundamental to finding appropriate solutions to the current economic, social, environmental and climate problems affecting the block's countries and the world. Currently, with the availability of countless resources for organizing virtual consultations and debates, participatory processes can mobilize a large number of organizations easily and quickly.

CONTEXT: At each presidency of the group, and round of negotiations, a new symbol and identity seems to be attached to the group, as well as different websites and social networks. So, the idea is that the group would need a clearer presence in the world scenario.

RECOMMENDATION: Creation of an institutional identity that does not change from cycle to cycle as it is today, so that other countries and the BRICS nations themselves could have a more definitive portrait of the group as an international organization, coupled with a physical headquarters.

JUSTIFICATION: Although the BRICS have been in place for over 15 years, there is still a discussion about the status of the group whether as an international organization, alliance, or something else. Even though this is not a guarantee of the group's continuity and commitments (as the quick end of UNASUR has proven), these measures may help to foster a sense of commitment and stability in the group. It is feasible and would provide a more concrete idea of the BRICS.

CONTEXT: As the BRICS have decided to enlarge in the last couple of years, the categories and status of members have changed. As more countries are being identified as part of the BRICS, this is a much-needed step to strengthen institutionalization.

RECOMMENDATION: Establish, more clearly, the criteria for enlargement, responsibilities, roles and status of member countries, and partners, inside and outside the group.

JUSTIFICATION: The process of enlarging the BRICS has proven to be a challenge, as it is susceptible to political conditions, as the case of Argentina has shown. Also, countries like Saudi Arabia seem to be hesitant in fulfilling its commitments. Therefore, the group needs to better establish the criteria for its enlargement and for the roles and responsibilities that future and present members need to follow.

CONTEXT: Since 2011, when the BRICS held its first enlargement with South Africa´s engagement, there have been no new expansions or debates about the issue. Nevertheless, in the last couple of years, due to a changing political environment, the group has endured two enlargements and, at the same time, is trying to present alternative mechanisms for dealing with economic and financial issues. So, as the experience of other alliances and IOs shows, such as the EU, enlargement can lead to a more flexible compromise with the purposes of the group and harm its deepening and strengthening of compromises. Therefore, what does the group stand for? A loose compromise to attract more members or a strict agenda?

RECOMMENDATION: Define the core priorities of the group, considering its options and current actions regarding enlargement and deeper commitments.

JUSTIFICATION: So far, the BRICS choice for enlargement is proving to be both a success as well as a problem. As the EU has shown, to try to pursue enlarging and deepening at the same time is risky and could jeopardize the core purpose of the group under changing geopolitical circumstances. It is feasible, and could reinforce the commitment of the group, although it may not attract some nations.

CONTEXT: Even though the BRICS clearly has a political stance, and this is most necessary, some cautionary measures, as the group is enlarging might be needed to avoid excessive frictions amongst members and countries with which the group cooperate. Institutionalization depends much on compromise and credibility and, for now, it seems that the group is easily susceptible to political changes in its members, even though it is more resilient than it looks.

RECOMMENDATION: Focus on cooperation mechanisms inside and outside the group that are less susceptible to changing political environments and that can be sustained by group members even if they undergo foreign policy adjustments in their agenda, as these mechanisms and results bring benefits to the nations involved.

JUSTIFICATION: As mentioned, although the group is more resilient than it looks, BRICS is often accused of being weak or not feasible. Therefore, the BRICS need to implement more clearly cooperation mechanisms that are more visible and systematic, even if it means some reduction in some areas, as it focuses on more pragmatic agendas.

CONTEXT: As the group enlarged, it could be interesting to have some permanent regional headquarters.

RECOMMENDATION: Create, added to the first suggestion of a physical and permanent headquarters, regional and smaller permanent headquarters in each continent as the group is expanding. The idea is to have a hub and spokes mechanism.

JUSTIFICATION: Although this may seem contradictory to the first suggestion of a permanent headquarters (which may prove not as feasible as it seems), the idea of regional headquarters could provide a way out, as it may lead to a hub-and-spokes mechanism and create a sense of continuity.

CONTEXT: The creation of a physical headquarters and a permanent multilateral secretariat for the BRICS represent a key step towards consolidating the group. Since its formation, the BRICS have stood out as a coalition that seeks to promote a fairer and more inclusive world order. However, the lack of a formal institutional structure has limited its capacity for action, especially now, when it receives new and diverse members. The need for a physical headquarters and a permanent secretariat emerges as a response to this structural gap. Currently, the absence of a fixed administrative body hinders project continuity and the implementation of key decisions. A permanent headquarters would allow the centralization of operations, facilitating coordination among members, the development of joint initiatives, and the articulation of positions in international forums. The symbolic aspect is also important. A physical headquarters and a permanent secretariat would represent the institutional maturity of the group. The headquarters would also serve as a diplomatic hub, with member countries and other nations interested in collaborating with the bloc. This would strengthen the role of BRICS as a platform for South-South cooperation and as an active voice in the defense of emerging countries. In addition, in an international context marked by geopolitical tensions, a permanent institutional structure would allow the group to act more proactively in conflict prevention and mediation, as well as in the reform of multilateral institutions, such as the UN, the IMF and the WTO. In short, a physical headquarters and a permanent secretariat are necessary investments for the coalition, encouraging BRICS to act systematically in the international arena. In addition, a professionalized secretariat could offer technical and logistical support to advance priority agendas such as trade, investment, technological innovation, energy security, and climate change.

RECOMMENDATION: It is necessary for the BRICS to establish a physical headquarters and have a permanent multilateral secretariat, with a fixed and qualified body of officials. This measure would strengthen the coordination and efficiency of the group, allowing for more organic action on issues of common interest. A consolidated institutional framework would facilitate the implementation of joint initiatives, policy dialogue, and cooperation in sensitive areas such as economy, trade, security, and sustainable development. In addition, a physical headquarters would symbolize the solidity and growing relevance of BRICS on the international stage, reinforcing their importance in the construction of a new global, multilateral, and cooperative order.

JUSTIFICATION: Several reasons justify a fixed seat and a permanent secretariat:

- Cooperation and Coordination: This would allow for more organic action, ensuring that the group's initiatives move forward in a continuous and coordinated manner.
- Institutionalization and Credibility: The institutionalization of the BRICS would be a sign that the group is a stable coalition committed to long-term goals.
- Project Implementation: A permanent secretariat would facilitate the implementation of multilateral projects, increasing efficiency and interaction with other global actors.

- Global Representation and Influence: A physical headquarters would serve as a focal point for BRICS diplomacy, facilitating interaction with other global actors.
- South-South Cooperation: A permanent structure would allow the group to function as a platform to articulate common agendas and promote initiatives that benefit its members.

A physical headquarters and a permanent secretariat depend on important points, such as:

- Consensus among members: Country-members need to agree on the creation of the headquarters and define its attributions, financing, and location.
- Location: The choice of host country is a sore point. Criteria such as diplomatic tradition and political neutrality are essential. In this sense, Brazil and the city of Rio de Janeiro are viable alternatives.
- Funding: Funding: Costs could be split among members, based on the size of their economies.
- Structure and Functioning: An interesting model would be that of the OECD, which has a professional and independent secretariat.
- Political Impact: The creation of a permanent headquarters would strengthen BRICS' position as a central player in global governance.

Therefore, these are important and viable initiatives which would strengthen the group's capacity to act. In an increasingly unstable world, the institutionalization of the BRICS is a necessary step towards building a more just and balanced global order.

CONTEXT: BRICS was born out of the urgency to build new forms of global governance in response to contemporary asymmetries. The central guiding principle was to occupy spaces and challenge global governance while simultaneously developing alternative cooperation mechanisms within the group. This was a fundamentally sound approach but is insufficient now. Initially, BRICS focused on quantitative growth; now, it must shift towards qualitative growth by strengthening cooperation mechanisms and enhancing their effectiveness.
Since the first BRICS Summit, numerous declarations, resolutions, and cooperation agreements have been established. These agreements are the lifeblood of BRICS, as they formalize economic, political, and cultural relations essential to intra-group interactions. However, more than fifteen years after the first Summit, many cooperation mechanisms may be misaligned with contemporary priorities. Similar mechanisms from different agreements could be consolidated into broader, more integrated structures, improving efficiency and coordination. It is time for a comprehensive revision of these mechanisms to better guide future actions. Cooperation mechanisms should no longer merely signal the vast number of intra-group relationships; instead, they must embody two key characteristics that are fundamental to BRICS:

- The ability to monitor and critically analyze these mechanisms (which, in turn, requires an exhaustive listing and classification), leading to better planning of actions;
- The capacity to build economic, political, and cultural relationships that contribute to a more just and equitable world, where poverty is eradicated and inequality is reduced to ensure dignity for all.

RECOMMENDATION: BRICS should compile a comprehensive list of all existing and previously discontinued cooperation mechanisms to develop monitoring frameworks and assess, among the agreements made, what has progressed— and to what extent— and what has not. Presenting many cooperation mechanisms may impress public opinion or serve as propaganda, but it adds little to BRICS' effectiveness. The lack of a comprehensive and monitorable list creates a paradoxical situation where multiple classifications of cooperation mechanisms exist, yet there is no empirical basis upon which such classifications should be built.
Thus, a review is the fundamental principle that should guide a work program by experts from various countries. A clear classification of cooperation mechanisms, combined with the creation of indicators for monitoring and qualitative evaluation, is essential.

JUSTIFICATION: Enhancing the effectiveness of cooperation mechanisms through a comprehensive listing, clear classification criteria, and monitoring mechanisms, while also progressively incorporating a social dimension into these mechanisms, is among the most strategic and cost-effective actions BRICS can undertake.
A Cooperation Mechanisms Review Committee could be established, comprising experts from each BRICS country as well as specialists from international organizations. A six-month timeframe would be sufficient for this Committee to analyze and present a Report on the status of cooperation mechanisms. This Report would serve as a recommendation to BRICS Summit leaders, containing at a minimum:

- A comprehensive list of all cooperation mechanisms within BRICS;
- Clear criteria for classifying cooperation mechanisms;
- Indicators and elements to facilitate action monitoring;
- A recommendation that new cooperation mechanisms should always include provisions for social, ethno-racial, and/or environmental compensation policies.

This Review Committee's work would run parallel to regular cooperation mechanism activities. Regardless of the Committee’s findings, certain emerging areas— such as energy transition, artificial intelligence, food security, and public health— deserve greater attention and priority. A selective and carefully planned expansion of cooperation mechanisms would be welcome. The general recommendation, therefore, is to prioritize the quality of actions over the quantity of actions. More effective initiatives— those with greater social impact and higher environmental consciousness— will strengthen BRICS' credibility. Cooperation mechanisms should follow this logic to increase the group's relevance and guide its future actions more effectively.

CONTEXT: There is growing dissatisfaction with the economic and political use of the dollar by the U.S., which not only grants exorbitant privileges but also creates insecurity and instability worldwide. In his speech at the BRICS Summit in Kazan, President Lula emphasized that the creation of an alternative to the dollar for trade among bloc members must move forward and can no longer be postponed, including as a way to ensure that the "multipolar order" sought by BRICS is also reflected in the international financial system. There is both a historical opportunity and a pressing need to advance in the search for alternatives to be assessed responsibly.

RECOMMENDATION: Creation of a unit of account in the form of a basket of currencies from the member countries of the BRICS Contingent Reserve Arrangement (CRA), in which the weight of each country's currency would correspond to its share of the group's GDP.

JUSTIFICATION: Creation of a unit of account in the form of a basket of currencies from the member countries of the BRICS Contingent Reserve Arrangement (CRA) allows financial assets, including international reserves and commodities, to be denominated without relying solely on the dollar as a reference. The Kazan declaration states that "We express our strong support for the CRA mechanism improvement via envisaging alternative eligible currencies and welcome finalization of the amendments to the CRA documents." An alternative reserve asset is ultimately a prerequisite for alternatives to the dollar to move forward. The creation of a BRICS reference financial asset would be part of a reform and upgrade of the CRA, which could later evolve into a financial authority, allocating reserves to strengthen the economic stability of its members, with reserve securities guaranteed by the national treasuries of the participating countries. It would not be a currency because it will not serve as a means of exchange for making payments.

CONTEXT: After 15 years of existence and with its rapid expansion beginning in 2024, BRICS has a series of proposals and cooperation projects that are scattered and in a fragmented environment, which hinders their implementation, follow-up, and the measurement of their results.

RECOMMENDATION: Creation of a Five-Year Plan to support the implementation of intra-bloc cooperation projects. The plan will be adjusted and updated on a yearly basis.

JUSTIFICATION: It would be important to have a Five-Year Plan to monitor intra-bloc cooperation agreements and projects, with the aim of enhancing their effectiveness, increasing their visibility, and highlighting their outcomes. The creation of a Five-Year Plan would be feasible with the approval of BRICS members, with the technical assistance of the New Development Bank.

CONTEXT: After completing 15 years of existence and undergoing significant expansion in 2024, BRICS remains a grouping of countries without legal personality, relying exclusively on intergovernmental arrangements shaped by the ad hoc actions of each presiding country. The governance of BRICS still depends entirely on the government that assumes its rotating presidency. BRICS does not yet have a body to organize the bloc's information, ensure the record-keeping of meetings, minutes, declarations, and agreements, or provide a technical entity to follow up on the bloc's proposals, agreements, and plans. In this context, the creation of a technical secretariat is necessary to serve as the permanent guardian of the bloc's technical governance. In this way, there is no centralized place within BRICS where one can access information.

RECOMMENDATION: Creation of a BRICS Technical Secretariat to ensure the follow-up of agreements, record-keeping, and access to documents, among other technical functions.

JUSTIFICATION: The creation of a BRICS Technical Secretariat with a centralized database has now become urgent, given the increasing complexity of the bloc's activities and its rapid expansion of new members. A Technical Secretariat could be established through an international agreement among members (in this case, following the procedures of the Law of Treaties) or as a technical body managed by a Troika of BRICS member countries—comprising the country that presided over the bloc in the previous year, the country currently holding the presidency, and the country set to preside next. Based on the second option, which could be implemented immediately (as a body without international legal personality), the BRICS Technical Secretariat could take on the role of guardian of the bloc's technical governance. Its functions would include organizing existing documents, preserving the group's institutional memory, facilitating public access to official documents (such as declarations, minutes, and agreements), and ensuring the follow-up of agreements and action plans. The Technical Secretariat could also receive support from the New Development Bank (NDB). Additionally, it could play a key role in facilitating a potential transition of the bloc toward a formal international institutional framework in the future.

CONTEXT: The BRICS grouping has grown into a significant force in global governance, representing emerging economies and advocating for a multipolar world. However, its digital presence remains fragmented, with information scattered across temporary websites tied to rotating presidencies. This lack of a centralized platform undermines BRICS' institutional identity and hinders public access to critical information. A permanent website would address these gaps, serving as a unified hub for historical records, official statements, and academic resources. By consolidating its digital footprint, BRICS can enhance its visibility, strengthen its institutional framework, and project a cohesive image to the international community.

RECOMMENDATION: It is recommended that a permanent BRICS website (e.g., brics.org) be created as the official communication platform and repository for the group. This site would store historical documents, Summit statements, and key milestones while strengthening BRICS' identity and ensuring transparency. A centralized domain would eliminate the need for changes with each rotating presidency, enhancing accessibility and global credibility.

JUSTIFICATION: Creating a permanent BRICS website is essential to address the current fragmentation of its digital presence. Currently, each rotating presidency creates its temporary website, leading to inconsistent access to information and the loss of part of the historical data when domains expire. A centralized platform would ensure continuity, allowing stakeholders, researchers, and the public to access a comprehensive repository of BRICS-related documents, including Summit declarations, joint statements, and academic analyses. This would not only preserve the grouping's historical legacy but also provide a reliable source of information for future reference.

CONTEXT: BRICS' expansion has enhanced its geographic representation and global influence, but the process lacks transparency and clear guidelines, risking perceptions of bias or political dominance by more influential members. To address this, it is essential to establish a transparent admission process, including public disclosure of applications and explicit criteria for membership. These criteria should align with BRICS' strategic goals, such as promoting South-South cooperation, reforming global governance, and opposing unilateral measures like sanctions or tariffs that violate WTO rules. Additionally, clarifying the distinction between full members and partners, with a provisional period for partners to transition to full membership, would prevent hierarchical structures that contradict BRICS' egalitarian ethos. This approach ensures that expansion is inclusive, transparent, and consistent with the bloc's values, strengthening its credibility and appeal to potential new members.

RECOMMENDATION: Ensure transparency in BRICS expansion by publicly disclosing membership applications and establishing clear, publicly available admission criteria. Define distinct categories for full members and partners, with a provisional period for partners to transition to full membership. This approach reinforces BRICS' democratic and non-hierarchical identity while promoting inclusivity and transparency.

JUSTIFICATION: This recommendation is crucial because transparency and clarity in the expansion process are fundamental to maintaining BRICS' credibility and democratic identity. Publicly disclosing membership applications and establishing clear criteria prevent the process from being dominated by political interests or the influence of more powerful members, ensuring fairness and inclusiveness. Clear criteria, such as alignment with BRICS' strategic goals and friendly relations with current members, provide an objective basis for

evaluating candidates, reducing ambiguity and potential conflicts. Defining distinct categories for full members and partners, with a provisional period for partners, avoids the creation of hierarchical structures that could undermine BRICS' collaborative and non-hierarchical ethos. This approach is feasible, as it builds on existing practices in other multilateral organizations and aligns with BRICS' commitment to inclusivity and transparency. By adopting these measures, BRICS can enhance its global reputation, attract new members, and ensure its expansion reflects its values of equality and cooperation.

CONTEXT: BRICS operates as a non-hierarchical and flexible bloc, but its lack of a permanent institutional structure can lead to inefficiencies, inconsistent priorities, and challenges in coordinating long-term projects. A hybrid structure combining a virtual Permanent Secretariat and a Troika would address these issues while preserving BRICS' unique identity. The Secretariat would centralize administrative and technical tasks, ensuring smooth operations and communication. Meanwhile, the Troika, comprising representatives from the current, previous, and incoming presidencies, would provide strategic continuity and prevent the dominance of any single member. This model avoids the costs and complexities of a physical headquarters, making it a practical solution for enhancing BRICS' institutionalization without compromising its collaborative and egalitarian principles.

RECOMMENDATION: Establish a hybrid structure for BRICS, combining a virtual Permanent Secretariat and a Troika. The Secretariat would handle administrative, technical, and communication tasks, while the Troika, composed of the current, previous, and incoming presidencies, would ensure political and strategic alignment. This model ensures continuity, transparency, and efficiency without needing a physical headquarters.

JUSTIFICATION: This recommendation is important because it strengthens BRICS' institutional framework, ensuring the continuity, transparency, and efficiency of its operations. The virtual Permanent Secretariat would streamline administrative and technical tasks. On the other hand, the Troika would provide strategic oversight, ensuring that priorities and projects are not abandoned during leadership transitions. This structure also prevents any single member from dominating the agenda, promoting balance and inclusivity. The absence of a physical headquarters makes this model cost-effective and avoids complex negotiations over its location. Combining the strengths of a permanent body and a rotating leadership mechanism enhances BRICS's ability to achieve its goals.

CONTEXT: As BRICS expands, the challenge of reaching a consensus among a growing and diverse membership increases. To avoid fragmentation and maintain cohesion, BRICS must avoid replicating hierarchical models like the UN Security Council, where veto powers

create inequality. Instead, BRICS should adopt an inclusive, egalitarian approach inspired by the UN General Assembly, ensuring all members, regardless of size or influence, have equal participation rights. This approach aligns with BRICS' identity as a democratic, non-hierarchical bloc representing the Global South. By prioritizing consensus and transparency, BRICS can strengthen its unity and effectiveness in addressing global challenges, while maintaining its appeal as a collaborative and representative platform.

RECOMMENDATION: To ensure cohesion and inclusivity in decision-making as BRICS expands, we recommend:

- Equal Participation: Adopt a model similar to the UN General Assembly, ensuring all members have equal rights and avoiding hierarchical categories or veto power;
- Voting Process: Prioritize consensus for decisions. If consensus is unattainable, use qualified majority voting (e.g., a 2/3 majority) for strategic or urgent matters, with public explanations of outcomes;
- Critical Decisions: Require complete consensus for key decisions, such as new member admissions or institutional reforms.

JUSTIFICATION: Ensuring equal participation among all BRICS members is vital to reinforcing the bloc's identity as a democratic and inclusive organization. By granting each member equal rights, the group avoids divisions and fosters trust, essential for long-term collaboration. This is feasible and aligned with BRICS' existing principles, as it simplifies decision-making processes and avoids the complexities of hierarchical systems. Additionally, prioritizing consensus for decision-making promotes unity. It ensures that all voices are heard while using qualified majority voting for urgent matters, allowing progress without undermining inclusivity. Transparency is further enhanced by publicly explaining decisions, strengthening the bloc's legitimacy and accountability. Finally, requiring complete consensus for critical decisions, such as the admission of new members, ensures collective ownership and prevents dominance by more influential members. This approach safeguards the bloc's integrity and reinforces its commitment to equitable and collaborative governance.

CONTEXT: BRICS has grown into a significant global bloc, but its impact is often hindered by inconsistent implementation of decisions and a lack of systematic monitoring. Without a robust mechanism to track progress, initiatives risk losing momentum, especially during leadership transitions. A Monitoring and Evaluation Unit would address these challenges by providing a structured framework for oversight and accountability. This unit would work alongside thematic working groups and national focal points to implement decisions effectively. By publishing regular reports and maintaining a transparent online platform, the unit would enhance public trust and demonstrate BRICS' commitment to delivering tangible results. This proposal builds on existing structures while introducing a professional approach to monitoring and evaluation, ensuring that the bloc's initiatives are impactful and sustainable.

RECOMMENDATION: Establish a Monitoring and Evaluation Unit to systematically track and assess the implementation of decisions. This unit would develop measurable performance indicators, publish regular progress reports, and ensure transparency by making information accessible on a dedicated online platform.

JUSTIFICATION: By establishing a Monitoring and Evaluation Unit, BRICS can ensure that decisions made at summits and ministerial meetings are effectively implemented, fostering transparency and trust among members and stakeholders. The unit's regular progress reports and performance indicators would provide a clear picture of achievements and challenges, enabling timely adjustments and continuous improvements. The involvement of thematic working groups and national focal points ensures a collaborative approach, preventing the abandonment of long-term projects during leadership transitions. By adopting this model, BRICS can enhance its efficiency, continuity, and global reputation, ensuring its initiatives deliver meaningful and measurable outcomes.

Elaborated by authors.

TABLE 6

Institutional development: recommendations consolidated in the workshop

1. Participation and transparency: BRICS should strengthen its governance and transparency through mechanisms that ensure equitable participation, clear admission criteria, and efficient decision-making processes. The governance structure must guarantee representation of both member states and relevant stakeholders, fostering transparency and institutional trust. The BRICS expansion process should be based on well-defined and transparent rules, ensuring predictability and legitimacy in admitting new members. At the same time, principles of inclusion and equal participation must be preserved, avoiding rigid hierarchies or mechanisms that undermine fairness. Consensus should be prioritized in decision-making, but alternative methods, such as qualified voting, should be considered to maintain agility. This model balances stability, flexibility, and transparency, reinforcing BRICS governance while preserving its cohesion.
2. Effectiveness and implementation: To strengthen strategic planning, monitoring, and impact assessment, BRICS should adopt an integrated governance model, ensuring that its priorities are well-defined, its actions structured, and its outcomes effectively tracked. Governance should balance flexibility and predictability, allowing for adjustments as needed without compromising the continuity of initiatives. Policy implementation should be guided by structured planning, aligned with member priorities, and supported by a monitoring mechanism to ensure transparency and effectiveness. This approach ensures coordination, adaptation, and compliance, promoting tangible impact, stability, and greater institutional efficiency.
3. Operational capacities: To ensure administrative continuity and operational efficiency, BRICS should establish an adaptable institutional structure that integrates technical management with organizational flexibility. A permanent technical and administrative support unit should monitor agreements, maintain records, and ensure document preservation. This entity could operate in a hybrid model, combining a Virtual Secretariat for administrative tasks with a Troika system, composed of the current, previous, and upcoming presidencies, ensuring strategic continuity. The need for a physical headquarters or regional centers may be assessed as BRICS expands, striking a balance between institutional stability and operational flexibility. This model enhances coordination, governance, and efficiency, while maintaining the bloc's decentralized nature.

4. Governance and decision-making: To strengthen institutional sustainability and transparency, BRICS should adopt structures and mechanisms that ensure the continuity of its cooperation, balancing infrastructure, digitalization, and operational resilience. The bloc's structure should enable stable cooperation that is less susceptible to political shifts, ensuring that initiatives are well-coordinated and accessible. The integration of physical and digital infrastructures enhances BRICS' communication and operational capacity, promoting efficiency and transparency. By improving existing mechanisms while incorporating new institutional tools, BRICS can establish a solid foundation to organize, monitor, and consolidate its actions, ensuring adaptability and accessibility for its members.

Elaborated by authors.

3.3 Climate change

TABLE 7
Climate change: prior contributions submitted by participants

CONTEXT: These recommendations feature in "BRICS and the Challenges of Decarbonization and Biodiversity Protection", recently published by the Igarapé Institute (see https://igarape.org.br/en/leveraging-synergies-how-brics-can-drive-biodiversity-and-climate-solutions/).

RECOMMENDATION: Deepen intra-BRICS cooperation and support innovators, and enhance the New Development Bank Role in integrating climate, biodiversity, and development finance. Expand intra-BRICS cooperation on climate and biodiversity-related issues, leveraging their existing innovation and expertise. This includes areas such as satellite technology for environmental monitoring, renewable energy technologies, and biodiversity conservation in protected areas. BRICS should also position the New Development Bank more clearly as a mission-driven institution dedicated to financing the ecological transition in the Global South, championing an alliance of multilateral development banks to promote sustainable and resilient infrastructure in critical ecosystems.

JUSTIFICATION: Despite internal heterogeneity and political tensions, the BRICS grouping has the potential to lead transformative actions. The key to this leadership lies in fostering innovation, building internal alliances, strengthening cooperation, and leveraging financial mechanisms like the New Development Bank (NDB) to promote a just and inclusive transition. BRICS strategic positioning as a coalition of the Global South facilitates its ability to advocate for equitable solutions that address the disproportionate impacts of climate change and biodiversity loss on developing nations. As the world contends with escalating environmental crises, the group's ability to connect climate action and biodiversity protection with socio-economic development offers a transformative pathway for the Global South. Some of the member countries have demonstrated willingness and capacity to act on these agendas at home and abroad (including through South-South Cooperation).

CONTEXT: The dominant narrative on climate finance wants people to believe that there are no public resources available to fund mitigation, adaptation, loss and damages, that the solution is with private sector or additional debt. But evidence shows that global cooperation on tax could mobilize new and additional public resources by: (i) fighting illicit financial flows and tax abuse, (ii) making HNWI pay their fair share of taxes as well as transnationals, (iii) phasing out inefficient tax expenditures.

RECOMMENDATION: BRICS+ should support the United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation (UNFCITC) as a mechanism to mobilize new, additional, and free form debt public resources that will contribute to climate finance.

JUSTIFICATION: At global level, the existing mechanisms and rules of international tax governance are not working for the majority. This is why we believe that the United Nations is the fairest, most inclusive, and participatory space to discuss and approve tax measures that directly affect all states. We believe that a United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation (UNFCITC), currently being negotiated, would:

- establish an international framework on tax;
- promote fairness towards developing countries;
- contribute to the progressive realization of human rights and the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs), and bring more ambition to the Paris Agreement commitments;
- ensure transparency while incorporating the interests, concerns, and needs of developing countries;
- and increase government accountability and public participation.

The UNFCITC is seen as the biggest change in the history of the global tax system and is considered a unique opportunity to prevent the loss of trillions of dollars due to tax abuse and tax expenditure.

CONTEXT: The BRICS countries are responsible for 28% of the world's crude oil production and exports, led by Russia and China, and 27% of oil imports. Besides that, the dominant source of energy in six BRICS countries is fossil energy, which underscores the importance of phasing out traditional energy sources for the energy transition. China's heavy reliance on coal, combined with the considerable participation of India, South Africa and Russia, makes the BRICS countries responsible for nearly 70% of the world's coal capacity. Oil and gas plants are less prominent across the group, making up 22% of total global oil/gas plant capacity. This information highlights the contribution and responsibility of the BRICS countries in achieving Just Energy Transition.

RECOMMENDATION: BRICS+ should establish a timetable for transitioning away from fossil fuels and end fossil fuel subsidies in a just and equitable manner that does not compromise access to energy.

JUSTIFICATION: Despite the data showing the importance of the BRICS in the energy transition, the rhetoric on this issue in the high-level declarations of the BRICS Summit focuses mainly on energy security and the continuation of "combined energy sources" or the

"principle of technological neutrality", which includes fossil fuels, so that the energy transition is equitable. This statement leaves open the possibility of continuing to exploit new sources of fossil fuels. However, the BRICS countries have a great capacity to develop and achieve the global collective goals on renewable energy, especially the goal of tripling renewable energy capacity by 2030. Recent reports show that if the group continues to add renewable energy capacity until 2030, the BRICS countries could achieve a more than 2.5-fold increase in renewable energy capacity. Moreover, the dominance of fossil fuels in the BRICS countries' energy mix has been declining in recent years, and the projections show that it can fall by more than 50% within this year. Also, their projects on solar and wind capacity development overcome those related to coal, oil, and gas in a scale of 2 to 1. This shows the amazing capacity BRICS countries have to be renewable energy leaders.

CONTEXT: Rather than benefiting all countries, the transition to greener economies has so far largely reinforced inequalities within and between countries, boosting green industrial prospects for already-industrialized nations while perpetuating the limited role of most developing countries as sources of raw materials. As a result, policymakers, particularly in the Global South, have increasingly emphasized the importance of ensuring that the transition to low-carbon economies be just. Despite its growing adoption within climate policies and discourse, there is still no universally accepted definition of what constitutes a just transition. Developed nations, on the one hand, focus primarily on labor concerns. In contrast, developing countries, including BRICS countries, advocate for a broader vision of a just transition that balances the imperative of reducing greenhouse gas emissions with the need to address social inequalities, including poverty and hunger. Every transition will necessarily be context-specific due to the unique economic, social, and environmental conditions. However, a common, comprehensive conceptual framework could help identify the key enabling conditions for aligning climate goals and principles with improved socio-economic outcomes at the global level. As such, BRICS High-Level Principles on Just Transitions could encourage the integration of justice and equity criteria and considerations into member states' national transition policies and strategies, while also fostering international cooperation initiatives aimed at supporting BRICS countries in advancing their transitions away from fossil fuels in a just, orderly and equitable manner.

RECOMMENDATION: While upholding the principle of Common but Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities, BRICS can take a leadership role in ensuring that its members and their populations transition away from fossil fuels in a just, orderly, and equitable manner. To support this, the BRICS should adopt High-level Principles on Just Transitions to provide guidance on key elements BRICS countries must consider when formulating their just transition strategies, policies, and programs. Recognizing that just transition pathways are shaped by unique economic, social, and environmental conditions, these principles must be comprehensive and adaptable to diverse national contexts. Accordingly, the BRICS High-level Principles on Just Transitions should not only balance the imperative of

advancing climate-resilient, low-greenhouse gas emission economic models but also implement measures to reduce inequalities both within and between countries as they navigate their ecological transitions.

JUSTIFICATION: Global North nations often prioritize labor market considerations, such as retraining and reskilling needs associated with economic transitions. While these aspects are crucial, they often overlook Global South realities, where a large share of the workforce is informal, and many groups, particularly women, are engaged in unpaid care work — leaving them at greater risk of being further marginalized by the transition. Establishing BRICS Just Transition Principles could make international climate negotiations, including the UNFCCC's Just Transition Work Program, more inclusive of the South's realities. This would ensure that developing countries' priorities—such as ending energy poverty; promoting social protection/inclusion; ensuring respect for human, women and environmental rights; fostering technology co-development and transfer and value addition in green supply chains; and securing affordable/reliable financing mechanisms—are meaningfully integrated into discussions. This is feasible— during Brazil's 2024 presidency, the G20 adopted Principles for Just and Inclusive Energy Transitions. BRICS could develop their own framework, tailored to their specific priorities and contexts, and advocate for the integration of these principles into international climate negotiations, including the UNFCCC and its Just Transition Work Program.

CONTEXT: Developing consensus-based High-Level Principles on Just Transitions is a critical first step in establishing standards, criteria and guidance for both national and international just transition policies. However, without concrete action, their impact remains limited. In addition to designing BRICS High-Level Principles on Just Transitions—which could contribute to discussions in global forums such as the UNFCCC's Just Transition Work Program—BRICS can also play a key role in mobilizing international support to enhance the means of implementation, ensuring that countries have the necessary resources to operationalize their transitions strategies effectively.
To this end, BRICS should support the establishment of a Matchmaking Platform to Facilitate the Implementation of Just Energy Transitions, modeled after the Global Alliance Against Hunger and Poverty and open to all Parties to the UNFCCC.
Key Pillars of the Just Transition Matchmaking Platform, inspired by the Global Alliance Against Hunger and Poverty:

- Policy Basket – A curated set of rigorously evaluated policy instruments and programs designed to promote just transitions, adaptable to national and subnational contexts.
- Knowledge-Sharing & Capacity-Building Hub –A platform connecting national, regional, and international institutions, including think tanks and academic institutions, to foster knowledge exchange and provide technical assistance. For instance, this hub could support the development of technical capacity required to assess the costs of policy interventions and build the technical expertise necessary for effective implementation of just transition policies.

- Sources of Finance & Technology – A mechanism designed to attract global and regional funds, vertical climate funds, development banks, and public and private donors, committed to providing financial and technological support to help member countries implement just transition programs and policy instruments within the Platform's Policy Basket

RECOMMENDATION: BRICS should support the establishment of a Matchmaking Platform to Facilitate the Implementation of Just Energy Transitions, modeled after the Global Alliance Against Hunger and Poverty and open to all Parties to the UNFCCC. The Platform should pursue the following High-Level objectives:

- Secure Sustained High-Level Political Support to drive collective action in operationalizing Just Transitions Principles and the paragraph 28(d) of the First Global Stocktaking of the Paris Agreement, supporting countries in: "Transitioning away from fossil fuels in energy systems, in a just, orderly and equitable manner";
- Facilitate the mobilization of international support, including public and private financial and technological resources, to enable the large-scale, country-owned, and country-led implementation of evidence-based transition programs and policy instruments, with a particular focus on developing countries and persons most at risk of being left behind by transition policies.

JUSTIFICATION: While countries, including BRICS, have committed to transitioning away from fossil fuels in a just, orderly, and equitable manner, no dedicated multilateral fund currently exists to support this transition. Given the current geopolitical landscape—marked by the withdrawal of the world's largest economy from the Paris Agreement and the limited capital allocation to existing mechanisms like the recently established Loss and Damage Fund—establishing a new fund is politically unfeasible. However, a matchmaking platform presents a more viable alternative. The success of the G20 Global Alliance Against Hunger and Poverty, launched during Brazil's G20 presidency in 2024, demonstrates this potential, having already secured the participation of over 148 stakeholders, including more than eighty states, as well as numerous international organizations, financial institutions, and philanthropic entities. BRICS support would significantly enhance the political feasibility of establishing a matchmaking platform open to all UNFCCC Parties. Modelled after the Global Alliance, this platform could be structured around key pillars, including:

- Policy Basket
- Knowledge-Sharing & Capacity-Building Hub
- Sources of Finance & Technology

CONTEXT: The BRICS countries face a shared challenge in transitioning away from fossil fuels while maintaining economic stability and development. Together, these nations account for 45% of the world's population and CO_2 emissions, and 25% of global GDP, making

their energy policies critical to global climate action. As fossil fuel-dependent economies (FFDCs), they rely heavily on coal, oil, and natural gas for energy production, and fossil revenues play a central role in public finances through subsidies, production-sharing contracts, and state-owned enterprises. However, the fiscal implications of the energy transition are significant, as declining fossil revenues could lead to budget constraints, requiring governments to either cut spending or diversify revenue streams. The ability of each country to manage this transition depends on economic diversification, human capital, and institutional strength, which will determine their capacity to attract investments and pivot toward alternative industries.

RECOMMENDATION: Integrate equity criteria and implement fiscal transition strategies to manage economic risks in the fossil fuel phase-out process.

JUSTIFICATION: BRICS should advocate for equitable transition frameworks in multilateral negotiations, mainly at COP 30, ensuring that phase-out timelines consider historical responsibilities, development needs, and fair-share quotas. This would allow developing economies a longer, yet structured, period to decarbonize while ensuring developed nations provide financial and technical support for an accelerated transition. Recognizing the economic, regulatory, and financial risks of fossil fuel phase-out, BRICS should develop fiscal mechanisms to mitigate stranded assets, support affected industries and ensure macroeconomic stability. This includes phasing out fossil fuel subsidies while reinvesting revenues into clean energy infrastructure, workforce retraining, and resilience-building programs. There is no “silver bullet” policy or one size-fits-all fiscal transition strategy suitable for all BRICS countries. Governments will need to take regulatory capacities and public attitudes into account when developing strategies to raise energy prices and introduce new taxes (Beaton et al., 2013; Clements et al., 2013; Levi et al., 2020).

CONTEXT: BRICS should advocate for equitable transition frameworks in multilateral negotiations, mainly at COP 30, ensuring that phase-out timelines consider historical responsibilities, development needs, and fair-share quotas. This would allow developing economies a longer, yet structured, period to decarbonize while ensuring developed nations provide financial and technical support for an accelerated transition.

RECOMMENDATION: Develop a joint green taxonomy to enable climate finance mobilization.

JUSTIFICATION: Establishing a BRICS-wide green taxonomy would allow the New Development Bank (NDB) to standardize sustainable investment criteria, promoting the issuance of Green, Social, and Sustainable (GSS) bonds. This framework should be designed to

leverage fossil fuel revenues during boom cycles, directing resources toward climate resilience, low-carbon projects, and just transition policies. Among the BRICS countries, China has a well-developed green bond market, but other jurisdictions, such as India and Brazil, have also experienced sustained growth in the market and in related regulations (Lann et al, 2022). BRICS countries should also seek regulatory convergence in carbon markets.

CONTEXT: The Kazan Declaration already underscored the commitment of BRICS nations to sustainable energy transitions while recognizing their diverse national circumstances and development priorities. Paragraphs 80, 81, 82, and 84 highlight the need for energy security, technological cooperation, and financing mechanisms to support an equitable transition. While BRICS countries have made strides in deploying renewables, phasing out fossil fuels remains a critical hurdle, requiring coordinated policies, investment in clean technologies, and strategies to mitigate socio-economic impacts, particularly in regions heavily reliant on fossil industries.

RECOMMENDATION: Enhance R&D cooperation for low-carbon technology as an enabler of economic diversification.

JUSTIFICATION: To drive a sustainable transition, BRICS should deepen research and development (R&D) collaboration, fostering technology transfer and joint innovation in clean energy, sustainable fuels, energy storage, carbon capture, and industrial decarbonization. Coordinated efforts in green manufacturing, circular economy models, and digitalization will enable economic diversification and long-term competitiveness in a low-carbon global market. Another priority of the Brazilian BRICS Presidency is artificial intelligence governance. BRICS countries should agree on high-level principles to leverage artificial intelligence development for the improvement of natural resource allocation, environmental governance mechanisms, urban adaptation and other areas that can promote the transition to low-carbon economies. Enhancing cooperation on open source, sovereign artificial intelligence systems (like Deep Seek) will be critical for BRICS countries to be able to align these technologies with the attainment of their own national sustainable economic development targets.

CONTEXT: Many BRICS countries, including new members such as the United Arab Emirates and Nigeria, are concerned with the regeneration of degraded lands and with preventing desertification. Brazil, for example, has the target of regenerating 12 million hectares of land in its NDC.

RECOMMENDATION: Improve technological, technical, and financial cooperation to restore, regenerate, and reforest degraded areas.

JUSTIFICATION: BRICS countries should leverage technology transfer and design innovative financial mechanisms, including carbon markets and payments for environmental services, which cheapen and scale up restoration activities. Brazil can contribute with the transfer of relatively low-cost productive restoration technologies, such as agro-forestry and crop-livestock-forestry integration systems. Cooperation on regenerative agriculture between BRICS countries can also contribute to ensure food security and could be fostered within the framework of the Global Alliance Against Hunger and Poverty launched by the Brazilian Presidency of G20 last year.

CONTEXT: The BRICS countries account for a significant part of the world's carbon emissions. For this reason, an alliance between the BRICS countries should be both ambitious and necessary. Thus, by working together, the BRICS can leverage their collective influence to advocate for equitable transition frameworks in global negotiations, while fostering domestic policies that advance energy security, green industrialization, and long-term resilience.

RECOMMENDATION: Strengthen BRICS leadership in multilateral climate negotiations.

JUSTIFICATION: BRICS must reinforce its role as a key player in global climate diplomacy, upholding the principles of Common but Differentiated Responsibilities (CBDR). This includes advancing fair financing mechanisms, advocating for developing countries' priorities in global climate agreements, and ensuring that multilateral frameworks reflect the realities of emerging economies. It also includes ensuring that all BRICS countries put forth robust and ambitious NDCs which are aligned to the 1.5 degrees Celsius target of the Paris Agreement. This is an objective of the Brazilian Presidencies of BRICS and COP 30 in 2025.

RECOMMENDATION: To accelerate and facilitate the process of technology transfer and development of climate-friendly solutions, with highly preference for joint development.

RECOMMENDATION: To create a platform of successful and failed experiences for resilient cities and adaptation among BRICS countries, including costs and the need of state, institutional and individual capacities.

RECOMMENDATION: To enhance financial mechanisms that foster investment in technology and practices that create national capacities.

RECOMMENDATION: To finance biome-oriented solutions in order to fight climate change by cross-countries and shared initiatives.

JUSTIFICATION: It is important to prevent a new cycle of debt and technological dependence among BRICS countries by enhancing technology transfer and development. Concerning the focus of projects to be financed, it´s worth it to focus on technologies that contribute to decarbonization while solving societal challenges and provide better quality of life (as adaptation of urban infrastructures).

Elaborated by authors.

TABLE 8

Climate change: recommendations consolidated in the workshop

1. Financing and Governance for the Sustainable Transition: The BRICS should enhance their financial governance and resource mobilization capacities to support a transition away from fossil fuels in a just, orderly, and equitable manner. This requires advocating for the reform of the international financial architecture and strengthening multilateral financing mechanisms, of which public financing has a major role, aligning fiscal and regulatory policies, and ensuring that the Global South has access to predictable, grants-based, highly concessional and long-term funding. The bloc should advocate for more just global taxation structures, especially within the United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation, as well as promote financial systems and flows compatible with the 1.5º C climate goal. To this end, the BRICS should enhance the role of the New Development Bank in promoting sustainability by adopting a common green taxonomy that helps standardize investments criteria, as well as by issuing green financial instruments, and directing resources towards sustainable infrastructure and climate resilience projects. By adopting these measures, the BRICS can position themselves as a global leader in sustainable finance, shaping international policies that balance economic growth with ecological responsibility, including climate mitigation and adaptation, and biodiversity conservation.
2. Just Energy Transitions: BRICS should advocate for common principles on just energy transitions that balance environmental commitments with socio and economic considerations to promote economic and social rights. The bloc should lead by example in developing policies that progressively reduce fossil fuel reliance while ensuring energy security, affordability, and equitable access, along with broader social protections for groups affected by transition policies. A clear and structured phase-out strategy for fossil fuels should be designed, taking into account national socio-economic contexts, avoiding abrupt economic disruptions, and promoting gradual diversification toward renewable energy sources. Strengthening renewable energy capacity, modernizing energy grids, and investing in high-

integrity sustainable infrastructure that supports clean technologies while avoiding trade-offs between climate and biodiversity are key to an orderly transition. The BRICS Business Council's proposal for a Clean Energy Fund under the New Development Bank should be reinforced and expanded.

3. Just Transition and International Cooperation: To ensure that the global response to the climate crisis and the transition to sustainable economic models are just and inclusive, the BRICS must integrate social and economic justice considerations into their climate and biodiversity protection policies. The bloc should advocate for equitable climate commitments in global negotiations, defending the fair negotiation of the NCQG and ensuring that the global south is not disproportionately burdened by decarbonization policies and that climate strategies are also designed to help reduce inequalities within and between countries. Cooperation should focus on creating just transition frameworks that protect vulnerable communities, prevent economic exclusion, and foster sustainable livelihoods. Expanding South-South cooperation, knowledge-sharing initiatives, and innovative financial support mechanisms, like The Baku-Belém Road Map, will help developing nations manage the challenges of transitioning away from fossil fuels. The BRICS should also coordinate positions and engage actively in global climate diplomacy, ensuring that the principles of common but differentiated responsibilities remain central in shaping international agreements that reflect the needs of emerging economies.

4. Technology, Innovation, and Research for Sustainability: The BRICS must position science and technology development at the core of their sustainability agenda, promoting collaboration in research and development of green technologies and nature-based solutions. Investments in added value and advanced renewable energy solutions must be prioritized to accelerate emissions reductions while enhancing green industrial competitiveness. Digitalization and responsible use of artificial intelligence should be leveraged to improve climate governance, optimize resource use, and strengthen climate adaptation in urban and rural areas. The bloc should facilitate technology transfer and [co]development (TTD) among member states and take actions to help to remove regulatory and intellectual property barriers that hinder the adoption of innovative technological solutions by developing countries, particularly those listed in countries´ Technological Needs Assessments (TNA). By strengthening partnerships between research institutions, businesses, and government agencies, BRICS can create a dynamic ecosystem that fosters climate-friendly economic development, enhances energy efficiency, and expands technological capabilities in the Global South.

5. Ecosystems conservation, Reforestation, Biodiversity, Food and nutritional Security, and Environmental Resilience: The BRICS should adopt an integrated approach to environmental restoration, food and nutrition security, biodiversity conservation and bioeconomy. Strengthening mechanisms for reforestation, regenerative agriculture, and land rehabilitation will enhance resilience against climate change while supporting sustainable rural economies. Economic instruments, including new funds and facilities, financial incentives, such as transparent and regulated carbon markets, payments for ecosystem services, thematic bonds (e.g., Amazon Bonds), TFFF (Tropical Forests Funds Forever) and bioeconomy, should be expanded to attract investment in nature-based solutions. The bloc must also reinforce cooperation in sustainable agricultural practices, ensuring that climate adaptation strategies do not exacerbate social inequalities or threaten food and nutrition security. By prioritizing policies and economic instruments that align conservation efforts with economic development, considering the necessity of phasing out of fossil fuels while assuring local and indigenous communities rights, the BRICS can promote a global transition toward sustainability, safeguarding ecosystems while fostering long-term resilience in food production and resource management based in a bioeconomy that profits from the sustainable use of biodiversity assets.

Elaborated by authors.

3.4 Artificial intelligence governance

TABLE 9

Artificial intelligence governance: prior contributions submitted by participants

CONTEXT: From a general standpoint, the proposal is justified for four reasons. Without coordinated action and the participation of civil society, it will be difficult to achieve sustainable and inclusive AI development. The forum will help reduce technological and socio-economic asymmetries among BRICS countries. Since AI is the meeting point and the most visible expression of Industry 4.0, contributing to its inclusive, responsible, and sustainable governance will lead to better positioning for all BRICS countries in the new technological paradigm. Finally, the promotion of inclusive and responsible AI governance is a multidisciplinary and multifaceted effort. AI and Industry 4.0 demand knowledge from various fields and generate impacts that require attention from all areas of knowledge and human activities. There are also specific justifications. Similar spaces already exist at the governmental and business levels: respectively, the BRICS Institute of Future Networks (BIFN) and the Meetings of STI and Finance/Economy Ministers; the Digital Economy Working Group of the BRICS Business Council. The proposal aligns with various points from summit declarations: Fortaleza (2014): "49. We believe that ICTs should provide instruments to foster sustainable economic progress and social inclusion, working together with the ICT industry, civil society, and academia to realize the opportunities and achieve the potential benefits related to ICTs for all"; Beijing (2022): "57. We express our concerns about the risks and ethical dilemmas related to AI. [...] We encourage BRICS members to work together to address these concerns, sharing best practices and conducting comparative studies on the subject, in order to develop a common governance approach that would guide BRICS members on the ethical and responsible use of AI while facilitating the development of this technology."

RECOMMENDATION: Create a civil society forum to debate, evaluate, and formulate proposals aimed at both optimizing the potentialities of each BRICS country concerning the development of Artificial Intelligence (AI) and reducing the potential negative impacts associated not only with this specific technology but also with Industry 4.0 in general.
Its composition should aim, as far as possible, for a triple balance:

- Sectoral: universities, think tanks, NGOs, and unions should be included;
- Disciplinary: besides the Science and Technology sector, the fields of Biomedical Sciences, Natural Sciences, and Humanities should be contemplated; and
- National: the delegations of each member country should be of the same size.

Furthermore, the proposed forum should interact with the existing governmental and business entities. Additionally, we suggest that this body's first task should be to design the creation of a funding pool that will enable the promotion of the presented formulations.

JUSTIFICATION: Industry 4.0 encompasses a set of transformations that make it different even from previous technological revolutions. Increasingly, the Internet of Things, cloud computing, and 3D printing are becoming part of our daily lives. However, probably a few things have been as impactful for our generations as the most recent discoveries related to AI. In this sense, it is interesting to observe how AI is a meeting point and the most visible expression of Industry 4.0. Industry 4.0, in general, and AI, specifically, place humanity before important dilemmas. On one hand, the upcoming technological transition has unprecedented potential to enhance accuracy and productivity and break down barriers from engineering to the arts. On the other hand, all these advantages could result in mass unemployment or precarious work conditions. From a geopolitical standpoint, the dilemmas are no less significant. Depending on the directions chosen in the coming years and decades, we could either see an expansion or a reduction of inequalities among peoples. It should also be emphasized that this development has not gone unnoticed by BRICS. On the contrary, what can be seen from the declarations is that this theme occupies a significant part of the discussions and texts resulting from the Summits. Proof of this is that, except for the second meeting in Johannesburg (2023), since Xiamen (2017), that is, in the last eight Summits, the digital theme has been the subject of more than 10 paragraphs in all documents. Therefore, recognizing the importance of BRICS in this context and the importance of civil society in formulating analyses and paths to be followed, we present the proposal at hand.

CONTEXT: Most AI systems provide output but do not explain how those outputs were produced. Moreover, the same input often produces different outputs, making reproducibility hard to achieve.

RECOMMENDATION: Promote explainable and reproducible AI for all AI systems.

JUSTIFICATION: Explainable AI is important since it provides the user with information about the algorithms and parameters used to produce the output. Reproducible AI gives the guarantee of producing similar results when the same input is used.

CONTEXT: In order to ensure the sovereignty and functionality of AI for the development of BRICS, it is necessary to:

- Jointly establish regulatory standards for data access, handling, storage, and use to simultaneously ensure technological and economic development and privacy.

- Participate in international forums to influence the establishment of regulatory standards for technologies, norms and all data-related issues in a way that meets the national needs and challenges of the BRICS countries.

RECOMMENDATION: Establish joint initiatives aimed at developing innovative technological solutions to significantly improve the delivery of public services related to health, education, security, and transportation to BRICS citizens. It is proposed that joint R&D centers be established in Brazil to promote technology transfer among members and to develop solutions tailored to the needs of each country. These centers should be composed of research institutions, universities, and also private companies from all BRICS countries. The idea is that the centers will be focused on some specific missions to be realized in specific pilot projects. The organization of the pursuit of these objectives should be structured around the establishment of technological platforms that integrate all the actors mentioned above. A good example of this is Alibaba City Brain.

JUSTIFICATION: This is an important initiative to extend citizenship rights to the people of the BRICS countries. The initiative is fully in line with the Sustainable Development Goals, has broad political acceptance in society and is feasible. A good illustrative example would be the establishment of a pilot project in Brazil for members of the Unified Registry. The idea would be to use the solutions developed in the previous proposal to offer substantial improvements in health and education services, etc., to members of CADUnico. Based on the knowledge of their behavioral patterns, their health conditions could be monitored, preventive medicine could be applied, etc. It would also be possible to offer microcredits through public banks.

RECOMMENDATION: To facilitate joint research and development efforts regarding AI and e-commerce, BRICS countries should develop a series of common data governance principles, complemented by the adoption of mechanisms for the international transfer of personal data based on information security and compliance with existing legislation. As demonstrated in research and published by the Cyber-BRICS project, the adoption of such principles and mechanisms is possible, based on existing regulatory frameworks, and is likely to considerably increase legislative interoperability among BRICS.

RECOMMENDATION: To promote intra-BRICS cooperation and collaboration about software development, digital public infrastructures and algorithmic models, BRICS countries should adopt common commitments to promote open source and interoperable technologies and relist existing technologies to facilitate their adoption by BRICS members and partners. Such a strategy is extremely cost-effective and likely to increase technological autonomy through a collective approach to digital sovereignty.

RECOMMENDATION: BRICS countries should foster research and development on how to integrate and expand existing partnerships, such as the BRICS Digital Partnership, BRICS Partnership on New Industrial Revolution (PartNIR), Innovation BRICS Network (iBRICS), to build a shared network, and cybersecurity, to ensure direct connection between high-performance computers).

RECOMMENDATION: The BRICS countries should foster the growth of open-source AI to enable developers in the region to gain visibility and scale to become companies that can compete with the large tech conglomerates that dominate the current AI market. To make this possible, it may be strategic to promote open source with some regulatory exemption, while incorporating safeguards that ensure the respect of individual and collective rights. On the other hand, it is also recommended that the BRICS adopt a more proactive stance towards open science in the context of the AI strategy itself: for example, by creating digital public infrastructures (such as supercomputers for model training, social capacity building programs, and common data spaces); and using the public power of purchase and investment, including to demand compliance with certain levels of transparency and explainability.

RECOMMENDATION: BRICS countries could act jointly in the economic analysis and regulation of digital ecosystems to prevent bottlenecks in the development of AI, building on the work developed by the Working Group on Digital Markets established at the BRICS International Competition Conference, and availing themselves of the technical assistance of the BRICS Competition Centre and the BRICS+ Digital Competition Forum. As stated in the BRICS report on digital markets in 2024, self-preferencing of products and services is a key concern in the context of multi-product ecosystems, and tie-in practices can be implemented more subtly through interfaces. Therefore, one remedy that addresses these concerns and strengthens the group is the imposition of equitable interoperability (which includes non-discrimination) of services and standardization of APIs, including for data portability.

CONTEXT: The context is the dizzying advance of AI without having established the safety and ethical parameters that the instructions in general already have, as in the case of the pharmaceutical company. Many of the regulations are hardly practical if they are not established by a set of countries. Therefore, this discussion is important in BRICS.

RECOMMENDATION: The main point is that the discussion on regulation takes place within a Brazilian and BRICS strategy for AI. China has one, but Brazil does not, despite the EBIA and the PNIA. This involves establishing a plan that involves:

- education (training developers and managers)

- science (support research)
- innovation (subsidies to companies)
- infrastructure (machines and data)

Furthermore, following Lawrence Lessig, we should discuss regulation in the four forces: laws, norms, market and by design (and not solely through laws). Laws are always late, incomplete, and not very dynamic. Regulating requires broader thinking

Elaborated by authors.

TABLE 10

Governance of artificial intelligence: recommendations consolidated in the workshop

1. Governance and Regulation of Artificial Intelligence: The BRICS countries should establish common guidelines for AI governance and digital ecosystems, aiming that their development and use are transparent, ethical, accessible, secure, and sustainable. Regulation must balance innovation and rights protection, ensuring that AI contributes to sustainable development, social inclusion, and for the public good. Strengthening cooperation among BRICS should guarantee regulatory interoperability, respect for digital sovereignty, and equitable participation in the global technological landscape. Commitment to just governance should include procedures to mitigate risks, combat technological inequalities, and promote broad, non-discriminatory access to innovation. Beyond coordinating internal policies, BRICS should strategically position themselves in international debates, influencing the construction of a global governance model that reflects the interests of developing countries and ensures that artificial intelligence benefits all of humanity.

2. Digital Infrastructure and Technological Sovereignty: The BRICS should cooperate aiming to strengthen their digital infrastructure with a focus on supercomputers, high-speed networks, and cloud computing to ensure technological autonomy and state-of-art technology access to reduce external dependencies. The creation of shared platforms and interoperable systems would allow for greater digital integration among countries, fostering innovation and sustainable economic development. Additionally, coordinated efforts to develop regional cloud infrastructure and data storage solutions can reduce dependency on external providers, enhancing digital sovereignty and securing critical national data assets. Cybersecurity must be a priority to protect critical networks and ensure the reliability of

digital infrastructures. Open technologies and common standards can facilitate technological advancement without compromising security and national competitiveness.

3. Multilateral Cooperation for Innovation: The BRICS should expand their technological cooperation to promote an innovation model based on knowledge exchange and the joint development of digital solutions. Indeed, Cooperation among BRICS nations in fostering innovation, particularly in the field of artificial intelligence (AI), can play a pivotal role in enhancing the competitiveness of companies within the sector, improving public services, and fostering the creation of startups. Consequently, such collaboration can contribute to the development of more effective solutions for societal challenges. By facilitating knowledge transfer, strengthening inter-firm partnerships, and formulating common public policies that support technological advancement, BRICS countries can establish a more integrated innovation ecosystem. This environment would enable startups to thrive by providing them with improved access to funding, specialized expertise, and regional markets. Investment in BRICS research centers and networks, while promoting intra-BRICS trade and investment in AI-driven solutions, has the potential to accelerate digital transformation across member states. Cooperation could ensure that technological innovation serves society, promoting digital inclusion, strengthening local economies, and ensuring that opportunities created by the digital revolution benefit all populations. Thus, collaborative initiatives should prioritize support for less developed countries by enhancing their access to technology, infrastructure, and expertise, thereby enabling them to leverage AI in addressing critical social and economic challenges. A collective commitment to open innovation, research and development (R&D) joint projects, and AI-driven entrepreneurship could strategically position BRICS as a global leader in fostering responsible and inclusive technological progress. In the same collaborative spirit, technology transfer must be structured to avoid discriminatory barriers and allow each country to adapt innovations to its own needs. By consolidating their position in the global digital landscape, BRICS can function as a reference for inclusive and sustainable governance models, ensuring that technological progress benefits society broadly and drives digital transformation fairly and equitably.

4. Strategic Data Governance: Cooperation among BRICS nations is also necessary in the domain of data governance, including open data, privacy, and data protection. Strengthening collaboration in these areas can enhance innovation, inclusion, and responsible decision-making. Moreover, by developing common data spaces and shared policies on data protection and privacy, including for intra-BRICS data transfers, BRICS countries can create a more cohesive and secure digital ecosystem. This approach would facilitate the responsible use of open data while ensuring compliance with ethical and legal standards. The promotion of open and interoperable solutions can contribute to BRICS advancing technologically without compromising their digital sovereignty, ensuring autonomy in the development

of AI tools and models. Joint initiatives should focus on supporting less developed countries within the bloc by improving access to secure and scalable data infrastructure, fostering expertise in data management, and promoting best practices in privacy protection. A collective commitment to data policies that promote shared research and development (R&D) projects and AI-driven data analytics can position BRICS as a global leader in responsible data governance, ensuring a balance between innovation, security, and economic growth.

5. Science and Education: Cooperation among BRICS countries is essential for fostering education and science in the AI field, leveraging their diverse strengths and resources. In education, collaboration should not be limited to AI developers but also include managers who must understand how to effectively apply AI-driven solutions, workers who need reskilling to adapt to shifting job markets, and citizens who require digital literacy to engage meaningfully with emerging technologies. Joint initiatives, such as research partnerships, exchange of researchers and students, shared educational platforms, and funding programs, can accelerate AI adoption while ensuring ethical and context-sensitive applications. Similarly, scientific collaboration among BRICS nations can drive groundbreaking discoveries through shared data, joint research institutions, and technology transfer, ultimately strengthening global competitiveness and socio-economic development across member states. Developing common mechanisms to improve national capabilities, including investments in research and specialized education, to ensure that BRICS countries maintain control over their strategic digital systems.

Elaborated by authors.

3.5 Global health cooperation

TABLE 11

Global health cooperation: prior contributions submitted by participants

CONTEXT: Considering the remarkable installed capacity that the BRICS countries already have for the production of medicines (particularly essential and generic ones), vaccines and diagnostic tests, joint efforts for research, development, production and access should generate concrete cooperation projects to improve the health of the populations of their countries and the Global South, especially the most vulnerable.

RECOMMENDATION: Build an ecosystem for addressing vaccine-preventable diseases through bilateral/plurilateral cooperation for the development, production, and access of vaccines, medicines, and diagnostic tests, as well as for regulatory and financing purposes, focusing on socially determined diseases and/or neglected tropical diseases, such as HIV/AIDS, malaria, viral hepatitis, tuberculosis, among others, defined by the epidemiological profile and burden of morbidity and mortality of the countries.

JUSTIFICATION: Alignment with the Healthier Brazil program and with the International Alliance initiative for the elimination of socially determined diseases as a public health problem by 2030 to be launched by Brazil in BRICS this year, as well as with the TB network. In addition, the BRICS countries could fill the gap in the global HIV/AIDS response left by the U.S., as the recent reduction or disruption of U.S. foreign assistance has impacted PEPFAR's ability to continue programs and services for millions of people living with or affected by HIV. It is estimated that PEPFAR has saved 26 million lives, preventing millions of HIV infections and accelerating progress toward controlling the global HIV/AIDS pandemic in more than 50 countries.

CONTEXT: Health is a public good and a fundamental human right, a concept accepted in all societies and nations. Healthcare is an essential part of this right. The universe of public health encompasses many topics and possibilities for cooperation. Therefore, when discussing public health cooperation within the BRICS framework, countries must have guiding premises, among which one of the most important is the strengthening of health systems, achieving universality, comprehensiveness, equity and quality. Several public policies have been designed and implemented in Brazil since the creation of the Unified Health System in 1990, as well as in other BRICS countries, not only focusing on treatment, but also on prevention and health promotion. Successful experiences can serve as a reference for other countries in strengthening their health systems, as well as Brazil can benefit from the experiences of other countries. For this reason, it

is suggested the creation of a "basket of policies", similar to the one developed within the framework of the Global Alliance against Hunger and Poverty.

RECOMMENDATION: Build a basket of reference public policies for strengthening the health systems of BRICS countries, to facilitate cooperation among them, to achieve universal and equitable access, as well as comprehensiveness and quality of healthcare and assistance.

JUSTIFICATION: For there to be effective collaboration between countries to strengthen their health systems, it is suggested that a basket of reference policies be developed to facilitate concrete cooperation between countries that aim to strengthen their health systems. In addition, it is proposed to use the concept of Universal Health Systems or Universal Health as an alternative to the concept of Universal Health Coverage.

CONTEXT: The COVID-19 pandemic strongly affected all countries in the world, including the BRICS countries, and showed a lack of coordination between countries and their weaknesses in facing this health emergency. Within the framework of the World Health Organization, the international health authority, the INB was created in 2021 to negotiate an international instrument to strengthen prevention, preparedness, and response to the pandemic. At the same time, an update of the International Health Regulations (IHR) was carried out.

RECOMMENDATION: Active and positive participation in the finalization of pandemic treaty negotiations under discussion at INB/WHO. Consider the possibility of strengthening the pandemic treaty by establishing a complementary treaty among BRICS countries. BRICS countries must ratify the IHR under the terms approved by the WHO.

JUSTIFICATION: The Pandemic Treaty or Agreement under negotiation at the INB is a truly relevant instrument for facing pandemics and health emergencies and can be reinforced by the initiatives recommended above.

CONTEXT: Studies were conducted that analyzed Digital Health solutions for the surveillance, prevention and control, and clinical management of COVID-19 in the BRICS countries. The solutions adopted in the countries reflected national and subnational priorities and capacities.

RECOMMENDATION: Carry out analyses on Digital Health solutions by areas at the national level; create a platform for cooperation in Artificial Intelligence in Health within BRICS countries; Promote collaborative research and pilot projects focusing on AI applications for disease prediction, public health surveillance, and health system optimization; Strengthen data governance to contribute to the resilience of health systems.

JUSTIFICATION: The systematic use of data is crucial for smart decision-making by governments. By establishing a data governance regime within the BRICS framework, it will be possible to increase cooperation among the countries in this field. In the field of digital health, the sharing of experiences has the potential to contribute to the advancement of Digital Health, to a better preparation of the group for future health emergencies, and to the elaboration of a health agenda in the Global South. In the area of Artificial Intelligence, the definition of ethical standards and regulatory frameworks is essential to reduce biases and increase security in data handling.

CONTEXT: In the Kazan Declaration (2024), countries reiterated the need to take into account national circumstances and the mix of energy sources, as well as the specific circumstances of developing countries whose economies rely heavily on income or consumption of fossil fuels and energy-intensive related products to achieve just energy transitions. Although the BRICS countries must deal with major climate challenges, they must pioneer integrated climate and health policy frameworks to set a global standard for sustainability and health resilience. BRICS should uphold the "One Health" approach as a strategy in the global governance of health and the environment. Through this approach, they can lead global efforts to improve surveillance, enhance disease prevention, and increase ecosystem management, which are essential for mitigating the health impacts of climate change.

RECOMMENDATION: Establish the BRICS Climate Research Platform (BCRP) to enhance the group's specialized scientific exchange of knowledge and practices. Hold a BRICS Conference on Climate Change, Health and Equity: Challenges and Collaborative Solutions.

JUSTIFICATION: The intersection of climate change, public health, and equity is a central issue for BRICS countries facing common challenges such as extreme weather events, socioeconomic vulnerabilities, and health inequalities. Previous events such as the COPs of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and the G-20 have issued statements emphasizing this theme. Given Brazil's presence in the BRICS presidency in 2025, there is a strategic opportunity to promote the integration of innovative policies and solutions that ensure resilient and inclusive health systems in the face of the climate crisis. This activity will contribute to consolidating Brazil's position as a global leader in climate and health policies, reinforcing the need for an integrated approach between these

sectors. The BRICS Conference on Climate Change, Health and Equity could be a milestone in the Brazilian presidency of the BRICS, promoting plurilateral cooperation and ensuring that the equity agenda is at the center of discussions on climate and health.

Elaborated by authors.

TABLE 12

Cooperation in global health: recommendations consolidated in the workshop

1. Institutional Development: Establish a Permanent Council of BRICS Ministers of Health to monitor the implementation of recommendations and build common positions in international forums, prioritizing the 2030 Agenda for Sustainable Development and Global South cooperation.

2. Universal Health and Public Health Policies: Develop a set of reference public policies to strengthen the health systems of BRICS countries—taking into account local contexts and developing capacities to promote national autonomy. This initiative aims to facilitate cooperation among these countries to achieve universal and equitable access, as well as comprehensive and high-quality healthcare.

3. Research, Development, Innovation, Production, and Access to Vaccines, Medicines, and Diagnostic Tests: Establish an ecosystem to address vaccine-preventable, communicable, and chronic diseases, recognizing the central role of the WHO. This will be achieved through international cooperation in the development, production, and access to vaccines, medicines, and diagnostic tests, as well as in regulatory and financing mechanisms. The initiative will reflect national capacities within their respective regions, as determined by the epidemiological profile and burden of disease and mortality in each country, with special attention to socially determined diseases and/or neglected tropical diseases.

4. Integrated Early Warning System and Health Surveillance: Strengthen the health surveillance systems of BRICS countries, considering their national capacities for early detection, integrated response, and timely communication. Enhance their integration into the

global system led by the WHO under the framework of the IHR, with particular attention to the conclusion of negotiations on the pandemic treaty currently under discussion at the INB/WHO.

5. Digital Health, Data Governance, and Artificial Intelligence: Promote cooperation in the development of artificial intelligence tools and Digital Health solutions, ensuring alignment with ethical principles and human rights. Emphasize data governance and risk mitigation to guarantee universal, equitable, and comprehensive access to healthcare.

Elaborated by authors.

4 FINAL CONSIDERATIONS

The workshop cycle organized by Ipea played a key role in the agenda proposed by Brazil to the BRICS by combining expert knowledge with the formulation of alternative policy recommendations to address the bloc's strategic challenges. The joint development of proposals in five priority areas of focus has proven the capacity of the Brazilian community to contribute meaningfully to the international debate, while also highlighting the value of participatory mechanisms in the formulation of foreign policy. Consensus-based strategies that reconcile the perspectives of different actors help chart clearer paths for political leadership. For decision-makers, especially in the context of deep uncertainties that characterize the international system, such guidance should be highly valued. Recommendations developed through inclusive and collaborative processes serve as powerful tools to make foreign policy planning a significantly less daunting task.

The diversity of institutions and experts involved, the depth of discussions, and the quality of the consolidated proposals all reinforce Brazil's commitment to a more inclusive, cooperative, and needs-oriented global governance agenda. The outcome is a set of proposals that combine ambition with pragmatism, and innovation with responsibility—indispensable elements for strengthening the role of BRICS in the world.

On April 24, during the 2nd BRICS Sherpas Meeting in Rio de Janeiro, the BTTC—represented by Ipea—participated in an unprecedented moment of direct dialogue with the official negotiators of the coalition countries, alongside other mechanisms of the so-called people-to-people track, composed of actors from civil society, the scientific community, and other sectors of engagement. As part of the effort to expand the outreach of this work, a playlist was created featuring videos[2] in which workshop participants themselves presented summaries of their proposals, continuing the collective effort and broadening the dissemination of the valuable content discussed. All these actions contribute to strengthening the legitimacy of Brazil's BRICS presidency in 2025, while also projecting

[2] The videos are subtitled. For watching, access: https://youtube.com/playlist?list=PLrEEcEcefvEqchbgAfeU1pGkDi83apqcH&si=_xNHGUOJyrw7ejgw.

Brazil's leadership in shaping a more equitable and inclusive international governance architecture.

In closing, it is essential to once again thank the experts and institutions involved for their invaluable support, as well as for their collaborative and constructive spirit. We invite all readers to explore and revisit the contents presented in this report, to share and disseminate the ideas herein, thereby collectively strengthening the path toward more effective and innovative international cooperation.